

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Prof. Fabiano Dauwe

Prof. Thiago Juliano Sayão



2009



Copyright © UNIASSELVI 2009

Elaboração:

Prof. Fabiano Dauwe

Prof. Thiago Juliano Sayão

Revisão, Diagramação e Produção:

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Ficha catalográfica elaborada na fonte pela Biblioteca Dante Alighieri

UNIASSELVI – Indaial.

909.08

M527h

Dauwe, Fabiano. Sayão, Thiago Juliano
Caderno de Estudos: História Contemporânea /
Fabiano Dauwe [e] Thiago Juliano Sayão. Grupo
Universitário Leonardo da Vinci. – Indaial : UNIASSELVI,
2009. x ; 180 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7830-179-8

1. História Contemporânea I. Dauwe, Fabiano II.
Sayão, Thiago Juliano. II Centro Universitário Leonardo
da Vinci. *Núcleo de Ensino a Distância*. II. Título.

APRESENTAÇÃO

Prezado acadêmico!

Que bom nos encontrarmos novamente! Iniciamos, agora, nossos estudos de História Contemporânea. Com esta disciplina, encerramos uma sequência de disciplinas que tratam da história do Ocidente, que iniciou com as anotações sobre a História Antiga.

Esta é uma das disciplinas mais importantes do curso, pois trata do mundo durante o século XX, desde a Primeira Guerra Mundial até os dias atuais. Este foi um período histórico de grande complexidade, pois foi o mais sangrento da história e o que trouxe mais melhorias na qualidade geral de vida. No início do século XXI, temos à nossa disposição recursos que nossos bisavós jamais sonhariam em ver, mas também sérios problemas ambientais e políticos a serem resolvidos, reflexo desse período de enormes contradições que foi o século XX.

A primeira unidade foi elaborada pelo professor Thiago Sayão e trata dos acontecimentos mais importantes do início do século: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a grave depressão econômica enfrentada pelos Estados Unidos na década de 1930. Tema que, de certa maneira, permanece atual, haja vista a crise do capitalismo que enfrentamos no final da primeira década do século XXI. Por outro lado, foi durante a Grande Guerra que surgiu o Socialismo enquanto regime político estatal. O único regime que conseguiu fazer frente ao sistema político capitalista, baseado no liberalismo de mercado.

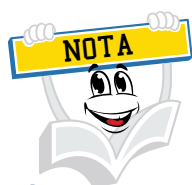
Já a segunda unidade ficou a cargo do professor Fabiano Dauwe e apresenta o grande conflito do século XX e o evento mais traumático desse período: a Segunda Guerra Mundial. Foi um conflito dramático, disputado sob a ideologia mais assustadora que já se viu: o nazifascismo. Por isso, o grande destaque da unidade é, justamente, a estrutura dessa ideologia, que não está tão “relegada à lata de lixo da História” quanto gostaríamos.

Finalmente, a terceira unidade, dividida entre os dois professores, trata do meio século posterior à guerra, um período de enormes confrontos ideológicos e culturais. A primeira parte desse período foi a Guerra Fria, que se encerrou por volta de 1990. A partir desse acontecimento, o mundo assistiu à rápida desagregação da União Soviética e uma nova configuração política e econômica mundial. O “adversário” do Ocidente deixou de ser o comunista e passou a ser representado pelo terrorista.

Como você pode perceber, é uma disciplina que tem uma carga enorme de conteúdo. Aconselhamos você, com a insistência de costume, a não se basear apenas no conteúdo deste caderno para seus estudos, mas também a ler a bibliografia auxiliar e qualquer outra obra que você encontrar a respeito – e não há outro período na História com uma quantidade tão farta de material à disposição. Lembre-se: isso é parte fundamental do seu aprendizado!

Desejamos um ótimo estudo. Forte abraço,

Prof. Fabiano Dauwe
Prof. Thiago Juliano Sayão



Você já me conhece das outras disciplinas? Não? É calouro? Enfim, tanto para você que está chegando agora à UNIASSELVI quanto para você que já é veterano, há novidades em nosso material.

Na Educação a Distância, o livro impresso, entregue a todos os acadêmicos desde 2005, é o material base da disciplina. A partir de 2017, nossos livros estão de visual novo, com um formato mais prático, que cabe na bolsa e facilita a leitura.

O conteúdo continua na íntegra, mas a estrutura interna foi aperfeiçoada com nova diagramação no texto, aproveitando ao máximo o espaço da página, o que também contribui para diminuir a extração de árvores para produção de folhas de papel, por exemplo.

Assim, a UNIASSELVI, preocupando-se com o impacto de nossas ações sobre o ambiente, apresenta também este livro no formato digital. Assim, você, acadêmico, tem a possibilidade de estudá-lo com versatilidade nas telas do celular, *tablet* ou computador.

Eu mesmo, UNI, ganhei um novo *layout*, você me verá frequentemente e surgirei para apresentar dicas de vídeos e outras fontes de conhecimento que complementam o assunto em questão.

Todos esses ajustes foram pensados a partir de relatos que recebemos nas pesquisas institucionais sobre os materiais impressos, para que você, nossa maior prioridade, possa continuar seus estudos com um material de qualidade.

Aproveito o momento para convidá-lo para um bate-papo sobre o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

Bons estudos!



Olá acadêmico! Para melhorar a qualidade dos materiais ofertados a você e dinamizar ainda mais os seus estudos, a Uniasselvi disponibiliza materiais que possuem o código *QR Code*, que é um código que permite que você acesse um conteúdo interativo relacionado ao tema que você está estudando. Para utilizar essa ferramenta, acesse as lojas de aplicativos e baixe um leitor de *QR Code*. Depois, é só aproveitar mais essa facilidade para aprimorar seus estudos!



BATE SOBRE O PAPO ENADE!



Olá, acadêmico!

Você já ouviu falar sobre o **ENADE**?

Se ainda não ouviu falar nada sobre o ENADE, agora você receberá algumas informações sobre o tema.

Ouviu falar? Ótimo, este informativo reforçará o que você já sabe e poderá lhe trazer novidades.



Vamos lá!

Qual é o significado da expressão ENADE?

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Em algum momento de sua vida acadêmica você precisará fazer a prova ENADE.



Que prova é essa?

É **obrigatória**, organizada pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Quem determina que esta prova é obrigatória... O **MEC – Ministério da Educação**.

O objetivo do MEC com esta prova é o de avaliar seu desempenho acadêmico assim como a qualidade do seu curso.



Fique atento! Quem não participa da prova fica impedido de se formar e não pode retirar o diploma de conclusão do curso até regularizar sua situação junto ao MEC.

Não se preocupe porque a partir de hoje nós estaremos auxiliando você nesta caminhada.

Você receberá outros informativos como este, complementando as orientações e esclarecendo suas dúvidas.



Você tem uma trilha de aprendizagem do ENADE, receberá e-mails, SMS, seu tutor e os profissionais do polo também estarão orientados.

Participará de webconferências entre outras tantas atividades para que esteja preparado para #mandar bem na prova ENADE.

Nós aqui no NEAD e também a equipe no polo estamos com você para vencermos este desafio.

Conte sempre com a gente, para juntos mandarmos bem no ENADE!



SUMÁRIO

UNIDADE 1 – A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	1
TÓPICO 1 – A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	3
1 INTRODUÇÃO.....	3
2 O TEMPO CONTEMPORÂNEO.....	4
3 ANTECEDENTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918).....	6
4 AS ALIANÇAS ENTRE AS POTÊNCIAS MUNDIAIS.....	11
5 O INÍCIO DA CATÁSTROFE: DOS BÁLCÃS PARA O MUNDO.....	12
6 A GUERRA DE TRINCHEIRAS.....	13
7 O DESFECHO DA GUERRA.....	16
RESUMO DO TÓPICO 1.....	20
AUTOATIVIDADE.....	21
TÓPICO 2 – A REVOLUÇÃO RUSSA: ALTERNATIVA AO CAPITALISMO.....	23
1 INTRODUÇÃO.....	23
2 A RÚSSIA CZARISTA E A REVOLUÇÃO DE 1905.....	24
3 A RÚSSIA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	30
4 A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO.....	31
5 A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O GOVERNO BOLCHEVIQUE.....	32
6 A FORMAÇÃO DA URSS E O STALINISMO.....	36
RESUMO DO TÓPICO 2.....	40
AUTOATIVIDADE.....	41
TÓPICO 3 – OS ESTADOS UNIDOS NO ENTRE GUERRAS E A CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA.....	43
1 INTRODUÇÃO.....	43
2 OS FRENÉTICOS ANOS 1920.....	44
3 A CRISE DO LIBERALISMO E O CRASH DA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE.....	47
LEITURA COMPLEMENTAR.....	52
RESUMO DO TÓPICO 3.....	55
AUTOATIVIDADE.....	56
UNIDADE 2 – O TOTALITARISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	57
TÓPICO 1 – AS ORIGENS DO NAZIFASCISMO.....	59
1 INTRODUÇÃO.....	59
2 OS TOTALITARISMOS.....	60
2.1 O CONCEITO DE TOTALITARISMO.....	61
2.1.1 A origem do termo “totalitarismo”.....	61
2.2 AS INTERPRETAÇÕES REDUCIONISTAS.....	62
2.2.1 A redução ao nazismo.....	62
2.2.2 A redução ao “hitlerismo”.....	62
2.2.3 A redução do fascismo ao entreguerras.....	62

2.2.4 As motivações do reducionismo.....	63
2.3 POR UMA INTERPRETAÇÃO DO FASCISMO “DE DENTRO”.....	63
3 O FASCISMO E O ENTREGUERRAS.....	64
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	64
3.2 CARACTERÍSTICAS DO FASCISMO	65
3.2.1 O antiliberalismo e o antiparlamentarismo	65
3.2.2 O corporativismo e a liderança carismática.....	66
3.2.3 O irracionalismo.....	67
3.2.4 O antissocialismo e o antissemitismo	68
3.2.5 A negação da individualidade e das diferenças.....	69
3.3 A IDEOLOGIA NAZISTA	70
3.3.1 Fundamentos teóricos do nazismo.....	70
3.3.2 O arianismo e o antissemitismo.....	70
3.3.3 O “espaço vital”	71
LEITURA COMPLEMENTAR.....	73
RESUMO DO TÓPICO 1.....	76
AUTOATIVIDADE	77
TÓPICO 2 – A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA (1931–1939)	79
1 INTRODUÇÃO	79
2 OS ANTECEDENTES DA GUERRA	79
2.1 A REVOLUÇÃO RUSSA.....	80
2.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	80
2.3 A CRISE DA ORDEM LIBERAL.....	80
2.3.1 A crise econômica	81
2.3.2 A crise social e ideológica.....	81
2.4 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA: O <i>NEW DEAL</i>	82
3 A ALEMANHA DE WEIMAR	82
3.1 A CRISE ECONÔMICA	83
3.2 ADOLF HITLER E O NAZISMO.....	84
3.2.1 O NSDAP e o <i>Putsch</i> de Munique	84
3.2.2 O <i>Mein Kampf</i>	85
3.3 A ASCENSÃO NAZISTA.....	85
3.3.1 A tomada do poder.....	85
3.3.2 A Noite dos Longos Punhais.....	86
3.3.3 O Terceiro <i>Reich</i>	86
4 PREPARANDO A GUERRA	87
4.1 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA ALEMANHA	87
4.2 AS VIOLAÇÕES DO TRATADO DE VERSALHES	88
4.2.1 O rearmamento alemão	88
4.2.2 O Grupo de Cliveden	88
4.2.3 A invasão da Renânia	89
4.3 O ENSAIO GERAL: A GUERRA CIVIL ESPANHOLA	89
4.3.1 Histórico.....	90
4.3.2 Nacionalistas <i>versus</i> republicanos	90
4.3.3 A guerra como ensaio.....	91
4.4 AS ARTICULAÇÕES DIPLOMÁTICAS.....	91
4.4.1 A política de apaziguamento de Neville Chamberlain	92
4.4.2 O eixo Roma-Berlim	92
4.4.3 O pacto <i>antikomintern</i>	93
4.5 O AVANÇO ALEMÃO SOBRE A EUROPA ORIENTAL.....	93
4.5.1 O <i>Anschluss</i>	93

4.5.2 A anexação dos Sudetos.....	93
4.5.3 A incorporação da Tchecoslováquia	94
4.5.4 O pacto de não agressão germano-soviético	94
RESUMO DO TÓPICO 2.....	96
AUTOATIVIDADE	97
TÓPICO 3 – A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	99
1 INTRODUÇÃO.....	99
2 A OFENSIVA DO EIXO.....	99
2.1 A INVASÃO DA POLÔNIA.....	100
2.1.1 A <i>Blitzkrieg</i>	100
2.2 A “GUERRA ESTRANHA” (1939-1940).....	100
2.3 A <i>BLITZKRIEG</i> NO OCIDENTE.....	101
2.3.1 A conquista da França.....	101
2.3.2 O colaboracionismo.....	102
2.3.3 A resistência.....	102
2.4 OS OUTROS <i>FRONTS</i>	103
2.4.1 A Batalha do Atlântico	103
2.4.2 O ataque à Inglaterra.....	103
2.4.3 A guerra nos Bálcãs	104
2.4.4 A guerra na África do Norte	104
2.5 A “OPERAÇÃO BARBAROSSA”: AVANÇO SOBRE A URSS.....	105
2.5.1 Os ataques a Moscou e ao Cáucaso.....	105
2.5.2 A Batalha de Stalingrado	106
2.5.3 A transferência da indústria	106
2.6 O JAPÃO E OS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA.....	106
2.6.1 O autoritarismo japonês.....	107
2.6.2 A invasão japonesa da Manchúria	107
2.6.3 O isolacionismo norte-americano.....	107
2.6.4 O conflito no Pacífico.....	108
2.6.5 A ofensiva japonesa	108
3 A CONTRAOFENSIVA ALIADA.....	110
3.1 A FRENTE LESTE	110
3.2 A FRENTE OCIDENTAL	110
3.2.1 O Dia D.....	110
4 O FIM DA GUERRA	111
4.1 A QUEDA DO III <i>REICH</i>	111
4.2 A DERROTA DO JAPÃO.....	111
4.2.1 As bombas atômicas e a rendição.....	112
4.2.2 As motivações da bomba.....	113
RESUMO DO TÓPICO 3.....	114
AUTOATIVIDADE	115
UNIDADE 3 – O MUNDO DO PÓS-GUERRA	117
TÓPICO 1 – A GUERRA FRIA E A QUESTÃO PALESTINA.....	119
1 INTRODUÇÃO.....	119
2 AS ORIGENS DA GUERRA FRIA.....	119
2.1 A CONFERÊNCIA DE YALTA	120
2.2 A CONFERÊNCIA DE POTSDAM.....	120
2.3 A “IMPLEMENTAÇÃO” DA GUERRA FRIA	121

2.3.1 A Doutrina Truman.....	121
2.3.2 O Plano <i>Marshall</i>	122
2.4 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA E A POLÍTICA EUROPEIA	123
2.4.1 A polarização da Europa	123
2.4.2 A divisão da Alemanha.....	123
2.4.3 A Cortina de Ferro – OTAN e o Pacto de Varsóvia.....	125
3 A QUESTÃO PALESTINA.....	126
3.1 O SIONISMO	126
3.1.1 O plano da ONU para a Palestina	127
3.2 O INÍCIO DO CONFLITO.....	127
3.2.1 A Guerra do Suez.....	128
3.2.2 A OLP e a Guerra dos Seis Dias.....	128
3.2.3 A Guerra do <i>Yom Kippur</i>	128
3.3 OS ACORDOS DE <i>CAMP DAVID</i>	129
3.4 A REVOLUÇÃO ISLÂMICA NO IRÃ	130
3.5 A INVASÃO SOVIÉTICA DO AFGANISTÃO.....	130
3.6 A GUERRA IRÃ-IRAQUE	131
3.7 A ESCALADA DO CONFLITO PALESTINO.....	131
3.7.1 A Intifada	132
3.7.2 O Acordo de Oslo e os tratados de paz	132
3.7.3 A Segunda Intifada.....	133
4 OS CONFLITOS DA GUERRA FRIA NA ÁSIA	133
4.1 A REVOLUÇÃO CHINESA	134
4.2 A GUERRA DA COREIA.....	135
4.3 A GUERRA DO VIETNÃ.....	136
4.3.1 Antecedentes: a descolonização da Indochina	136
4.3.2 A Teoria do Efeito Dominó.....	136
4.3.3 O engajamento norte-americano	137
5 O MUNDO SOCIALISTA NA GUERRA FRIA.....	137
5.1 A URSS NO PÓS-GUERRA	138
5.1.1 Kruschev e a desestalinização.....	138
5.1.2 A era Brejnev	139
5.2 O BLOCO SOVIÉTICO NOS ANOS 50 E 60.....	140
5.2.1 A invasão da Hungria	140
5.2.2 O muro de Berlim	141
5.2.3 A crise dos mísseis de Cuba	142
5.2.4 A Primavera de Praga	143
6 O AMERICAN WAY OF LIFE	143
7 A POLÍTICA NORTE-AMERICANA	144
7.1 O MACARTISMO E J. EDGAR HOOVER	144
7.2 A ERA KENNEDY	146
7.3 A PRESIDÊNCIA DE NIXON.....	146
7.3.1 A <i>Détente</i>	147
7.3.2 A crise do petróleo.....	148
7.3.3 O escândalo <i>Watergate</i>	148
7.4 JIMMY CARTER	149
7.5 RONALD REAGAN	149
RESUMO DO TÓPICO 1.....	151
AUTOATIVIDADE	152

TÓPICO 2 – UM PANORAMA DO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA	153
1 INTRODUÇÃO	153
2 “A NOVA ORDEM MUNDIAL”	154
3 GLOBALIZAÇÃO	155
4 A QUEDA DO MURO DE BERLIM	159
5 O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA	162
6 A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS	164
7 O TERRORISMO CONTEMPORÂNEO	168
LEITURA COMPLEMENTAR	172
RESUMO DO TÓPICO 2	174
AUTOATIVIDADE	175
REFERÊNCIAS	177

A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade, você será capaz de:

- identificar as principais causas e consequências da Primeira Guerra Mundial;
- conhecer o contexto em que se deu a Revolução Russa e a importância dessa revolução para a construção do panorama político e econômico do mundo contemporâneo;
- compreender a grande depressão de 1929 nos Estados Unidos da América e suas consequências na reestruturação do sistema capitalista.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em três tópicos. Em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

TÓPICO 2 – A REVOLUÇÃO RUSSA: ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

TÓPICO 3 – OS ESTADOS UNIDOS NO ENTRE GUERRAS E A CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA



A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL E O MUNDO CONTEMPORÂNEO

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico! Chegamos ao último módulo do curso de História. Agora podemos visualizar a sequência das disciplinas de história geral de nosso curso: Pré-História, História Antiga, História Medieval, História da América, História Moderna, e, por fim, História Contemporânea. É importante dizer que, essa sequência progressiva no tempo serve apenas para objetivos didáticos, não representa a “evolução da humanidade” para um estágio superior da civilização. É inegável que entre a pré-história e a história contemporânea as sociedades desenvolveram-se de forma incrível em termos tecnológicos, mas, por outro lado, aumentaram as desigualdades sociais e destruíram o meio ambiente em proporções alarmantes.

Se hoje questionamos os valores racionalistas baseados na ciência e na técnica é, justamente, devido aos acontecimentos ligados às duas guerras mundiais do século XX. A Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) puseram um fim ao otimismo tecnológico da sociedade capitalista do século XIX. Ou seja, as duas guerras mundiais nos mostraram os perigos da evolução tecnológica sem controle. Afinal, onde queremos chegar com tanto conhecimento científico e tecnológico? Será que as máquinas e as “invenções maravilhosas” não contribuíram para afastar ainda mais os homens de seus semelhantes e de suas tradições?

Depois da Revolução Industrial, as máquinas passaram a fazer parte do dia a dia das sociedades urbanas e camponesas. As máquinas e as invenções do século XIX e XX (aspirina, cinema, automóvel, avião) geraram um verdadeiro sentimento de euforia e de felicidade. “Sob o impacto da Segunda Revolução Industrial (final do século XIX até meados do século XX), o progresso material e científico expandia-se rapidamente, fundamentando a crença de que a humanidade avançava linearmente rumo a um futuro promissor”. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 89).

Por outro lado, o século XIX também foi o período de fortalecimento dos estados nacionais modernos (como vimos em História Moderna) e de consolidação do capitalismo industrial (esse assunto foi tratado em História do Imperialismo, você se recorda?). Naquele momento, os centros urbanos da Europa serviam como modelo de civilização: burguesa na cultura; liberal na política e capitalista industrial em termos econômicos. Entretanto, a imagem positiva do progresso tecnológico foi abalada com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Essa guerra deixou evidente o lado negativo do progresso industrial e científico, quando armas eficientes e sofisticadas tiraram milhares de vidas.

Segundo Eric Hobsbawm, a Primeira Guerra Mundial:

[...] assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exuberante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral, e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de imigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíram o sistema da política mundial. (1995, p.16).

Esse caderno de estudos abordará, então, o período histórico marcado pelos efeitos políticos, econômicos, sociais e culturais causados pelas duas Grandes Guerras. O século XX foi tempo de incerteza em relação ao futuro; tempo de nacionalismos extremados; tempo de alto desenvolvimento tecnológico.

2 O TEMPO CONTEMPORÂNEO

A História ou Idade Contemporânea compreende o espaço de tempo que vai da Revolução Francesa (1789) aos nossos dias. Entretanto, iniciaremos o caderno com a Primeira Grande Guerra. Sendo que a Revolução Francesa foi tema de estudos do caderno de História Moderna e os principais acontecimentos históricos do século XIX foram abordados no caderno de História do Imperialismo.

Antes de iniciarmos os estudos sobre a Primeira Guerra, veremos rapidamente algumas das características do período contemporâneo e do tempo presente.

A idade contemporânea está marcada, de maneira geral, pelo desenvolvimento e consolidação do regime capitalista no ocidente e, conseqüentemente, pelas disputas das grandes potências europeias por territórios, matérias-primas e mercados consumidores.

As disputas imperialistas, entre a última década do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, envolveram uma série de conflitos armados na África e Ásia, principalmente. Tais disputas também promoveram os contatos culturais entre diferentes culturas espalhadas pelo mundo. O processo de conquista imperialista redesenhou, assim, o mapa mundial. Enquanto os territórios da Ásia e da África foram subjugados pelas potências europeias, a América Latina se tornou área de influência dos Estados Unidos.

A contemporaneidade é identificada, também, pelo desenvolvimento industrial e tecnológico, que serviu e vem servindo a interesses distintos e contraditórios. A indústria moderna produz tanto mercadorias voltadas ao conforto e bem estar dos indivíduos, quanto instrumentos para guerras, para o extermínio.

A laicização do Estado foi outro acontecimento significativo da Idade Contemporânea. Ela consistiu basicamente na separação política entre Igreja e Estado. A substituição do estado monárquico (governado por representantes da nobreza e da igreja), pelo estado republicano (governado por membros da sociedade civil). Essa mudança teve origem na revolução burguesa do século XVIII. (Sobre a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa consulte o Tópico 4 da Unidade 3, do Caderno de estudos de História Moderna). Após a Revolução Francesa, os antigos valores da Igreja foram sendo substituídos pelos ideais republicanos dos Estados Nacionais. A escola, a imprensa e as propagandas serviram para difundir um sentimento de identidade entre os habitantes de uma nação. A exaltação do sentimento nacional é chamada de nacionalismo. Na história contemporânea, as guerras agiram como fator incentivador do nacionalismo. Segundo Visentini e Pereira (2008, p.120), após a Primeira Guerra Mundial, o número de países republicanos se igualou ao número de países monárquicos. Entre as guerras mundiais (1918-1939), o número de regimes republicanos passou de três, em 1914, para catorze, em 1921.

O processo de migração do campo para a cidade foi outro fator importante para compreendermos a Idade Contemporânea. O processo de industrialização e de mecanização do trabalho no campo empurrou para a cidade uma grande população de camponeses pobres. O crescimento acelerado das cidades é característica marcante do século XX. A cidade é um espaço ambíguo que pode congrega ou segregar os indivíduos ou as classes sociais. É um espaço de encontro e desencontro, um espaço vivo, e, por isso, em constante transformação. Um espaço tipicamente moderno. Assim, o desenvolvimento das cidades, a supremacia da tecnologia e o incentivo ao nacionalismo estão entre as características marcantes do tempo contemporâneo.

Esses fatores são importantes para entendermos a “era da catástrofe” (HOBSBAWM, 2005): período entre 1914 e 1945; entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. As guerras mundiais arrasaram cidades e mataram militares e civis; incitaram o ódio entre populações através da difusão do patriotismo agressivo.

Segundo Eric Hobsbawm:

O grande edifício da civilização do século XX desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões e as bombas não explodiam. (1995, p.30).

3 ANTECEDENTES DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918)

Os números da guerra são estrondosos assim como foram as explosões nos campos de batalha. O trágico saldo da Primeira Guerra Mundial, conhecida também como Grande Guerra, foi de 8 milhões de mortos e 25 milhões de feridos. Essa guerra envolveu o mundo, direta ou indiretamente. Além dos principais países: Inglaterra, França, Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, a guerra alterou o cotidiano de milhares de pessoas em outros países.

Para que você tenha uma ideia da dimensão desse conflito, convidamos a ler o texto a seguir, retirado do livro “Era dos extremos”, de Eric Hobsbawm.

A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egeu – “Gallipoli” tornou-se seu mito nacional – e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a “complicações europeias” e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século XX. Indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês. Embora a ação militar fora da Europa não fosse muito significativa a não ser no Oriente Médio, a guerra naval foi mais uma vez global: a primeira batalha travou-se em 1914, ao largo das ilhas Falkland, e as campanhas decisivas, entre submarinos alemães e comboios aliados, deram-se sobre e sob os mares do Atlântico Norte e Médio.

FONTE: HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 31.

Mas como entender essa guerra global, esse imenso movimento armado que teve duração de quatro anos? Para isso, faremos uma pequena revisão do contexto político e econômico da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. Pois, para que possamos compreender as causas da Grande Guerra, é preciso entender as disputas imperialistas (ou neocolonialistas) daquele período.



Antes, que tal rever o conceito de Imperialismo?

Imperialismo: forma de política ou prática exercida por um Estado que visa à própria expansão, seja por meio de aquisição territorial, seja pela submissão econômica, política e cultural de outros Estados. (Dicionário Eletrônico Houaiss)

*

Segundo Vladimir Lênin o Imperialismo é a fase mais adiantada do sistema econômico capitalista – LÊNIN, Vladimir I. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo : Centauro, 2003. Já para Hannah Arendt o Imperialismo é o "primeiro estágio do domínio político da burguesia", ou seja, o período histórico (1884-1914) em que a classe burguesa lutou contra os estadistas em defesa de uma política mundial que favorecesse a expansão do comércio, antes restrito ao território nacional. Ver: ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: Imperialismo, a expansão do poder: uma análise dialética. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.

Os principais países imperialistas foram, justamente, aqueles que se adiantaram no processo de industrialização. Aqueles que passaram pela revolução industrial e estavam inseridos na dinâmica de comércio internacional de mercadorias e matérias-primas. No mapa a seguir são apresentados os principais estados imperialistas, assim como suas possessões. Perceba que a África, Oceania e sul da Ásia tiveram seus territórios repartidos entre as potências europeias.

FIGURA 1 – OS IMPÉRIOS COLONIAIS NO MUNDO EXTRAEUROPEU EM 1914



FONTE: VISENTINI, Paulo G; PEREIRA, Analúcia D. **História do mundo contemporâneo**: da Pax Britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95.

E o que explica essa partilha do mundo? Bom, para o sucesso de uma economia capitalista baseada na produção industrial foi necessário: infraestrutura urbana (base material indispensável para a produção); mão de obra suficiente (operários treinados para exercer trabalhos mecânicos específicos); mercado consumidor; e domínio de regiões fornecedoras de matérias-primas. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo industrial se deu através da colonização de zonas fornecedoras de matérias-primas e no fortalecimento do mercado internacional. O volume de produtos manufaturados em circulação crescia cada vez mais.

O processo de industrialização, por sua vez, se caracterizou pela mecanização da produção. As primeiras indústrias que surgiram na Inglaterra no século XVIII serviram de modelo para outras nações. As principais consequências do desenvolvimento industrial foram:

- A mecanização da produção.
- A exploração do trabalho assalariado.
- A ampliação do mercado para consumo dos produtos industrializados.
- O crescimento das cidades (a exploração do campo pela cidade).
- O controle de territórios fornecedores de matérias-primas.

Podemos concluir que os conflitos imperialistas consistiram na disputa das potências europeias por regiões que forneciam matérias-primas para a indústria moderna. Essas mesmas regiões eram vistas também como mercados consumidores de produtos industrializados. A luta por território e por mercado levou os países imperialistas, por sua vez, a investir na produção e no armazenamento de armas e a criar mecanismos de proteção econômica: estratégias que tinham como objetivo impedir a importação, através da taxaço de produtos estrangeiros. Esses fatores somados forneceram as bases para a guerra.

Vejamos, assim, o que Carl Grimberg diz sobre o jogo de poder entre nações imperialistas que contribuiu para o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial:

A verdade é que a guerra não foi procurada pela maior parte dos estadistas europeus, os quais paulatinamente foram se encontrando com ela; também é verdade que em geral se contava com uma descarga em razão das enormes dissensões políticas existentes no sistema de Estados europeus. O imperialismo das grandes potências europeias e a rivalidade marítima germano-inglesa foram as causas principais e profundas do estampido do conflito. Depois esteve a desforra francesa, que desejava a reconquista de Alsácia e Lorena, e por fim, o afã expansionista da Rússia dirigido para a aquisição dos estreitos do Mar Negro, sem citar os movimentos nacionalistas

dos povos da Europa oriental, perigosamente aliados com o pan-eslavismo e o (neoeslavismo) alimentados pela Rússia. Esta disposição ambiental dos povos de se embarcarem numa aventura bélica de proporções imprevisíveis foi fomentada por uma propaganda nacionalista que educava sistematicamente no tema do ódio.

FONTE: GRIMBERG, Carl. **História Universal**. A Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Europa América, 1989. p. 4. v. 22.

Também é importante apontar o papel do nacionalismo na guerra. O Nacionalismo exagerado (chauvinismo) agiu na construção do sentimento de ódio em relação ao inimigo estrangeiro. De maneira geral, o nacionalismo – que se inicia com o culto aos símbolos nacionais (hino e bandeira) e com a tradição cultural da nação – reforça os laços afetivos da população de um país e marca as diferenças entre as nações. O nacionalismo exagerado é um fator subjetivo que incentiva os soldados ao combate. Aliás, o episódio que desencadeou a Primeira Guerra Mundial – o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do império austríaco – foi organizado por um grupo de chauvinistas sérvios, que desejavam a anexação dos territórios eslavos dos Balcãs (Eslovênia e Croácia), então sob domínio do império Austro-Húngaro. Ferdinando foi morto em Sarajevo (Bósnia), em 28 de junho de 1914, pelo estudante Gavrilo Princip, membro do grupo nacionalista radical denominado “Mão Negra” ou “Unidade ou Morte”. Defendia o ideal pan-eslavista e lutava pelo fim das influências austríacas na Península Balcânica. Princip é considerado um dos primeiros terroristas do século XX.



Para aprofundar seus conhecimentos sobre Nacionalismo sugiro o livro de Benedict Anderson, denominado “Comunidades Imaginadas”. Nesse livro, a autora faz uma reflexão sobre a construção do sentimento de identidade nacional, ou melhor, do sentimento que une as pessoas em torno da nação.

Segundo Anderson, a nação é constituída por uma “comunidade imaginada”, ou seja, por uma população que mantém uma imagem de seu país e da própria comunidade nacional. A imagem de uma nação é constituída historicamente por meio de uma série de símbolos, mitos, alegorias, personagens heróicos e pela própria literatura.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas** – reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Uma nação afirma sua identidade na relação com outros países. No caso das nações imperialistas, a afirmação da nacionalidade se dá em função de sua pretensa superioridade tecnológica e racial sobre as nações dominadas. O movimento ultranacionalista foi um fator gerador de conflitos e guerras.

O nacionalismo revelou-se uma das ideologias mais importantes do século (XX), emergindo como desdobramento da Revolução Francesa e da Era Napoleônica ou reação a elas, representando um movimento paralelo à ascensão da burguesia ao poder. A ideia de soberania nacional, de autonomia como expressão da liberdade e uma certa concepção romântica do povo (*volksgeist*) contribuía para a formação da nação, que daria uma nova base ao Estado moderno. O nacionalismo potencializava os fatores etnográficos, linguísticos, religiosos e geográficos, e seu desenvolvimento, marcado por várias guerras, desgastou as estruturas regionais e supranacionais que ainda existiam no início do século XIX. De uma ideologia democrática e progressiva, o nacionalismo foi se tornando, gradativamente, numa concepção reacionária na Europa. As tradições inicialmente invocadas como formadoras de determinada identidade passaram a ser consideradas como traços da personalidade nacional. A emergência de um sentimento de superioridade coletiva serviu de instrumento para a opressão de minorias (um conceito que surgia com o nacionalismo), o chauvinismo e as políticas expansionistas, como o imperialismo do final do século. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 47).

Márcia Maria Menendes Motta também ressalta em seu texto o perigoso sentimento de superioridade, cultivado pelos nacionalismos agressivos. Sentimento que serviu de força motriz para as guerras modernas e resultou na expansão capitalista dos estados nacionais.

Com a industrialização, fortaleceu-se o nacionalismo dos países, o que significou a construção e generalização de um conjunto de tradições que procuravam convencer a população de cada país de sua importância e superioridade na história mundial. O passado de cada nação era contado de forma a mostrar sua força e a união de seu povo. Desdobrava-se do nacionalismo a ideia de um inimigo externo (outra nação), encarado como responsável pelos problemas vividos pelo país. O Estado tinha então um importante papel a cumprir. A generalização da educação pública consolidou uma única língua nacional, construiu uma única história e, para tanto, utilizou-se de antigas mágoas e rivalidades. Era necessário forjar a noção da superioridade de um povo em relação ao outro e criar, em caso de derrotas passadas, o desejo da *revanche*. O nacionalismo era assim criado para fortalecer a unidade nacional, a obediência de todos os cidadãos aos interesses do país, fortalecendo o patriotismo, que, uma vez testado, faria com que milhares de jovens se mostrassem dispostos a defender o seu país". (MOTTA, 2000, p. 236-237).

Entre os movimentos nacionalistas anteriores à Primeira Guerra estavam o pan- -eslavismo, o pangermanismo, e o revanchismo francês.

O pan-eslavismo foi um movimento político e cultural motivado pela Rússia que propunha a união de todos os povos eslavos (povos indo-europeus, originários da Europa central e oriental). Acreditava-se que os eslavos tinham características que os distinguiam; a raiz linguística e determinados traços culturais.

O pangermanismo, por sua vez, foi um movimento que objetivava reunir os povos germânicos sob uma mesma bandeira e um mesmo ideal. (Esse movimento foi responsável pela unificação da Alemanha no século XIX, sobre o assunto consulte o Tópico 4 da Unidade 3 do Caderno de História Moderna). A Alemanha, através da ideologia pangermanista, pretendia incorporar os territórios da Europa Central para formar um grande bloco de países, que teriam em comum uma pretensa origem germânica. O “revanchismo francês” foi menos ideológico e mais estratégico. Nesse movimento político, a França pretendia recuperar o território da Alsácia-Lorena (região rica em minério de ferro e carvão, matérias-primas fundamentais às indústrias), perdido para a Alemanha na guerra Franco-Prussiana de 1870.

Os movimentos nacionalistas, somados à ideia de superioridade racial, serviram para legitimar as conquistas territoriais, ou seja, prestaram-se como justificativa ideológica de domínio de territórios por uma nação imperialista. Os novos colonizadores do século XIX acreditavam estar levando a “civilização” para as regiões consideradas política e economicamente atrasadas. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os países imperialistas imprimiram sua política de conquista e expansão nacionalista e racista criaram, entre os povos conquistados, um sentimento de nacionalidade. Nesse sentido, o nacionalismo também pode nascer da resistência ao autoritarismo das nações colonizadoras.

4 AS ALIANÇAS ENTRE AS POTÊNCIAS MUNDIAIS

A Itália e a Alemanha foram umas das últimas nações imperialistas a passar pelo processo de unificação nacional. Enquanto a Inglaterra se unificou no século XVII e a França no século XVIII, a Itália e a Alemanha encerraram as lutas pela centralização política apenas no século XIX. A dinâmica de unificação e de expansão da Alemanha foi, por sua vez, fator decisivo no desencadeamento dos conflitos internacionais que resultaram na Primeira Guerra Mundial.

As ações imperialistas da Alemanha foram consequências do rápido desenvolvimento capitalista que se deu naquele país. “Em menos de uma geração, a Alemanha transformou-se de um conjunto de estados economicamente atrasados num país unificado e forte. Impulsionada pela indústria pesada, com uma base tecnológica muito avançada, a Alemanha adquiriu *status* de potência em poucos anos”. (MOTTA, 2000, p. 234).

As manufaturas produzidas pela indústria alemã passaram a concorrer no mercado internacional com os produtos ingleses. E para resguardar seus interesses no além mar, o império alemão também investiu em uma poderosa marinha de guerra. Assim, sob o próspero desenvolvimento capitalista, a Alemanha se estruturou militarmente e procurou formar alianças para enfrentar a supremacia inglesa no mundo.

A Alemanha, unificada em 1871, formou um bloco político e militar com o império Austro-Húngaro e com a Itália (Tríplice Aliança), para combater a expansão da Rússia em direção ao Mediterrâneo, e as potências imperialistas “tradicionais”: Inglaterra e França. Essas duas nações, entretanto, uniram-se com a Rússia para combater a expansão germânica. Dessa aliança surgiu a Tríplice Entente.

Veja, no mapa a seguir, que os principais países da Tríplice Aliança são vizinhos. Esse foi um fator importante para assegurar a integridade nacional da própria Alemanha.

FIGURA 2 – OS BLOCOS DE PODER NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



FONTE: VIDAL-NAQUET, P. et al. *Atlas Histórico*. Lisboa: Círculo do Leitor.

5 O INÍCIO DA CATÁSTROFE: DOS BÁLCÃS PARA O MUNDO

Foi na Península Balcânica que se concentraram os conflitos que resultaram na declaração de guerra da Alemanha à Rússia, em 1º de agosto de 1914. Os conflitos nos Bálcãs já se arrastavam desde 1908, quando o império Austro-Húngaro invadiu a Bósnia-Herzegovina e rumou em direção à Sérvia. A conquista da Sérvia pela Áustria-Hungria foi uma estratégia para eliminar a influência da Rússia nos Bálcãs. Por isso, a ação austríaca foi apoiada pela Alemanha, que disputava com a Rússia territórios no leste europeu. A Rússia, temendo a política de alianças entre a Alemanha e a Áustria-Hungria, aliou-se

com a França e a Inglaterra. O efeito foi desastroso. As potências imperialistas estabeleceram pactos com os países dos Bálcãs e acabaram instigando ódios e ressentimentos antigos.

Somado ao contexto de expansão imperialista nos Bálcãs, houve, em 1912 e 1913, um conflito armado que envolveu Bulgária, Grécia, Sérvia, Romênia, Montenegro e Turquia. Esses países disputavam os territórios do antigo Império Otomano.

Armou-se o ambiente explosivo! Qualquer faísca colocaria tudo pelos ares. Foi o que aconteceu: no dia 28 de junho, Francisco Ferdinando foi assassinado. Esse episódio colocou não apenas os austríacos contra os sérvios, mas também os alemães contra os russos, e não tardou para que outras potências, enquanto aliadas, entrassem na guerra. O mapa a seguir mostra o palco inicial da Primeira Guerra Mundial.

FIGURA 3 – MAPA DOS BÁLCÃS: O PALCO INICIAL DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL



FONTE: Disponível em: <<https://bit.ly/2P4DKr5>>. Acesso em: 31 out. 2018.

6 A GUERRA DE TRINCHEIRAS

Em princípio, a guerra iniciada pelos alemães era para ter duração curta, como a guerra entre a França e a Prússia de 1870 a 1871. Teoricamente, os alemães planejaram derrotar a França, Inglaterra e Rússia antes de dezembro de 1914. Contudo, na prática a história foi outra.

Para combater a Entente na frente ocidental, o marechal alemão Alfred Von Schlieffen decidiu por um ataque rápido contra a Bélgica e a França. Pelos seus cálculos, esse conflito não duraria mais que 40 dias. Porém, seu plano fracassou. A eficiente técnica de defesa das trincheiras adotada pelos franceses e belgas impediu a marcha apressada dos alemães.

No mapa a seguir, podemos visualizar as principais alianças militares, e também as primeiras e maiores ofensivas da Aliança na frente ocidental em direção à França e na frente oriental através da Polônia.

FIGURA 4 – A GUERRA E AS OPERAÇÕES MILITARES



FONTE: Disponível em: <<http://www.historiasefemeras.com/2015/12/primeira-guerra-mundial-o-conflito.html>>. Acesso em: 31 out. 2018

Antes da Primeira Guerra Mundial, as batalhas se davam entre exércitos em movimento, entretanto, o conflito mundial de 1914 ficou caracterizado pela guerra de posições ou de trincheiras. Nesse tipo de combate, os soldados se amontoaram em valas lamacentas. “Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como – e com – ratos e piolhos”. (HOBSBAWM, 1995, p.33).

Outra característica da Primeira Guerra Mundial foi o uso de armas químicas, como o temido “gás mostarda”, que queimava não apenas os pulmões, mas todo o corpo. Gases e lança-chamas foram usados na batalha de Verdun, a maior dessa guerra. Só nessa batalha se envolveram 2 milhões de soldados e a metade morreu. Alguns depoimentos dos combatentes narram as lutas, as trágicas e assustadoras experiências em Verdun. O texto retirado do *site* Terra traz imagem desse episódio da Grande Guerra.

O horror sem tréguas sofrido pelos soldados no matadouro de Verdun foi indescritível. Milhares de homens, os melhores exemplares de duas das mais civilizadas e cultas sociedades até então conhecidas, foram reduzidos durante meses a fio, em meio à chuva, à lama, à neve, ao gelo e depois ao sol, à uma vida subumana. Como se fossem trogloditas, vergando os corpos como caramujos, passaram intermináveis horas e dias dentro de buracos e de túneis, de fossos e de cavernas, todas elas imundas, fétidas, invadidas por um repulsivo mau cheiro, assustados pelo silvo dos morteiros e pelo atordoante impacto das bombas e estilhaços que, como chuva pesada, não paravam de cair sobre eles. Enlouquecidos pelo troar incessante das canhonadas, ainda assistiam diariamente os estragos que as metralhas e os lança-chamas faziam sobre os corpos mutilados dos seus camaradas. Os bombardeios enterravam e desenterravam os cadáveres. Os miasmas e odores nauseabundos exalados por todos os lados eram tamanhos que os soldados que frequentavam as latrinas do Forte Vaux usavam máscaras antigás. Um número considerável de cartas enviadas pelos combatentes à retaguarda, para os seus familiares, amigos ou amadas, compuseram o que se pode designar como a “literatura de Verdun”, coletada por pesquisadores e historiadores da correspondência vinda das trincheiras.

Exemplos:

- Comentário de um oficial alemão: “o número de desertores aumentou, os soldados do fronte começaram a ficar insensíveis, apáticos, de tanto verem os corpos sem cabeças, sem pernas, atingidos no estômago, trespassados na testa, com buracos no peito, dificilmente reconhecidos, pálidos e sujos, em meio à lama marrom- amarelada que cobre inteiramente o campo de batalha.”
- De um outro soldado alemão: “ numa única palavra, Verdun. Numerosos rapazes, ainda jovens e cheios de esperanças, deixaram suas vidas aqui – os restos mortais deles estão se decompondo em algum lugar entre as trincheiras, em sepulturas de massa, nos cemitérios”.
- De um soldado francês: “durante os meses de verão, os vermes e as moscas assolam os corpos e o fedor, aquele horrível cheiro... quando nós cavamos trincheiras colocamos dentes de alho nas narinas.”

- Um outro testemunho: “lama, calor, sede, sujeira, ratos, o doce cheiro dos corpos, o repugnante cheiro dos excrementos e o terrível medo... sinto que temos que ir para o ataque, e isso justo quando ninguém tem mais vigor”.
- Um soldado francês descreve um bombardeamento: “Quando você ouve o sibilo cada vez mais próximo todo o seu corpo encolhe-se preventivamente preparando-se para a enorme explosão. Cada nova explosão é um novo ataque, uma nova fadiga, uma nova aflição. Mesmo os nervos daqueles feitos de aço não são capazes de suportar com tal tipo de pressão. O momento vem quando o sangue explode na sua cabeça, a febre ferve no interior do seu corpo e os nervos, entorpecidos pelo cansaço, não são capazes de reagir a mais nada. É como se você estivesse preso a um poste, amarrado por um homem com um martelo... é difícil até rezar para Deus”.
- Um oficial francês observa: “Primeiro passam companhias de esqueletos, por vezes comandadas por um oficial ferido, apoiado numa muleta. Todos marcham ou melhor movem-se para frente em zigue-zague como drogados. Seus rostos aparentam como se eles tivessem gritando alguma coisa”.

FONTE: EDUCATERRA. O inferno de Verdun: eles não passarão! Disponível em: <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/2002/04/25/001.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

7 O DESFECHO DA GUERRA

Entre 1914 e 1917, os Estados Unidos haviam tirado vantagens econômicas da guerra que se dava no outro lado do Oceano Atlântico. Nesse período, os norte-americanos foram os principais fornecedores de armas, alimentos e combustível aos estados aliados da Europa. Porém, com o bloqueio dos alemães nos portos da Grã-Bretanha e da França, o lucrativo comércio dos Estados Unidos foi interrompido. Foi assim, com a interrupção comercial forçada e com a saída da Rússia do conflito, que os Estados Unidos declararam guerra à Alemanha em 1917.



Lembre-se, prezado acadêmico, em 1917 se deu a revolução bolchevique na Rússia, que criou o primeiro regime socialista da história. Esse tema será assunto de estudo do próximo tópico.

Os Estados Unidos entraram na guerra em um momento importante para recompor as forças dos aliados. Os longos quatro anos de guerra levaram os países beligerantes à exaustão. Boa parte da população masculina produtiva estava sendo exterminada nos campos de batalha. A Grande Guerra levou à morte oito milhões de soldados e nove milhões de civis. Sem contar os seis milhões de mortos por causa da gripe espanhola, e das vinte milhões de pessoas que ficaram inválidas. Outro dado importante é que a Primeira Guerra foi o primeiro conflito moderno com mais mortos civis que militares. Muitos combates se deram dentro das próprias cidades.

A longa duração do conflito levou os exércitos ao esgotamento físico e emocional. A fome foi o principal motivo de deserção entre as tropas e de morte entre os civis. Os suprimentos eram escassos nas cidades, por causa do bloqueio marítimo. Os submarinos alemães causaram verdadeiro terror nos mares. O bloqueio foi uma das principais estratégias da Primeira Guerra. Devido à longa duração da guerra, as pessoas ficaram meses, anos sem suprimentos. O bloqueio marítimo provocou uma verdadeira tragédia social. Vejamos o que Carl Grimberg nos diz sobre a precariedade da sociedade civil na Alemanha durante a guerra:

A fome minara a resistência do povo alemão. O bloqueio britânico produziu os seus frutos. A Alemanha entrara em guerra sem verdadeiras reservas. Esperando uma vitória rápida, as autoridades tinham-se limitado, durante muito tempo, à racionalização da agricultura por todos os métodos possíveis, à economia no consumo alimentar e à procura de *Ersatz* (substitutos) para diversos produtos e matérias-primas industriais. Em 1916 foi estabelecido o racionamento geral para os artigos mais importantes. Mas as rações tiveram que ser progressivamente reduzidas; era preciso acima de tudo, abastecer as forças armadas. Em abril de 1917, o cidadão alemão recebia dois terços da quantidade de pão que consumia em 1913; no outono de 1918, o quantitativo descia para a metade. O nabo substituíu a batata, difícilíssima de encontrar. A fome provocava doenças, espalhava a tuberculose; a situação, já crítica, agravou-se mais ainda, no Verão de 1918, com a terrível “gripe espanhola”. A mortalidade aumentava dia a dia, primeiro lentamente, depois por saltos sucessivos. (GRIMBERG, 1989, p. 48).

Se a entrada dos Estados Unidos, em 1917, possibilitou a recuperação militar dos países aliados, o esgotamento de quatro anos de guerras acabou enfraquecendo a Alemanha e influenciando sua derrota em 1918. Em 18 de novembro de 1918 foi assinado, enfim, o armistício. A Alemanha foi, por sua vez, a nação responsável pela guerra.

Com o fim da guerra e a rendição da Alemanha e de seus aliados, as nações vencedoras reuniram-se na cidade francesa de Versalhes para assinar o tratado de paz. Antes, porém, um plano de paz foi proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson (1856-1924), mas não foi aprovado na íntegra, pois foi considerado muito “abstrato” e não previa uma punição para a Alemanha. Esse plano ficou conhecido como “Os 14 pontos de Wilson”. Leia, a seguir, os pontos defendidos pelo presidente dos Estados Unidos:

1. Abolição da diplomacia secreta, ou seja, a diplomacia entre os países deveria se tornar pública.
2. Plena liberdade de navegação, tanto em período de paz quanto de guerra, o que significava uma crítica à tática de bloqueio naval.
3. Remoção, quando possível, de todas as barreiras econômicas entre as nações e o estabelecimento de uma igualdade de condições de comércio entre as nações.
4. Limitação dos armamentos nacionais, reduzidos ao menor nível, coerente com a segurança nacional.
5. Ajuste imparcial das pretensões coloniais, considerando-se também os interesses dos colonizados.
6. Ajuda à Rússia, para que este país pudesse obter uma oportunidade desimpedida e desembaraçada para a determinação independente de seu desenvolvimento político.
7. Restauração da independência da Bélgica.
8. Devolução da Alsácia-Lorena à França.
9. Reajustamento das fronteiras nacionais italianas.
10. Autonomia dos povos da Áustria-Hungria.
11. Restauração da Romênia, de Montenegro e da Sérvia, assegurando o acesso ao mar.
12. Autonomia dos povos até então submetidos aos turcos.
13. Criação da Polônia independente.
14. Criação de uma Sociedade ou Liga da Nações.

FONTE: RODRIGUES, Luiz Cesar. *A Primeira Guerra Mundial*. 2. ed. São Paulo: Atual, 1985.

Essa proposta, apesar de se basear no princípio de justiça entre as nações, não satisfez os interesses de ingleses e franceses. A Inglaterra não estava disposta a ceder sua supremacia nos mares e a França exigia uma reparação da Alemanha. Sob essas condições, o Tratado de Versalhes foi redigido sob a liderança dos vencedores: França, Inglaterra e Estados Unidos. Entre os pontos aprovados no Tratado destacaram-se:

- A criação da Liga das Nações.
- A devolução do território da Alsácia-Lorena para a França.
- A Alemanha deveria ceder seus territórios coloniais à Grã-Bratânia e à França e os territórios invadidos deveriam ser devolvidos.
- O exército alemão seria reduzido a 100 mil soldados e o país não poderia formar uma força aérea. A marinha estava restrita a 15 mil militares e não poderia usar submarinos.
- Os navios mercantes da Alemanha seriam confiscados pelas nações vencedoras, principalmente pela França e pela Inglaterra.
- A Alemanha deveria pagar 132 bilhões de marcos-ouro em trinta anos.

De fato, a Alemanha, segundo o Tratado de Versalhes, foi a única nação responsabilizada pela Grande Guerra. Os alemães saíram da Primeira Guerra Mundial humilhados. Além de ter de recompor seu país, tiveram que saldar suas dívidas com as nações vencedoras e reduzir drasticamente o contingente militar do país. Veremos que esse sentimento de humilhação contribuiu para que Adolf Hitler assumisse o governo da Alemanha na década de 1930. Acontecimento que acabou levando a Alemanha, a Europa e o mundo a uma nova e também catastrófica guerra mundial.

RESUMO DO TÓPICO 1

Caro acadêmico, neste tópico você estudou:

- As características gerais do tempo contemporâneo: a laicização do Estado; o desenvolvimento do sistema capitalista; as guerras imperialistas; o crescimento das cidades.
- As duas guerras mundiais – Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – marcaram profundamente o século XX.
- Os antecedentes da Primeira Guerra Mundial, chamada também de Grande Guerra: disputas imperialistas na África, Ásia e conflitos nacionalistas na Europa.
- As alianças políticas para a guerra entre as potências tradicionais (Inglaterra, França e Rússia) – Tríplice Entente, e as novas potências (Alemanha, Itália e Áustria-Hungria) – Tríplice Aliança.
- As principais características da Grande Guerra: batalhas de trincheiras; o uso de armas químicas e a estratégia de bloqueio marítimo.
- O Tratado de Versalhes foi uma imposição dos vencedores à Alemanha, que foi responsabilizada pela guerra.

AUTOATIVIDADE



- 1 Apresente os principais motivos que explicam o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial.

- 2 Estabeleça uma relação entre nacionalismo e a Primeira Guerra Mundial.



A REVOLUÇÃO RUSSA: ALTERNATIVA AO CAPITALISMO

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Russa, ou melhor, a revolução bolchevique de outubro de 1917, foi um dos mais importantes episódios da história do século XX. Ela deu início ao primeiro Estado de regime socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com a criação da União Soviética começou, então, o conflito mundial entre capitalismo e socialismo.

O socialismo soviético consolidou-se por mais de setenta anos como alternativa política e econômica ao capitalismo. A importância desse sistema político e econômico foi tão grande, que o cientista político norte-americano Francis Fukuyama afirmou que a história tinha chegado ao fim com a dissolução da União Soviética (1991). Segundo Fukuyama, a humanidade teria atingido o auge da evolução política com a vitória do capitalismo e da democracia burguesa sobre o socialismo e a burocracia de estado. A tese do fim da história nos parece mais uma provocação, mas ela lança uma dúvida inquietante: será possível, após o fim do socialismo, outro sistema político-econômico que se contraponha ao capitalismo?

Segundo Eric Hobsbawn, a história do século XX “não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos” (1995, p.89). No século passado, a revolução socialista na Rússia inspirou movimentos políticos em diversos países. O modelo econômico da União Soviética serviu de exemplo para o mundo na década de 1930, por ter passado imune pela crise do capitalismo (estudaremos esse assunto no tópico 3 dessa Unidade). Por outro lado, quando o assunto é a guerra mundial, não podemos deixar de citar a importância da União Soviética para a derrota da Alemanha nazista de Hitler (já a Segunda Guerra Mundial será tema de estudos da Unidade 2). A influência soviética não parou por aí. Os movimentos socialistas do século passado idealizavam a União Soviética. E a Guerra Fria (1945-1991), também não podemos entendê-la sem antes estudar a União Soviética, o principal “efeito” da Revolução Russa.

Com o estudo da Revolução Russa, daremos sequência ao conteúdo do tópico anterior, uma vez que a revolução socialista nasceu de dentro da Primeira Guerra Mundial. Em 1917, camponeses, operários e soldados uniram-se pelo sentimento contra as consequências da guerra: terras destruídas, fome no campo e na cidade. A extrema pobreza dos trabalhadores somada à derrota dos exércitos russos no campo de batalha formaram o terreno fértil para o levante popular que deu origem a Revolução Russa.

A partir de agora convido você, caro acadêmico, a participar dessa “aula” sobre Revolução Russa. Percorreremos, daqui para frente, os principais caminhos que levaram à implantação do socialismo. Desejo a você uma boa leitura. E não se esqueça, qualquer dúvida, você pode contar com o auxílio do(a) professor(a)-tutor(a).

2 A RÚSSIA CZARISTA E A REVOLUÇÃO DE 1905

Antes da Revolução de 1917, estourou, em 1905, um movimento revolucionário que exigia reformas na estrutura política e econômica do Império Russo. A Rússia, nesse período, vivia sob o comando dos **czares**. Para governar, ele contava com as alianças com a nobreza rural, os representantes da Igreja Ortodoxa, os militares, os camponeses proprietários (chamados de *Kulaks*), os altos funcionários e os poucos capitalistas donos de indústrias.



O título de czar ou tsar era concedido aos imperadores russos desde o século XVI, o termo por sua vez tem origem no nome do imperador romano da antiguidade, Júlio César. O império era governado por uma monarquia absolutista, que estava centralizado na figura do czar, considerado o representante de Deus na Terra.

A Rússia czarista era constituída, majoritariamente, por camponeses (denominados de *mujiques*) e proprietários de terra, que constituíam 80% da população. Até 1861, os camponeses viviam sob o regime de trabalho servil. A base cultural era tradicional, baseada nos costumes ancestrais e na religião herdeira do Império Bizantino (estudado na Unidade 2 do Caderno de Estudos de História Medieval). Devido à grande extensão territorial, a Rússia era formada por uma população culturalmente heterogênea. De fato, nas fronteiras do império se encontravam, sob o nome de “russos” (aquele que vivia no Império Russo), um conjunto de etnias distintas, com diferentes línguas, tradições, religiões e costumes. Entre o que se denominava “russo” estavam: “cristãos ortodoxos, protestantes, católicos, mulçumanos xiitas e sunitas, judeus, animistas, eslavos e não eslavos, europeus e asiáticos, povos com consciência nacional consolidada, outros sem memória definida”. (REIS FILHO, 2003, p.39). Veja, a seguir, a grande extensão do Império Russo.

FIGURA 5 – MAPA DO IMPÉRIO RUSSO



FONTE: Disponível em: <<http://f.i.uol.com.br/folha/mundo/images/0711392.gif>>. Acesso em: 1 dez. 2008.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, a sociedade do imenso Império estava estruturada em torno das tradições, da religião e do poder de uma nobreza proprietária de terras parasitária.

O poder czarista, de fato, apoiava-se em poderosas tradições e estruturas políticas e sociais.

O nexo rural constituía sua base principal de sustentação, apesar do desgaste do tempo e das insatisfações acumuladas. [...]. Baixos níveis de produtividade, altas taxas de exploração, miséria, fomes periódicas: a força do Antigo Regime, através das fronteiras do tempo, resistindo à modernidade capitalista e às reformas ocidentalizantes. Bolsões de progresso tecnológico não escondiam a realidade maciça do atraso, simbolizado pelo largo uso ainda do arado de madeira e das mãos nuas do camponês como instrumentos principais de trabalho. Frequentemente absteístas, os proprietários, de modo geral, viviam em outro tempo, endividados, parasitando a sociedade, cultivando as glórias e os valores do passado, sem alternativas de futuro.

Antigas tradições religiosas amarravam com seguros nós esta sociedade agrária, mesclando-se os ritos e as estruturas hierárquicas da Igreja Ortodoxa com os costumes animistas e mágicos da religiosidade popular. Dos mosteiros recolhidos e austeros aos popes embriagados das aldeias havia abismos de cultura, mas também denominadores comuns, construindo identidades, sobretudo entre os eslavos, e entre os russos em particular. (2003, p. 37-38).

Na década de 1890, contudo, a sociedade viveu um período de modernização urbana. As cidades passaram a contar com indústrias e ferrovias. Foi instalada a estrutura industrial típica do período da Segunda Revolução Industrial, ligadas à produção de aço, de automóveis (com motor de combustão interna), de eletricidade e de produtos químicos. Apesar desse surto de desenvolvimento

econômico em centros urbanos, as desigualdades sociais eram gritantes. Os trabalhadores das fábricas, que somavam 3 milhões, tinham que cumprir 12 horas diárias ou mais de trabalho e recebiam salários que mal dava para se alimentar. A situação social no campo não era diferente, vivia-se um sistema de servidão e o resultado era uma baixíssima produtividade. A modernização da cidade convivia com o atraso no campo e em ambos os mundos, urbano ou agrário, a situação dos trabalhadores era precária.

O impulso modernizador das principais cidades da Rússia: Moscou, São Petersburgo, Kiev e Odessa, foi acompanhado pelo rápido crescimento urbano e pelas condições de exploração do trabalhador. Nesse ambiente citadino se constituíram, por sua vez, grupos políticos contrários ao absolutismo monárquico. A ideia de igualdade social (enquanto herança da Revolução Francesa) começou a se espalhar nas cidades pela voz dos militantes marxistas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), entre eles: Georgi Plekhanov, Vladimir Ulianov (Lênin) e Lev Bronstein (Trotsky). Esses militantes, entretanto, tiveram que deixar a Rússia em função da repressão czarista. No exílio, eles mantiveram o partido vivo em cidades como Londres e Genebra.



Os marxistas defendiam as ideias socialistas do intelectual alemão Karl Marx (1818-1883). Marx se dedicou ao estudo do capitalismo e de sua dinâmica interna. Ele foi o mais influente dos teóricos socialistas. Suas obras exerceram e ainda exercem influência no pensamento e na política de grande parte das sociedades modernas. O conceito de mais-valia está entre as principais teorias de Marx para explicar a desigualdade social no sistema capitalista. Simplificando a mais-valia é a apropriação, pelo capitalista, do valor de uma mercadoria que não é pago ao operário que a produziu. Karl Marx entendia que o modo de produção da vida material, através do trabalho, determinava as condições de vida de uma coletividade, e influenciava em sua cultura. Para saber mais sobre a vida e as principais ideias de **Marx** sugerimos o seguinte livro: KONDER, Leandro. Marx: vida e obra. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

No segundo congresso do POSDR, realizado na Bélgica em 1903, houve uma divisão interna no partido, que originou a corrente política que assumiria o poder na Revolução Russa de 1917: bolchevique (termo que significa “maioria”). Os bolcheviques defendiam a luta armada para derrubar a monarquia absolutista e pregavam a formação de um governo operário e camponês centralizado. Seu líder era Lênin. A outra corrente do partido era formada pela ala menchevique (termo que significa “minoria”). Eles também planejavam acabar com o governo czarista, porém, diferente dos primeiros, tinham o objetivo de compor um governo em aliança com a burguesia liberal. Os mencheviques planejavam construir um país aos moldes das nações capitalistas da Europa ocidental. O líder dessa facção do POSDR era Julius Martov.

No ano seguinte ao Segundo Congresso do POSDR, também fora da Rússia, se deu outra batalha, menos ideológica e mais sangrenta. Foi a guerra entre russos e japoneses pelo território do nordeste da China – a Manchúria. A derrota humilhante da Rússia nessa guerra contribuiu para reacender o descontentamento do povo em relação ao governo de Nicolau II (1868-1918). A guerra russo-japonesa terminou em 1905. Nesse mesmo ano, teve início um grande levante popular que exigia reformas profundas na estrutura política e econômica do Império Russo. A Revolução fracassada de 1905 foi uma prévia da Revolução vitoriosa de 1917.

Em 1905, a Rússia Imperial desabou no caos quando mais de um século de queixas contra o governo arbitrário dos czares autocráticos culminaram em revolta. O descontentamento disseminado de uma nova classe de trabalhadores industriais, urbanos e antigos ressentimentos do campesinato, explodiram numa revolução espontânea que por breve tempo pareceu que derrubaria a monarquia mais poderosa e absoluta da Europa. Embora o czar reprimisse os insurgentes, finalmente, dissolvendo a revolução no início de 1906, os eventos de 1905 fortaleceram um inesperado ensaio geral para a sublevação volátil da Revolução Russa de 1917. (AMOND, 2004, p. 130).

O clima de descontentamento social pairava no ar em 1905. No domingo do dia 9 de janeiro, na cidade de São Petersburgo (capital política e cultural do império), teve início uma passeata organizada pelo padre George Gapon. Os manifestantes rumaram para o Palácio de Inverno de Nicolau II. Eram cerca de 200 mil participantes, entre operários, mulheres e crianças, que reclamavam por melhores condições de vida. Suas solicitações consistiram em: reforma agrária, tolerância religiosa e participação de representantes do povo no governo. A passeata era pacífica e festiva, mas foi entendida como uma afronta ao império. O desfecho foi trágico. Cerca de 200 pessoas morreram naquele episódio que ficou conhecido como “domingo sangrento”. Esse massacre só fez aumentar o descontentamento social (operários, camponeses e militares). A luta operária, organizada pelos sindicatos clandestinos, exigia: “liberdade de organização sindical, direito de greve, jornada de trabalho de 8 horas, férias, previdência social etc”. (REIS FILHO, 2003, p.43/44). Para acalmar os ânimos e estabelecer um canal de diálogo com o movimento grevista, o imperador Nicolau II considerou algumas das reivindicações. Além de encerrar os conflitos armados com os japoneses, o imperador convocou eleições para compor um parlamento, denominado Duma, que seria encarregado pela elaboração de uma constituição para a Rússia.

No entanto, soldados e marinheiros também haviam se rebelado contra o império russo. No Mar Negro, os militares do encouraçado Potemkin fizeram um levante contra as péssimas condições em que se encontravam, pois faltava até comida no navio. Também reclamavam de uma possível participação na guerra contra o Japão. O levante virou tema de filme e propaganda soviética em 1925.

FIGURA 6 – “GLÓRIA AOS HERÓIS DO POVO DO ENCOURAÇO POTEMKIN” (PÔSTER DO FILME ENCOURAÇO POTEMKIN)



FONTE: Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b4/Poster15.jpg>>. Acesso em: 2 dez. 2008.

Filme: O Encouraçado Potemkin

O filme retrata a Revolução de 1905 na Rússia, que pode ser considerado um movimento democrático, contra o autoritarismo do Czar.

DIRETOR: Sergei Eisenstein

ELENCO: Alexander Antonov, Vladimir Barsky, Grigory Alexandrov, Marusov, Mikhail Gomorov

ANO DE PRODUÇÃO: 1925

RESUMO

O Filme retrata a Revolução de 1905 na Rússia Czarista. País atrasado que iniciava seu desenvolvimento industrial graças aos investimentos estrangeiros, possuía um governo autocrático, com o poder centralizado nas mãos do Czar. Apesar de não possuir uma estrutura imperialista, seu comportamento em nível de política externa se assemelhava ao das grandes potências, ou seja, procurava conquistar mercados, colonizando-os.

A tentativa de ocupar a Manchúria determinou o início da Guerra Russo-japonesa, que representou um desastre para a já combalida economia russa. Nesse contexto é que encontramos as grandes manifestações da época, como o “Domingo Sangrento”, a formação dos soviets e a revolta dos marinheiros no porto de Odessa.

A história que está sendo contada é emocionante: em 1905, marinheiros de um navio do Czar rebelam-se contra a tirania de seus comandantes e assumem o controle do Potemkin. A população de Odessa apoia a revolta. As forças repressoras do regime czarista esmagam o movimento com violência desmedida.

A produção artística russa, incluindo o cinema, depois da revolução de 17 adotou um modelo conhecido como “realismo socialista”, foi financiado pelo estado e tinha como objetivo divulgar uma ideologia nova, uma outra forma de ver o mundo, apoiada em estudos teóricos (inacessíveis para o cidadão comum), mas com propostas bem concretas (e radicais) para a economia do País. Ao mesmo tempo vale lembrar que a ditadura stalinista está se iniciando e ainda não existe uma política acabada para a cultura, garantindo certa liberdade a artistas e intelectuais.

Em “O Encouraçado Potemkin”, a ideologia do realizador está presente em cada fotograma; contudo, não na forma de panfleto sectário, e sim como retrato da intolerância humana, de qualquer origem ou período histórico. Eisenstein era um artista, além de ser um revolucionário. E por isso o filme sobreviveu. Contudo, não dá para esquecer que sua obra é tão poderosa porque estava impregnada de uma visão de mundo, de uma vontade imensa de falar sobre esse mundo e, mais do que isso, transformá-lo.

FONTE: Disponível em <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=436>>. Acesso em: 2 dez. 2008.

A Revolução de 1905 mostrou a capacidade de organização política dos trabalhadores. Ali surgiram os primeiros conselhos de operários, camponeses e soldados – os soviets, que nasceram dos comitês de greve e no calor das lutas políticas. Esses conselhos eram geridos pelos próprios trabalhadores. Segundo Daniel Aarão: o soviete era “ágil, flexível, colado aos sentimentos e aspirações da base de eleitores, sem mandato fixo, nem remuneração especial, conjugando aspectos políticos e sindicais [...]”. (2003, p.44).

Os conselhos tinham diferenciações hierárquicas: na base estavam os soviets de bairro, de regimentos e de aldeias; acima deles estavam os conselhos das cidades, regiões e províncias, e no topo encontrava-se o Congresso que reunia integrantes de todos os soviets da Rússia. Não é de se espantar que os conselhos foram interditados no regime czarista, mas, após a revolução de outubro de 1917 passaram a compor a base do governo, tornando-se órgãos deliberativos do Estado.

3 A RÚSSIA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Vimos, no primeiro tópico, que no dia 1º de janeiro de 1914 a Alemanha havia declarado guerra à Rússia em decorrência dos conflitos nacionalistas e da expansão imperialista nos Bálcãs. Vimos também que a guerra, que era para ter uma curta duração, se estendeu por anos, arrastando cerca de 5 milhões de combatentes russos à morte e o país à destruição.

De fato, a economia da Rússia não estava preparada para suportar uma guerra tão extensa. A produção agrícola ficou arrasada e os meios de transporte destruídos. O resultado foi uma grande alta nos preços dos alimentos. A maioria da população ficou sem recursos financeiros para adquirir gêneros de primeira necessidade e passou a enfrentar seus piores inimigos: fome e frio.

Nesse contexto, a guerra contra a Alemanha e seus aliados passou a ser vista como o grande mal. Além de tirar a vida dos camponeses que lutaram pela pátria, levava à miséria grande parte da população.

A pequena fração socialista que se opusera à guerra em 1914 começou a crescer, além de aumentar dia a dia o número de greves e protestos, inclusive nas indústrias armamentistas. Em todos os países o pacifismo crescia. Em alguns, as minorias nacionalistas começaram a agitar-se e na Alemanha e na Rússia eclodiram os **motins da fome**, nos quais multidões saqueavam os depósitos de alimentos. [...].

Em 1917 a guerra chega a um impasse, e os povos estavam fartos de um conflito que se tornara um gigantesco e interminável massacre e gerava toda sorte de privações. Deserções e insubordinação cresciam entre os soldados, apesar das punições e dos fuzilamentos. A Rússia, entre todos os beligerantes, foi a nação onde estes fenômenos se manifestaram com mais força. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p.110-111).

Então, da mesma forma que a guerra russo-japonesa precipitou a revolução de 1905, a Primeira Guerra Mundial preparou o terreno para a revolução de 1917. Além da inflação e da alta taxa de desemprego no período da guerra, os laços que uniam o povo ao czar se enfraqueceram ainda mais com as manifestações populares de ideário socialista.

Mark Amond se refere ao período que antecedeu a saída da Rússia da Grande Guerra da seguinte maneira:

Por três anos o exército russo foi forçado pelos alemães a recuar para o interior de seu próprio império, sofrendo perdas enormes em homens e armamento. Somando-se a tais perdas, o esforço de guerra foi pessimamente organizado. Mesmo quando a munição era produzida com fartura, as tropas eram mal supridas devido ao sistema de transporte inconfiável. A ferrovia era incapaz de suprir tanto a frente de combate quanto as grandes cidades. Em consequência, a capital, Petrogrado (rebatizada de São Petersburgo para parecer menos germânico), vivenciou grave escassez de comida e combustível ao final de 1916 e os preços dispararam, fora de controle. (2004, p.69).

Além da crise econômica provocada pela guerra mundial, o governo czarista sofria com o desprestígio político de Nicolau II e de sua “sagrada família”. Enquanto o jovem príncipe Alexei Romanov padecia com a hemofilia (doença hereditária que impede a coagulação sanguínea), corria o boato que a bela czarina Alexandra Feodorovna cometera adultério com o religioso e místico conselheiro de Nicolau: Grigori Rasputin. Foi em meio a essa crise econômica e política que se deu a revolução de fevereiro de 1917 e a queda do regime czarista.

Tendo assumido o comando do exército em 1915, Nicolau II levava a culpa pelas derrotas enquanto sua esposa Alexandra, nascida na Alemanha, ficava encarregada da capital. Tanto o czar quanto a czarina viram-se perigosamente isolados da opinião pública e alheios à crise interna cada vez maior. Em particular, eles confiavam no apócrifo homem santo, Rasputin, que parecia exercer estranha influência sobre a aflagrada hemofilia do filho deles. Falsos rumores sobre o relacionamento da czarina com Rasputin e histórias autênticas sobre sua corrupção juntaram-se às más notícias da frente de combate e das dificuldades internas para desacreditar a família imperial. Em dezembro de 1916, aristocratas insatisfeitos mataram Rasputin, desencadeando o deslizamento do país para a revolução. (AMOND, 2004, p. 69-70).

As consequências da Primeira Guerra Mundial foram devastadoras para o Império Russo e precipitaram a Revolução Russa. Foi o “desabastecimento, as carências, a inflação, a escassez, a desorganização geral da vida econômica, provações sem fim”, que submeteram o “patriotismo e a paciência” da população russa “a duras provas”. (REIS FILHO, 2003, p.47). O clima de revolta invadiu São Petersburgo. Panfletos pedindo a saída do czar do poder eram distribuídos nas ruas.

4 A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

O clima de efervescência política vivido na Rússia nos anos da Grande Guerra resultou na deposição do czar Nicolau II, no dia 15 de março de 1917. O czar deixou o governo após o movimento revolucionário de fevereiro que aconteceu em Petrogrado. Nesse episódio, os revolucionários precisaram apenas de cinco dias para derrubar uma dinastia que durou mais de três séculos.

Em 23 de fevereiro, no Dia Internacional da Mulher na Rússia, ocorreu uma série de manifestações populares na capital. A população clamava palavras de ordem contra a guerra, a autocracia e a fome. “A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão, e a dos operários entre eles, melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era, como sempre, terra”. (HOBSBAWN, 1995, p.68). Só as operárias e os operários grevistas somaram cerca de 90 mil manifestantes no primeiro dia de manifestações. Três dias depois, elas e eles eram 240 mil. O movimento terminou com a tomada do Palácio de Inverno no dia 27 de fevereiro.

Quem você acha que assumiu o poder após a revolução? Se você pensou nos operários, errou. Não foi nesse momento que os trabalhadores se viram representados no governo. O governo provisório foi formado, de fato, por dois grupos. O primeiro era constituído por membros da Duma Imperial e o segundo por membros mais moderados dos soviets (que voltaram a funcionar livremente em 1917). A maior parte dos membros do grupo dos soviets era formada pelos mencheviques, que defendiam reformas liberais e a permanência da Rússia na guerra. Dos catorze representantes dos soviets apenas dois eram bolcheviques. O governo provisório favoreceu a classe média. Nesse sentido, as “rédeas da revolução” foram tomadas dos operários pelo pequeno grupo de proprietários e capitalistas da Rússia.

Os revolucionários, entretanto, conquistaram algumas de suas reivindicações, como a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e a liberdade de manifestação política, que dava legalidade aos conselhos e associações de trabalhadores. Porém, o pedido de retirar os exércitos da guerra não foi atendido. Com essa decisão, o governo provisório perdeu popularidade e legitimidade. “Quando o Governo Provisório insistiu em lançar o exército na ofensiva militar em junho de 1917, o exército estava farto, e os soldados camponeses voltaram para as suas aldeias”. (HOBSBAWN, 1995, p. 68). Foi aí que o Partido Bolchevista conquistou mais militantes em sua luta, para derrubar o governo liberal instaurado em 2 de março de 1917.

5 A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E O GOVERNO BOLCHEVIQUE

A divisão entre os soviets e o Governo Provisório se acentuou com o retorno de Lênin à Rússia, em abril de 1917. (Exilado na Suíça, ele já planejava a tomada do poder pelos bolcheviques!). De volta à sua terra natal, em assembleia do Partido Bolchevique, naquela data, ele apresentou suas principais ideias políticas para a formação de uma república dos soviets. Suas proposições foram publicadas sob o título de “Teses de Abril”.

FIGURA 7 – FOTOGRAFIA DE VLADIMIR ILITCH ULIÂNNOV (LÊNIN)



FONTE: Disponível em: <<http://www.mepr.org.br/imagens/ciencia/marxismo/Lênin.jpg>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

Leia a seguir as “Teses” de Lênin. Esse documento histórico sintetiza as principais reivindicações do Partido Bolchevique em abril de 1917: paz imediata; reforma agrária; criação de um banco nacional; governo formado pelos soviets.

Confraternização na frente de batalha.

2 A particularidade do momento atual da Rússia é que o país está passando do primeiro estágio da revolução - que deu o poder à burguesia, pelo fato do proletariado não ter o suficiente nível de consciência e de organização - ao segundo estágio, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e dos setores mais pobres do campesinato.

Esta transição é caracterizada, por um lado, pelo máximo de legalidade (a Rússia é hoje o país com mais liberdade entre todos os países beligerantes); por outro, pela ausência de violência contra as massas, e, por fim, pela confiança inconsciente destas no governo dos capitalistas, o pior inimigo da paz e do socialismo.

Esta especificidade exige de nossa parte habilidade para adaptar-nos às condições especiais do trabalho do partido entre setores, inusitadamente, amplos das massas proletárias que acabam de despertar para a vida política.

[...]

4 [...] Explicar às massas que os Sovietes de deputados operários são a única forma possível de governo revolucionário e que, por isso, enquanto este governo se submete à influência da burguesia, nossa missão só pode ser a de explicar os erros de sua tática de uma forma paciente, sistemática, persistente e adaptada especialmente às necessidades práticas das massas.

Enquanto estivermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, propagando ao mesmo tempo, a necessidade que todo o poder do Estado passe aos Sovietes de deputados operários. Fazendo assim com que, a partir de sua experiência, as massas corrijam seus erros.

5 Não uma república parlamentar, retornar a uma república parlamentar a partir dos Sovietes seria dar um passo atrás. E sim uma república dos Sovietes de deputados operários, trabalhadores agrícolas e camponeses. Em todo o país, de alto a baixo.

Supressão do exército, da polícia e da burocracia.

Os salários de todos os funcionários públicos não deverá exceder o salário médio de um operário qualificado, além disso todos eles devem ser eleitos e podem ser revogados a qualquer momento.

6 No programa agrário, o centro deve ser passado ao Soviete de deputados de trabalhadores agrícolas.

Confisco de toda a terra dos latifúndios.

Nacionalização de todas as terras do país, que ficarão à disposição dos Sovietes de deputados de trabalhadores agrícolas e camponeses. Criação de Sovietes especiais de camponeses pobres. Fazer de cada grande porção de terra (com uma extensão entre 100 e 300 deciatinas, segundo as condições

locais e outras, sob o juízo das instituições locais) uma fazenda modelo sob o controle dos deputados trabalhadores agrícolas e sob a administração pública.

- 7 Fusão imediata de todos os bancos em um banco nacional único, submetido ao controle do Soviete de deputados operários.
[...]

FONTE: Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000028.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2008.

A proposta de Lênin de “todo poder aos soviets” ganhou adeptos entre os principais conselhos das cidades mais importantes do país. Em outubro de 1917, o partido dos bolcheviques contava com cerca de 225 mil militantes e com uma milícia organizada, formada pelos “Guardas Vermelhos”. No dia 6 de novembro, Lênin e Trotski (que ingressou no partido bolchevique em julho e comandava o soviete de Petrogrado) comandaram um ataque bem sucedido ao Palácio de Inverno.

Os soviets assumiram o poder e foi, enfim, decretado o armistício. A Rússia se retirou da Primeira Guerra Mundial em 1917 e em março de 1918 assinou o acordo de paz. Não foi o esperado acordo de uma paz justa. No fim, a Alemanha impôs uma paz punitiva e humilhante à Rússia (que é conhecido como tratado de Brest-Litovsk). Esse tratado de paz tirou da Rússia territórios que comportavam um terço de sua população. Regiões férteis para agricultura e mais da metade de suas indústrias e minas de carvão.

Outras medidas foram tomadas após a Revolução. A saída da guerra foi acompanhada pelo confisco das propriedades privadas dos nobres e da Igreja ortodoxa. Houve a separação entre Igreja e Estado. A substituição da polícia e do exército permanente pelo armamento geral do povo. E, o controle das empresas passou para a mão de operários eleitos. Por sua vez, as empresas, fábricas e bancos passaram a ser controladas pelo Estado. Também foi traçado um rígido plano de desenvolvimento econômico que pretendia superar a guerra civil que se instalara no país em 1918. Outra guerra? Sim. Mas agora era para a manutenção da revolução socialista.

Se os bolcheviques tomaram o poder com relativa facilidade em outubro de 1917, o difícil foi manter o poder e organizar o Estado. Nações capitalistas tramaram acabar com a revolução, para isso enviaram tropas que tinham como missão tirar os socialistas do governo. Os ataques contrarrevolucionários foram financiados por diversos países. Estavam envolvidos: Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Polônia, Sérvia, Grécia e Romênia. O plano dos países estrangeiros de tomar o poder resultou na Guerra Civil (1918 a 1920), que colocou frente a frente o exército “branco” (estrangeiros e contrarrevolucionários russos) e o “vermelho” (bolcheviques).

Algumas das consequências da Guerra Civil foram descritas por Rezende da seguinte forma:

As tropas contrarrevolucionárias, ao baterem em retirada, acabaram com o gado, as provisões e as matérias-primas, além de destruírem fábricas, pontes e estradas. As minas eram inundadas e as máquinas destruídas. O nível da produção industrial caiu para 1/7 em relação aos índices de antes da guerra. As estradas de ferro estavam em um estado deplorável: milhares de locomotivas e vagões imprestáveis e centenas de quilômetros de trilhos inaproveitáveis, com dormentes apodrecidos e pontes destruídas. Durante anos, a população estivera faminta, e no inverno de 1920-21 a produção agrícola estava 1/3 abaixo do nível anterior à guerra. De tempos em tempos os operários especializados e os soldados recebiam carne e manteiga em suas rações, mas o açúcar era considerado um luxo inacessível. Havia escassez generalizada de roupas, sapatos e remédios. (2003, p. 248).

Em decorrência da grave crise econômica provocada pela Guerra Civil, o governo bolchevique adotou o “comunismo de guerra”: plano político e econômico que, de maneira geral, aboliu as transações financeiras, para implantar uma economia baseada no confisco de gêneros agrícolas (cereais). A estatização da economia e o trabalho compulsório nas fábricas e no campo também decorreram desse plano. Segundo Cyro Rezende: “A sobrevivência do Estado bolchevique forçou o governo a abandonar a constituição de um capitalismo de Estado, e a dedicar todas as energias da nação para assegurar a vitória contra os contrarrevolucionários”. (2003, p. 248).

O comunismo de guerra promoveu a rápida passagem do sistema capitalista para o socialista. Sem essa política autoritária teria sido difícil superar a grave crise econômica de 1920 e, conseqüentemente, manter o governo bolchevique. Entretanto, terminada a guerra civil, o Partido Bolchevique revogou as determinações mais radicais do comunismo de guerra. Iniciou-se uma nova fase da história da Rússia com a Nova Política Econômica (NEP).

Segundo Daniel Aarão Reis, mesmo que os bolcheviques tenham saído vitoriosos da Guerra Civil “eles teriam que considerar, mesmo que parcialmente, os interesses defendidos pelos vencidos”. (2003, p. 57). O partido de Lênin adotou algumas políticas capitalistas para estimular a produção e reanimar a sofrida população russa. Foram restituídas a propriedade privada da terra e a relação de mercado. Os bolcheviques abandonaram as utopias sinistras do comunismo de guerra e a militarização do trabalho.

Principais medidas adotadas pela NEP:

- Abandono do sistema de apropriação do excedente agrícola.
- Liberdade ao camponês para comercializar sua produção.
- Licença para estabelecer pequenas empresas.

- Devolução das fábricas com menos de 10 funcionários aos antigos proprietários.
- Restabelecimento das heranças de até 10 milrubros-ouro.
- Fim da gratuidade dos serviços públicos (moradia, água, eletricidade, gás).
- Abolição do trabalho obrigatório.
- Autorização de trânsito aos cidadãos.
- Fim da remuneração igualitária do trabalho.
- Reforma monetária.

Essas reformas dinamizaram a produção e serviram para reconstruir um país em ruínas. Em termos econômicos, entre 1921 e 1925, houve um aumento anual da produção industrial na casa dos 40%, que indicava um real desenvolvimento e recomposição do país. Já no plano político, o partido bolchevique consolidou, com a NEP, sua permanência no poder.

6 A FORMAÇÃO DA URSS E O STALINISMO

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ou União Soviética constituiu-se por um grupo de países – anteriormente territórios do Império Russo – que se uniram para formar uma única entidade soberana. A URSS foi formada em 1922, no Congresso Panrusso dos Sovietes e reuniu as seguintes nações ou regiões de tendência socialista: Rússia, Transcaucásia, Ucrânia, Uzbequistão, Bielorrússia, Turquemenistão e Tadiquistão.

Apesar da revolução socialista ter se expandido e ultrapassado as fronteiras da Rússia, o poder político permaneceu centralizado em Moscou (que desde 1918 passou a ser a nova capital da Rússia) pelo Partido Comunista (PC), o único partido legalizado naquele momento.

No mesmo ano de formação da União Soviética, Josef Stalin (1879-1953) foi nomeado, após a morte de Lênin em 1924, secretário-geral do PC. Stalin venceu a disputa com Trotsky pela liderança do partido e deu um novo rumo para o socialismo soviético. Imprimiu um governo burocrático e totalitário que apostou no desenvolvimento nacional e no fechamento do país às influências externas. Assim, a internacionalização da revolução defendida por Leon Trotsky – que propunha uma “revolução permanente”, com a união e a luta do proletariado do mundo em torno dos ideais socialistas –, deu lugar ao socialismo nacionalista de Stalin, que defendia a revolução socialista na União Soviética.

Na luta pelo poder, Stalin, com habilidade e capacidade de perceber as aspirações e os desejos dos militantes bolcheviques, defendeu a construção do socialismo – associada por ele à industrialização pesada e à coletivização do campo. Polemizando com a oposição, ele convenceu a maioria esmagadora do partido das possibilidades de vitória do socialismo na URSS, independentemente de levantes proletários na Europa. Cansados de esperar revoluções ocidentais que nunca aconteciam, desanimados com a confusa situação instaurada desde 1917, os militantes, que sonhavam em transformar em rica e próspera uma Rússia até então arcaica e miserável, foram mobilizados por Stalin, que injetou neles esperanças e autossuficiência. Sua teoria, conhecida mais adiante, e a partir de diversas versões, como a “construção do socialismo em um só país”, mesmo carente de refinamento teórico, cativou os quadros partidários, que anteviam a Rússia como uma espécie de América socialista. (FERREIRA, 2003, p. 84).

FIGURA 8 – RETRATO DE JOSEF STALIN



FONTE: Disponível em: <<http://atorredemarfim.apostos.com/archives/Stalin.jpg>>. Acesso em: 8 dez. 2008.

Para colocar em prática o desenvolvimento industrial em um país predominantemente agrário, foi implantado, no período stalinista, o primeiro plano quinquenal (1928-1932). Os planos quinquenais tinham como principal objetivo impulsionar a produção industrial. Acelerar a industrialização. Para isso, o governo teve que forçar os camponeses (*kulaks*) a produzir mais gêneros agrícolas. A produção agrícola foi utilizada como elemento de troca comercial para obtenção de maquinaria estrangeira.

Para aumentar a produção agrícola, foi adotada a coletivização da terra. A coletivização determinava que a terra seria propriedade do Estado (acabando com a propriedade privada defendida pela NEP). Segundo Rezende: “coletivizar significava agrupar de 50 a 100 pequenas propriedades rurais em uma única unidade, a fazenda coletiva, do que resultaria uma produção em larga escala”. (2003, p. 257). A coletivização do campo gerou uma verdadeira guerra entre a

população rural e o Estado. Os planos quinquenais (foram cinco até 1955) e geraram um alto crescimento econômico. No final de 1930, a União Soviética já era capaz de produzir máquinas sofisticadas, automóveis, tanques e aviões de guerra.

Vejamos agora como Jorge Ferreira (2003, p.104-107) define o modelo de socialismo soviético formado no governo de Stalin.

Ao longo da década de 1930, os povos da União Soviética conheceram a “segunda revolução russa”. Como uma “revolução pelo alto”, as transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas deram forma ao modelo de socialismo soviético.

Um conjunto de instituições definiu o ideal de socialismo na URSS na época de Stalin. No plano econômico, o modelo soviético ficou conhecido pela planificação e a centralização das atividades produtivas. Além disso, a nacionalização de todas as empresas do país permitiu o surgimento da ideologia da “estatalidade”, ou seja, a afirmação de que a estatização dos meios de produção garantia a implantação do socialismo. No plano político, o modelo impôs o partido único, que, ao longo do tempo, transformou-se em Partido-Estado. Monopolizando todos os postos da administração estatal e controlando as diversas instâncias da sociedade civil, o partido, em nome dos **interesses históricos** do proletariado, fez sucumbir quaisquer vestígios de democracia no país. No plano social, o modelo baseou-se em um novo ordenamento, com a subjugação dos camponeses ao Estado, e em um imenso processo de mobilidade, promovendo a ascensão social nas cidades.

Na ideologia, entretanto, o modelo soviético mostrou-se ainda mais opressivo. Impondo o “marxismo-leninismo” como única maneira de pensar, crer e se comportar, qualquer outra manifestação de ideias era condenada e criminalizada. Mais ainda, instituiu-se, nesses anos, o que Moshe Lewin define como “culto secular ao Estado” (1988, p. 230), processo que incluiu tanto a “santificação” do território soviético e a exaltação da “Mãe Rússia” quanto o culto à personalidade do líder, homem que, pelo saber e infalibilidade, todos deveriam reverenciar. A polícia política e os campos de concentração – o sistema Gulag -, por fim, completaram as instituições do socialismo soviético.

O modelo que resultou da “segunda revolução russa”, no entanto, não se explica por si mesmo e nem foi inteiramente original. Nele estão contidos os princípios da Revolução de 1917, do bolchevismo e do próprio leninismo. Embora diversos historiadores denunciem a distância entre Lênin e Stalin, acreditamos que os traços de continuidade entre um e outro são maiores do que as rupturas.

De 1918 até 1922, período que os bolcheviques definiram como “comunismo de guerra”, foram criadas, sob a liderança de Lênin, todas as instituições essenciais do regime político que vigorou até fins dos anos 80. Entre elas estão a planificação central, com a “nacionalização” da indústria, a

suspensão da economia de mercado e a transformação do país, segundo Martin Malia, em “uma única empresa do Estado”; o Partido-Estado, que, em nome dos soviets e do proletariado, desarticulou a sociedade civil, cerceou as liberdades políticas e eliminou qualquer alternativa democrática; a intervenção estatal no campo, com os confiscos e as requisições compulsórias de víveres; e por fim, a Tcheka, a polícia política dedicada inicialmente a combater os opositores da revolução e, mais tarde, qualquer insatisfeito com o governo.

[...]

A União Soviética, agindo como a maior utopia política que a história já registrou, segundo Norberto Bobbio, fascinou poetas e escritores, despertou as esperanças dos pobres, impeliu homens a ações violentas e permitiu que outros, com elevado senso moral, enfrentassem, por ela, torturas, prisões e exílios. Mesmo com a consolidação das liberdades democráticas no mundo moderno, alega o autor, “os pobres e desvalidos continuam condenados a viver em um mundo de terríveis injustiças, esmagados por magnatas econômicos inatingíveis e, ao que parece, imutáveis, dos quais sempre dependem as autoridades políticas, mesmo que formalmente democráticas. Em um mundo assim, julgar que a esperança da revolução desgastou-se, e acabou exatamente porque a utopia comunista fracassou, é sinônimo de fechar os olhos para não ver” (1992, p.19).

FONTE: BOBBIO, Norberto. O reverso da utopia. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LEWIN, Moshe. Para uma conceitualização do stalinismo. In: HOBSBAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MALIA, Martin. **La tragédia Soviétique**. Paris: Éditions duSeuil, 1995.

Enquanto a União Soviética buscava controlar com “mãos de ferro” sua economia, os Estados Unidos mantinham uma política econômica bem diferente. Ela estava baseada no incentivo à livre concorrência e à internacionalização do capital. Veremos, no próximo tópico, que no mesmo período em que foi implantado o primeiro plano quinquenal na União Soviética, os Estados Unidos enfrentaram uma grave depressão econômica que afetou o mundo capitalista.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você viu que:

- O sistema czarista (absolutismo monárquico) estava apoiado na aliança com a nobreza, a Igreja Ortodoxa, os militares e os camponeses proprietários (Kulaks).
- O movimento revolucionário de 1905 na Rússia lançou as bases de contestação ao regime czarista. Ali surgiram os primeiros sovietes, que eram conselhos geridos pelos próprios trabalhadores.
- Na Revolução de Outubro de 1917, os bolcheviques derrubaram o governo provisório para implantar as primeiras reformas socialistas. O principal líder da revolução foi Lênin.
- A guerra russo-japonesa precipitou a revolução de 1905 e a Primeira Guerra Mundial preparou o terreno para a revolução de 1917.
- Após a Revolução Russa iniciou a Guerra Civil entre o exército branco, formado pelos países capitalistas, e o exército vermelho, formado pelos bolcheviques.
- As políticas econômicas implantadas na União Soviética até a consolidação da revolução socialista foram: o comunismo de guerra; a Nova Política Econômica (NEP) e os planos quinquenais.
- A União Soviética foi formada em 1922 por um conjunto de países que antes faziam parte do império russo. A União Soviética representou a alternativa ao sistema capitalista de 1917 a 1991.

AUTOATIVIDADE



- 1 Estabeleça uma relação entre a Revolução de 1905 e a de 1917, apontando as semelhanças e diferenças entre os dois movimentos.

- 2 Em que medida a Nova Política Econômica (NEP) contribuiu para a consolidação da revolução socialista?

- 3 Descreva as diferenças apontadas no texto entre o regime capitalista e o socialismo soviético.

- 4 Quais as medidas políticas e econômicas adotadas por Stalin em seu governo?



OS ESTADOS UNIDOS NO ENTRE GUERRAS E A CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA

1 INTRODUÇÃO

Prezados acadêmicos, agora estudaremos a crise do capitalismo no período entre guerras (1919-1939) a partir da recessão nos Estados Unidos no final da década de 1920. Para isso, estudaremos aspectos da história dos Estados Unidos nos anos 20 e 30 do século XX. Período contraditório, de altos e baixos, de prosperidade e regressão. Esse foi um momento em que o capitalismo foi posto à prova. Se nos anos 1920, os Estados Unidos passaram a representar a maior economia do mundo, com fantásticas taxas de crescimento econômico, na década seguinte, o sistema capitalista amargou a maior recessão econômica de todos os tempos.

Entretanto, a recessão econômica dos anos 1920 não foi a única crise do sistema capitalista na história. Para quem se recorda, em 1994 a política neoliberal levou o México a uma grave crise financeira. E em 2008, presenciamos uma nova recessão econômica de proporções mundiais, encadeada pela falência de grandes empresas nos Estados Unidos.



Consulte os sites a seguir para obter mais informações sobre as crises de 1994 no México e a crise de 2008 nos Estados Unidos. Os textos foram capturados do site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, no dia 09 de dezembro de 2008. Boa leitura!

1. Artigo sobre a crise financeira no México e o neoliberalismo:

FONTE: Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/real/cjufev95.xml>>

FONTE: Disponível em: <<http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/boletin/ene-jul2002/EspecialPerryAnderson.htm>>.

2. Texto sobre a situação econômica dos Estados Unidos em 2008:

FONTE: Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/restrito/notatec78criseAtual.pdf>>.

Os Estados Unidos viveram no período entre guerras (1919 – 1939) dois momentos econômicos opostos. Na primeira década, as ofertas de emprego aumentaram, pois foi necessário mão de obra para suprir as crescentes indústrias norte-americanas que abasteciam o mercado latino-americano e europeu. Com o aumento do número de trabalhadores assalariados houve, consequentemente, o aumento do poder de compra da população. Entretanto, toda essa euforia consumista chegou ao fim na década de 1930. O auge da crise se deu com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque.



Você percebeu que a economia é uma reação em cadeia? Quanto maior o salário dos trabalhadores e menor a taxa de desemprego, maior será o volume de consumo e a taxa de crescimento econômico em um país capitalista.

Veremos, no entanto, que o crescimento econômico dos Estados Unidos se apoiou no frágil sistema capitalista do pós-Primeira Guerra: dependente de um grande consumo interno e dos grandes volumes de exportações de mercadorias para a Europa.

2 OS FRENÉTICOS ANOS 1920

Nos anos 1920, os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica no mundo capitalista. Passaram de devedores a credores do ocidente e o dólar tornou-se moeda universal. Além dos Estados Unidos financiarem a reconstrução da Europa destruída na Grande Guerra, sua produção industrial interna deu um grande salto.

Entre 1899 e 1927 o crescimento das indústrias norte-americanas apresentou os seguintes números:

QUADRO 1 – O CRESCIMENTO DAS INDÚSTRIAS NORTE-AMERICANAS

Indústria	Porcentagem de crescimento (%)
Produtos químicos etc.	239
Couro e artefatos	321
Têxteis e derivados	499
Produtos alimentares	551
Maquinaria	562
Papel e Gráfica	614
Aço e artefatos	780
Materiais de transporte e bens de capital	969

FONTE: HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. *História do Pensamento Econômico*. Trad. Jaime L. Benchimol. 22. ed. Vozes: Petrópolis, 2005. p. 163.

Foi justamente esse grande crescimento industrial que “propiciou enorme euforia social, dando a falsa imagem de uma prosperidade eterna, como se o reino paradisíaco da riqueza para todos tivesse sido alcançado”. (ARRUDA, 2003, p. 13). Os salários aumentaram e cresceu também o consumo de bens duráveis, como automóveis, geladeiras e rádios. No campo e na cidade houve um aumento da produção com o trabalho mecanizado. A ordem era produzir uma grande quantidade para abastecer um mercado de consumo de massa. O rádio e o cinema foram os principais aliados na divulgação do “estilo americano” de viver (“*american way of life*”), que se baseava no consumo para o conforto e o bem-estar do indivíduo.

Esse crescimento espetacular colocou os Estados Unidos muito adiante dos outros países capitalistas, elevando-os à condição de primeira potência industrial do mundo. A despeito das recessões ocorridas em 1923 e 1927, o produto industrial norte-americano cresceu continuamente durante a década de 1920, alcançando níveis sem paralelo em todo o mundo. De 1914 a 1929, o produto nacional bruto – valor de todos os bens e serviços no país – cresceu 62%. Somente 3,2% da força de trabalho estava desempregada em 1929. A produtividade do trabalho elevou-se na década de 20 tão rapidamente quanto os salários. Em 1921, foram licenciados menos de 11 milhões de automóveis; já em 1929, eram mais de 26 milhões os automóveis licenciados. (HUNT; SHERMAN, 2005, p.164).

Porém, esse crescimento descontrolado, essa verdadeira euforia consumista da classe média norte-americana encobria uma situação social perversa. “Nos subterrâneos dessa prosperidade vicejava a miséria, o racismo, a discriminação social, enquanto o falso moralismo criava a lei seca e lançava as bases para a gestação da criminalidade institucionalizada do gangsterismo profissional”. (ARRUDA, 2003, p.13). Entre os problemas sociais estavam: a concentração de renda (90% da renda nacional estava nas mãos de 13% da população) e a diferenciação salarial (cerca de 6 milhões de famílias, a maioria afrodescendente, vivia com 3 dólares por dia). Nos anos 1920 também entrou em vigor a “Lei Seca” (1919) que proibia a produção e o consumo de bebidas alcoólicas. Essa lei serviria como medida de repressão e controle social, porém teve um efeito inverso. Incentivou o crime organizado e a prostituição. A intolerância aos estrangeiros também foi um fator presente na sociedade norte-americana daquele período. Os americanos temiam perder os postos de trabalho para os imigrantes europeus.

Apesar dos problemas sociais apontados, os anos 1920 ficaram marcados pela prosperidade material da sociedade norte-americana. Tanto é que esse período é conhecido como “**frenéticos anos 20**”. O frenesi do período pode ser relacionado ao consumo de automóveis. A possibilidade de comprar um carro a crédito, ou outros bens, foi determinante para o aumento do consumo. Segundo Cyro Rezende:

As razões que permitiram esse notável crescimento podem ser encontrados na taxa de acumulação de capital e investimentos – cerca de 20% do PNB durante 1919 a 1929 – e o crescimento demográfico, da ordem de 106 para 123 milhões de habitantes no mesmo período, embora a imigração tenha sido severamente limitada pelas leis de 1921 e 1924, principalmente por temor da penetração ideológica socialista. E também, substantivamente, na enorme expansão do crédito: dada a disponibilidade de capitais, as compras tornaram-se ao mesmo tempo respeitáveis e familiares a todos. Comparados à Europa, os Estados Unidos haviam se transformado no paraíso. (2003, p. 203).

É importante sublinhar, então, que quatro fatores foram determinantes para o crescimento econômico norte-americano:

- A situação internacional favorável para as exportações.
- O aumento do poder de consumo, devido ao aumento dos salários.
- A baixa taxa de desemprego.
- E a expansão do crédito devido à grande soma de recursos disponíveis.

Não poderíamos deixar de citar a efervescência cultural dos anos 20, que teve no *jazz* sua principal manifestação. O texto de Cláudia Garcia apresenta o clima de vivacidade cultural da época.

Anos 20 – A era do *jazz*

Uma década de prosperidade e liberdade, animada pelo som das *jazz-bands* e pelo charme das melindrosas - mulheres modernas da época, que frequentavam os salões e traduziam em seu comportamento e modo de vestir o espírito da também chamada Era do *Jazz*.

A sociedade dos anos 20, além da ópera ou do teatro, também frequentava os cinematógrafos, que exibiam os filmes de Hollywood e seus astros, como Rodolfo Valentino e Douglas Fairbanks. As mulheres copiavam as roupas e os trejeitos das atrizes famosas, como Gloria Swanson e Mary Pickford. A cantora e dançarina Josephine Baker também provocava alvoroço em suas apresentações, sempre em trajes ousados.

Livre dos espartilhos, usados até o final do século 19, a mulher começava a ter mais liberdade e já se permitia mostrar as pernas, o colo e usar maquiagem. A boca era carmin, pintada para parecer um arco de cupido ou um coração; os olhos eram bem marcados, as sobrancelhas tiradas e delineadas a lápis; a pele era branca, o que acentuava os tons escuros da maquiagem.

A silhueta dos anos 20 era tubular, com os vestidos mais curtos, leves e elegantes, geralmente em seda, deixando braços e costas à mostra, o que facilitava os movimentos frenéticos exigidos pelo Charleston - dança vigorosa, com movimentos para os lados a partir dos joelhos. As meias eram em tons de bege, sugerindo pernas nuas. O chapéu, até então acessório obrigatório, ficou restrito ao uso diurno. O modelo mais popular era o “cloche”, enterrado até os olhos, que só podia ser usado com os cabelos curtíssimos, a “*la garçonne*”, como era chamado.

A mulher sensual era aquela sem curvas, seios e quadris pequenos. A atenção estava toda voltada aos tornozelos. Em 1927, Jacques Doucet (1853-1929), figurinista francês, subiu as saias ao ponto de mostrar as ligas rendadas das mulheres - um verdadeiro escândalo aos mais conservadores.

A década de 20 foi da estilista Coco Chanel, com seus cortes retos, capas, *blazers*, cardigãs, colares compridos, boinas e cabelos curtos. Durante toda a década Chanel lançou uma nova moda após a outra, sempre com muito sucesso.

Outro nome importante foi Jean Patou, estilista francês que se destacou na linha “*sportswear*”, criando coleções inteiras para a estrela do tênis Suzanne Lenglen, que as usava dentro e fora das quadras. Suas roupas de banho também revolucionaram a moda praia. Patou também criava roupas para atrizes famosas.

Os anos 20, em estilo *art déco*, começou trazendo a arte construtivista - preocupada com a funcionalidade, além de lançamentos literários inovadores, como “*Ulisses*”, de James Joyce. É o momento também de Scott Fitzgerald, o grande sucesso literário da época, com o seu “*Contos da Era do Jazz*”.

No Brasil, em 1922, a Semana de Arte Moderna, realizada por intelectuais, como Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, levou ao Teatro Municipal de São Paulo artistas plásticos, arquitetos, escritores, compositores e intérpretes para mostrar seus trabalhos, os quais foram recebidos, ao mesmo tempo, debaixo de palmas e vaias. A Semana de Arte Moderna foi o grande acontecimento cultural do período, que lançou as bases para a busca de uma forma de expressão tipicamente brasileira, que começou a surgir nos anos 30.

Em 1925, pela primeira vez, os surrealistas mostraram seus trabalhos em Paris. Entre os artistas estavam Joan Miró e Pablo Picasso.

Foi a era das inovações tecnológicas, da eletricidade, da modernização das fábricas, do rádio e do início do cinema falado, que criaram, principalmente nos Estados Unidos, um clima de prosperidade sem precedentes, constituindo um dos pilares do chamado “*american way of life*” (o estilo de vida americano).

Toda a euforia dos “felizes anos 20” acabou no dia 29 de outubro de 1929, quando a Bolsa de Valores de Nova York registrou a maior baixa de sua história. De um dia para o outro, os investidores perderam tudo, afetando toda a economia dos Estados Unidos, e, conseqüentemente, o resto do mundo. Os anos seguintes ficaram conhecidos como a Grande Depressão, marcados por falências, desemprego e desespero.

FONTE: Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/anos20.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

3 A CRISE DO LIBERALISMO E O *CRASH* DA BOLSA DE VALORES DE NOVA IORQUE

A euforia dos primeiros anos da década 1920 não tardou a esmorecer. No final da mesma década, a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque (1929) assinalou um período de depressão econômica com graves problemas sociais, provocados pelas demissões em massa. Em 1930, o número de desempregados saltou de 1,5 milhões para 15 milhões de pessoas, o que equivalia a 25% da força de trabalho.

FIGURA 9 – MANCHETE DE 1929: "WALL STREET EM PÂNICO COM A QUEDA DA BOLSA"

BROOKLYN DAILY EAGLE
And Complete Long Island News

LATE NEWS
WALL STREET
1-15 FRISK

1916 YEAR—No. 255. ★ NEW YORK CITY, THURSDAY, OCTOBER 24, 1929. ★ 32 PAGES THREE CENTS

WALL ST. IN PANIC AS STOCKS CRASH

Attempt Made to Kill Italy's Crown Prince

ASSASSIN CAUGHT IN BRUSSELS MOB; PRINCE UNHURT

Royal Suitor Was About to Lay Wreath on Unknown Soldiers' Tomb.

Hollywood Fire Destroys Films Worth Millions

ATTEMPT MADE ON LIFE

Consolidated Studios Are Swept by Flames Fatal to One—Master Pictures Burned Include Many New Talkie Productions

FEAR 52 PERISHED IN LAKE MICHIGAN; FERRY IS MISSING

Wreckage Picked Up Indicates Craft Went Down With All Aboard.

PIECE OF PLANE LIKE DITTMAN'S IS FOUND AT SEA

Black and Orange Wreckage Indicates Daring Flier Went to Death.

High Duty Group Gave \$700,000 to Coolidge Drive

Grandly Agree Rates Went Up Due to His Activities as Propagandist Favors More Lobbying to 'Carry Out Voters' Wish'

STOCKS CRASH IN RUSH TO SELL; BILLIONS LOST

Morgan, Mitchell Buying Stocks in Effort to Check Rush to Unload.

Princess, Deeply Moved, Falls Into Fiander's Arms and Kisses Him

BRUSSELS, Oct. 24.—Crown Prince Umberto, who is believed to be the brother of King George V, was in Brussels today when he was engaged in a mission to visit the tomb of the unknown soldier. He was accompanied by his wife, the Princess Marie-Joanna, and a suite of attendants. He was seen to be very much moved when he saw the tomb and fell into the arms of a man who was standing nearby. He was seen to kiss the man's hand and to embrace him. The man is believed to be the brother of the king.



ATTEMPT MADE ON LIFE

Consolidated Studios Are Swept by Flames Fatal to One—Master Pictures Burned Include Many New Talkie Productions

BRUSSELS, Oct. 24.—The man who is believed to be the brother of the king was seen to be very much moved when he saw the tomb and fell into the arms of a man who was standing nearby. He was seen to kiss the man's hand and to embrace him. The man is believed to be the brother of the king.

Wreckage Picked Up Indicates Craft Went Down With All Aboard.

BRUSSELS, Oct. 24.—The man who is believed to be the brother of the king was seen to be very much moved when he saw the tomb and fell into the arms of a man who was standing nearby. He was seen to kiss the man's hand and to embrace him. The man is believed to be the brother of the king.

Black and Orange Wreckage Indicates Daring Flier Went to Death.

BRUSSELS, Oct. 24.—The man who is believed to be the brother of the king was seen to be very much moved when he saw the tomb and fell into the arms of a man who was standing nearby. He was seen to kiss the man's hand and to embrace him. The man is believed to be the brother of the king.

Grandly Agree Rates Went Up Due to His Activities as Propagandist Favors More Lobbying to 'Carry Out Voters' Wish'

By HENRY WATKINS

WASHINGTON, Oct. 24.—Joseph B. Grady, Brant, Pa., manufacturer who admitted he has been lobbying in the capital for several decades in the interest of a protective tariff, testified before the Senate today that he had given a \$700,000 loan to President Coolidge's campaign in 1924 and that most of the money came from investors seeking higher tariffs.

STOCKS CRASH IN RUSH TO SELL; BILLIONS LOST

Morgan, Mitchell Buying Stocks in Effort to Check Rush to Unload.



NEW YORK, Oct. 24.—The crash in the stock market today was the most severe since 1907. The Dow Jones industrial average fell 11.74 points to 286.10. The volume of trading was the largest in the history of the market.

FONTE: Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=31>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

Mas o que causou a **depressão** econômica dos anos 1930, que foi agravada com a queda da bolsa de valores?

Você se lembra quando falamos que o crescimento econômico dos Estados Unidos se sustentou em um sistema de produção voltado ao consumo de massa de bens duráveis e semiduráveis, como eletrodomésticos e automóveis? Pois bem, mas para manter esse crescimento, era necessário que o país sustentasse o pleno emprego e continuasse escoando sua produção para a Europa. Com o fim da guerra, porém, os países europeus começaram a se recompor e voltaram a produzir, deixando aos poucos de importar mercadorias norte-americanas. O efeito econômico do pós-guerra: caíram as exportações e o mercado interno estava abarrotado de mercadorias devido a **superprodução**. No final da década de 1920, as empresas não tinham mais compradores para a grande produção industrial. Você deve imaginar o resultado da crise de superprodução, não é mesmo? Houve a baixa dos preços das mercadorias e o aumento das demissões.

48



Depressão: “Fase do ciclo econômico, característica das economias capitalistas, marcada pela diminuição da produção, uma tendência à baixa dos preços e ao aumento do desemprego” (FONTE: Disponível em: <http://www.economiabr.net/dicionario/economes_d.html>. Acesso em: 10 dez. 2008).

Superprodução: “Produção acima do que é viável comercializar, que supera a demanda; excesso de produção”. (Fonte: Dicionário Eletrônico Houaiss)

Mas os problemas não pararam por aí. Para acirrar a crise de superprodução, o mercado financeiro norte-americano “quebrou” em 1929. O espantoso crescimento dos anos iniciais da década de 1920 gerou uma grande expectativa dos investidores, que passaram a comprar ações das grandes empresas norte-americanas. Esse otimismo tinha razão de ser. Entre 1921 e 1929 a produção industrial cresceu 90%. Em 1929, os Estados Unidos concentravam 45% da produção industrial do mundo.

As sociedades financeiras constituídas para a formação de conglomerados, os *holdings*, que dominavam um grande conjunto de empresas, expandiram-se enormemente: a General Motors produzia 35% dos automóveis; a United States Steel, 32% do aço; a Kodak, 75% dos produtos fotográficos. Não mais que duzentos *holdings* tinham o controle de 38% do capital das empresas americanas. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se os acordos econômicos internacionais que permitiram o surgimento das multinacionais. (ARRUDA, 2003, p. 23).

A valorização das empresas foi sentida na alta do valor das ações. Porém, a partir de 1928, o valor das ações não acompanhou os lucros das empresas. Foi, então, que o aumento do valor dos papéis passou a ser sustentado pela onda especulativa. As ações estavam supervalorizadas. Tinham preços maiores do que realmente valiam. Preços “muito além de seu valor patrimonial ou de sua capacidade de remunerar, através de dividendos, os capitais aplicados”. (REZENDE, 2003, p. 207). Dada a situação de grandes altas anunciadas pelas bolsas de valores, os investidores procuraram vender rapidamente suas ações. Essa corrida para vender ações levou a uma brusca queda dos preços. O dia 24 de outubro de 1929 é considerado a “quinta-feira negra”, quando houve o *crack* (quebra) na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Devido aos acontecimentos do final dos anos 1920, a década seguinte viveu um período de grave depressão, com a diminuição significativa da produção. O efeito da crise atingiu a economia europeia e latino-americana, vindo a provocar a falência de empresas e afetar a exportação. Porém, segundo Rezende, os efeitos da depressão nos Estados Unidos foram particularmente severos.

De 1929 a 1933, o PNB (Produto Nacional Bruto) caiu de 104,4 para 56 bilhões de dólares, o que equivale a uma redução de 46%. A produção industrial caiu 50%, com a de equipamentos ficando 75% menor. Enquanto o investimento bruto passou de 16 para 1 bilhão de dólares, registraram-se 110 mil falências comerciais. A renda *per capita* caiu de 685 para 495 dólares e as rendas brutas do setor agrícola de 11,9 para 5,3 bilhões de dólares. Os preços dos produtos agrícolas caíram 55%, o custo de vida 31% e os preços de produção 26%, o que configura uma grave crise deflacionária. (REZENDE, 2003, p. 209).

A depressão assinalou, por sua vez, o declínio do liberalismo econômico, teoria que defendia a regulação “natural” do mercado (doutrina do *laissez-faire*). Segundo as teorias de Adam Smith o próprio mercado agiria como uma benéfica “mão invisível”, impediria os interesses egoístas dos homens e promoveria, através da concorrência, uma sociedade harmoniosa e justa. No liberalismo, toda a sociedade sairia ganhando, pois não haveria restrição e regras governamentais que emperrariam o processo de desenvolvimento econômico e social. Porém, contradizendo as teorias liberais, o não planejamento e a não regulação da produção acabou precipitando a depressão de 1929, que teve consequências desastrosas para toda a sociedade, em especial para as classes mais pobres.

Como forma de combate à depressão da década de 1930, o presidente Franklin Delano Roosevelt lançou o *New Deal* (Novo Acordo), programa que visava combater a crise através da intervenção do Estado na economia. O *New Deal* rompia, assim, com os princípios do liberalismo econômico dos “frenéticos anos 1920”. O programa de Roosevelt foi um mecanismo de reajuste financeiro, não constituiu propriamente um rompimento com os princípios do capitalismo. Segundo José Arruda, o *New Deal* “expressou-se em três direções estratégicas: medidas financeiras; combate ao desemprego; política agrícola, industrial e de comércio exterior.” (ARRUDA, 2003, p.31). As medidas financeiras tinham o objetivo de fornecer crédito às empresas, em especial aos bancos. Foi criado também um banco voltado apenas para conceder empréstimos a países estrangeiros. Para combater o desemprego, foi criado o seguro-desemprego, o salário mínimo e definidas as jornadas diárias de trabalho. Foi abolido o trabalho infantil e o governo investiu recursos em obras, como construção de estradas, barragens hidrelétricas e casas. O governo também investiu na agricultura, na indústria e no comércio exterior. Houve um incentivo para que os produtores vendessem suas safras ao governo, para que este pudesse agir e regular o preço dos alimentos. A previsão era que a produção agrícola caísse 30% para que os preços aumentassem. Os serviços de energia elétrica, por sua vez, passaram a ser controlados pelo Estado. A soma dessas medidas governamentais não teve o resultado esperado, mas o *New Deal* conseguiu controlar a recessão econômica.

O *New Deal* procurou reverter a crise do liberalismo no período entreguerras.

A desilusão, o ceticismo e a incerteza em relação ao futuro, que marcaram o pós-guerra (fim da *belle époque* anterior a 1914), a crise socioeconômica e o temor das elites, a pressão dos grupos financeiros e industriais pelos seus interesses e a crescente organização operária conduziram ao descrédito das instituições liberais e à ascensão do autoritarismo e do fascismo, que pregavam a violência, o nacionalismo expansionista e a ditadura e que passaram a utilizar amplamente os novos métodos de propaganda e comunicação de massa. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 121).

A recessão econômica do entreguerras motivou, por sua vez, a formação de governos autoritários. Os governos ocidentais, fundados na democracia liberal, não conseguiram resolver a crise socioeconômica do período. Nesse contexto, a União Soviética era a única nação que não sofrera os abalos da crise do capitalismo. Os olhos do mundo voltaram-se para o leste da Europa. A elite europeia (industriais, banqueiros, grandes comerciantes), temendo um avanço do socialismo, apoiou a formação de governos autoritários. Estudaremos o totalitarismo na próxima unidade.

LEITURA COMPLEMENTAR**O ELO MAIS FRACO**

“Nessas crises uma grande parte, não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas anteriormente criadas, é periodicamente destruída. Nessas crises irrompe uma epidemia que, nas épocas anteriores, teria parecido absurda: a epidemia da superprodução. A sociedade verifica, de súbito, que regrediu a um estado de barbárie monetária. É como se uma fome, uma guerra universal de devastação, tivesse interrompido o fornecimento de todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem destruídos – e por quê? Porque há civilização demais, meios de subsistência demais, indústria demais, comércio demais.”

Não, isso não foi escrito ontem.

Está no Manifesto comunista, que Marx e Engels prepararam em 1848. Não era uma profecia ousada, mas a descrição do que acontecia à sociedade capitalista de poucos em poucos anos, já naquela época. E continuou acontecendo, como todos os que tinham mais de dez anos em 1929 o sabem. A citação tem um aspecto familiar porque estamos vivendo na maior crise econômica já conhecida do mundo.

Em todos os períodos da história têm havido crises. Mas há uma nítida diferença entre as surgidas antes do crescimento capitalista e as que apareceram depois. Antes do século XVIII, o tipo mais comum de crise era provocado pelo fracasso das colheitas, pela guerra ou por algum acontecimento anormal; eram caracterizadas pela escassez de alimentos e outros artigos necessários, cujos preços se elevaram. Mas a crise que conhecemos, a crise que começou a existir com o advento do sistema capitalista, não é devida a fatos anormais – parece parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizada não pela escassez, mas pela superabundância. Nela, os preços, em vez de subirem, caem.

O leitor conhece as outras características das crises e depressões – desemprego, tanto do trabalho como do capital, queda dos lucros, um retardamento geral da atividade industrial, tanto na produção como no comércio. O paradoxo da pobreza em meio da abundância é visto por toda a parte.

Há falta de matéria-prima? Não. Os plantadores de algodão estão ansiosos para vender seu produto. Há falta de equipamento do capital? Não. Os donos de fábricas estão ansiosos de ver as máquinas de suas fábricas silenciosas trabalhando novamente. Há falta de trabalho? Não. Os trabalhadores estão mais do que dispostos a voltar às indústrias para fabricar as roupas que lhes estão faltando.

Não. A matéria-prima, o equipamento de capital e o trabalho necessários à produção existem, e, não obstante, a produção não ocorre. Por quê?

Os economistas não chegaram a um acordo sobre a resposta.

Mas quanto a um fato concordam. E, se não compreendermos esse fato desde o início, as causas da crise constituirão um livro fechado para nós.

O fato de suma importância é simplesmente este: no sistema capitalista, as mercadorias não são produzidas para uso, mas para troca – com lucro. Em nossa sociedade os minérios são extraídos da terra, as plantações são colhidas, os homens encontram trabalho, as rodas das indústrias se movimentam e as mercadorias são compradas e vendidas, somente quando os donos dos meios de produção – a classe capitalista – vêem uma oportunidade de lucro.

[...]

Os economistas concordam quanto ao que faz o sistema funcionar, mas discordam enfaticamente quanto ao que o faz parar. O sistema entra em colapso – isto é, os lucros caem – num período de crise. Quais são as causas das crises? Vejamos algumas respostas dos economistas.

[...]

O Prof. A. C. Pigou, economista de Cambridge, é o líder da escola que atribui os períodos de prosperidade e depressão a causas psicológicas – erros de otimismo e pessimismo da parte dos capitães da indústria. Nas “variações de previsões dos homens de negócios” o Prof. Pigou julga estarem as raízes das causas dos altos e baixos da indústria. Quando as coisas vão bem, os homens de negócios se tornam otimistas sobre as possibilidades de aumentar os lucros. Querem aumentar a produção. Tomam mais empréstimo nos bancos e investem livremente em equipamento industrial – aumentando suas fábricas ou comprando máquinas novas, etc.

[...]

Para outra escola de economistas a verdade está no velho provérbio de que “o dinheiro é a raiz de todos os males”. Acham que nosso sistema de trocas – nosso sistema monetário – é deficiente. Querem que seja regulamentado.

[...]

Uma teoria muito mais popular das causas da crise é apresentada por John A. Hobson. O leitor provavelmente conhece sua análise. Argumenta ele que, durante os períodos de prosperidade, as rendas do capital crescem muito mais do que os salários do trabalho. Os ricos ficam mais ricos – num ritmo incrível. Suas rendas aumentam. Não importa o quanto gastem consigo, cada vez lhes sobra mais. O que não podem gastar, guardam. Suas imensas somas de dinheiro são investidas na indústria e o resultado é um tremendo aumento no equipamento da produção de mercadorias – na capacidade produtiva. Isso é provocado pelo equipamento novo e melhor. As mercadorias desabam das fábricas para o mercado. Mas os trabalhadores não estão ganhando o bastante para que possam comprar essa produção aumentada. As mercadorias não são vendidas, empilham-se nos armazéns, os preços caem desastrosamente. A produção deixa de ser lucrativa. É, então, reduzida. O resultado é o desemprego, depressão e redução das rendas dos ricos. Cessa a superpoupança.

[...]

Enquanto todos os outros economistas vêem nisso ou naquilo a causa da crise, e sugerem que, se determinado remédio for adotado tudo irá bem, Marx diz que não há saída dentro do sistema capitalista. Para acabar com as crises, escreveu ele, é preciso acabar com o capitalismo.

A análise da crise feita por Marx é inerente à sua teoria como um todo. Sua teoria da produção capitalista e sua teoria que explica o colapso dessa produção são a mesma – e têm a mesma raiz.

A finalidade essencial do sistema de produção capitalista é obter lucro. Marx pôde provar que há **uma tendência de redução na taxa de lucro**. E isso não era um acaso. Tinha de ser. A estrutura do sistema produtivo capitalista tornava tal redução inevitável.

[...]

A análise de Marx se resume a isso: o capitalista tem de manter os lucros conservando baixos salários; mas, com isso, destrói a capacidade aquisitiva da qual depende a realização de lucros. Salários baixos tornam possíveis os altos lucros, mas ao mesmo tempo tornam os lucros impossíveis, porque reduzem a procura por mercadorias.

Contradição insolúvel.

FONTE: HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 21. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1987.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, vimos que:

- Após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornaram o país mais industrializado do mundo. A Europa perdeu, assim, sua hegemonia política e econômica.
- No período entreguerras (1919-1939), o sistema capitalista passou por uma grave recessão econômica. Os Estados Unidos foi o país que mais sofreu com a crise.
- A década de 1920 foi marcada pelo crescimento econômico norte-americano. Esse período ficou conhecido como os “frenéticos anos 20”. Os lucros das empresas aumentaram e a taxa de desemprego estava baixa. O consumismo é a principal característica do “estilo de vida americano”.
- Na década de 1930, os Estados Unidos enfrentaram uma profunda recessão econômica, com altas taxas de desemprego. Em 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, levando milhares de empresas à falência.
- A crise de superprodução do entreguerras, segundo Karl Marx, faz parte da própria lógica do sistema capitalista.

AUTOATIVIDADE



1 Elabore uma dissertação com o seguinte título: “Os frenéticos anos 1920”.

2 Liste, em forma de tópicos, as causas da depressão econômica nos Estados Unidos.

O TOTALITARISMO E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade você será capaz de:

- entender o significado dos termos fascismo, nazismo e totalitarismo, assinalando suas semelhanças e diferenças;
- compreender as características das ideologias fascistas e a forma pela qual elas tomaram o poder em diversas partes do mundo nas décadas de 1920 e 1930;
- descrever o processo histórico e as circunstâncias que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial;
- identificar os principais eventos da Segunda Guerra Mundial e como se deu o desenvolvimento e o desfecho da guerra.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em três tópicos. Em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – AS ORIGENS DO NAZIFASCISMO

TÓPICO 2 – A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA (1931-1939)

TÓPICO 3 – A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL



AS ORIGENS DO NAZIFASCISMO

1 INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial é provavelmente o conflito de maior alcance histórico jamais ocorrido. A quantidade de mortos, em combate e em outras formas, superou em muito a própria Primeira Guerra Mundial, que já havia sido o conflito de maiores proporções até então. O horror das execuções nazistas, com sua “solução final” contra os judeus (e outros grupos, como ciganos, deficientes, homossexuais etc.), bem como de outros massacres menos comentados que também ocorreram no período, deram um tom macabro a esse período do século XX. Terminada a guerra, seus efeitos continuaram repercutindo por décadas, como fica claro no antagonismo entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. Dessa forma, a Segunda Guerra Mundial pode ser considerada o evento de maior importância de todo o século.

Nos últimos anos, assistiu-se a uma grande proliferação de obras de grande circulação sobre a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo. Isso é, em parte, uma boa notícia, pois permite que uma quantidade muito maior de pessoas tenha acesso a imagens, filmes e narrações dos horrores cometidos durante esse período. Por outro lado, percebe-se uma tendência preocupante, em alguns casos, ao sensacionalismo ou à falsificação pura e simples da História. Às vezes, tem-se a impressão de que algumas obras, sob o pretexto de denunciar os horrores do Nazismo, contribuem para glamurizá-lo. O despertar de movimentos extremistas em diversas partes do mundo, sob influência neonazista (tendência que atingiu proporções alarmantes na década de 1990), é um lembrete importante para os historiadores de que todo esse fenômeno deve ser compreendido com a maior clareza possível para poder ser, um dia, definitivamente sepultado.



SUGESTÃO DE MATERIAL DE APOIO

Prezado Acadêmico, não é difícil encontrar material sobre a Segunda Guerra Mundial e o Nazismo, atualmente. Vá até a banca de jornais mais próxima e você encontrará inúmeras coleções, cuidadosamente editadas, que muitas vezes incluem encartes com DVDs elaborados por editoras de ampla circulação nacional, em parceria com grandes cadeias editoriais estrangeiras. São fontes muito úteis de material visual sobre a Guerra, além de poderem ser usados como materiais de apoio didático em sala de aula. Lembre-se, no entanto, que as obras editadas dessa forma visam a uma divulgação de massa e, portanto, carecem de maior rigor acadêmico. Por isso, não devem ser usadas como a sua única fonte de informação sobre o período. Estude a guerra a partir das sugestões bibliográficas propostas neste Tópico e use essas coleções como complementação.

O grande cuidado que os historiadores precisam ter com a guerra é livrarem-se de um posicionamento passional, maniqueísta ou linear do conflito para analisá-lo a partir de um enfoque multidisciplinar, multifacetado e, dentro do possível, isento. Somente dessa forma será possível compreender o Nazismo e a Segunda Guerra Mundial dentro de sua complexidade.



Prezado Acadêmico, quando for analisar as obras de divulgação sugeridas há pouco, tenha sempre um cuidado redobrado com as que tratam do nazismo; muitas delas, sob pretexto de denunciar esse fenômeno, fazem uma defesa velada dele, ou tentam redimi-lo de uma forma inaceitável. Outras, ainda, limitam-se a denunciá-lo, sem procurar entendê-lo, o que também não serve aos nossos propósitos como historiadores. Esteja sempre muito atento aos sentidos implícitos nas obras e use todo o seu senso crítico para avaliar a qualidade da informação que receber – principalmente se você estiver planejando utilizar aquela obra como material de apoio didático ou se a obra for mencionada por algum estudante.

2 OS TOTALITARISMOS

Após a Primeira Guerra Mundial, a Europa (assim como outras partes do mundo) foi varrida por um movimento político reacionário, ou antes um conjunto de movimentos, que ficou conhecido como totalitarismo. Essencialmente, era um movimento que buscava concentrar toda a autoridade no poder do Estado e na influência de um líder carismático e exercer um controle total – daí o nome – sobre a vida e o pensamento dos cidadãos.

Os regimes totalitários assumiram formas diversas em cada lugar, com características próprias – embora com uma série de elementos em comum entre si – e, com isso, ganharam nomes distintos. No entanto, o termo fascismo se tornou uma espécie de nome genérico para esses movimentos, em parte porque o mais antigo deles, o fascismo italiano, sempre serviu, em alguma medida, de modelo para os demais – até mesmo para o Nazismo alemão, embora este tenha algumas características muito específicas que devem ser estudadas separadamente.

2.1 O CONCEITO DE TOTALITARISMO

Antes de estudarmos o totalitarismo como um fenômeno político, precisamos ter clareza sobre o que o termo significa, para evitarmos cair em alguns equívocos. Os conceitos de totalitarismo, fascismo e nazismo são tão carregados ideologicamente que se tornam muitas vezes vazios de conteúdo: ganharam, no senso comum, um sentido tão amplo que terminam, muitas vezes, sendo usados para designar qualquer posição política ou ideológica com a qual não se concorde. É claro que isso é um grande erro, pois usar termos tão fortes dessa maneira indiscriminada serve apenas para enfraquecer o seu sentido.

2.1.1 A origem do termo “totalitarismo”

O termo “totalitarismo” foi usado, inicialmente, em um sentido positivo, pelo líder fascista da Itália, Benito Mussolini. A base do fascismo era a ideia de que ao Estado consistia a realidade essencial da sociedade e que nada poderia haver fora dele. Em suas palavras, “espiritual ou materialmente não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido o fascismo é totalitário.” (Mussolini apud SILVA, 2000, p. 117). O termo foi logo apropriado pela oposição liberal, que lhe inverteu o sentido. O objetivo era denunciar essa intenção de controlar a totalidade da sociedade como uma séria ameaça à individualidade das pessoas.

Esta visão negativa se tornou dominante após a derrota do fascismo; antes da Segunda Guerra Mundial, no entanto, como veremos, o fascismo e os demais regimes totalitários tiveram uma grande aceitação em diversas partes do mundo. Na década de 1930, a popularidade dos regimes fascistas demonstra que havia uma enorme quantidade de pessoas disposta – ao menos aparentemente – a sacrificar parte de sua liberdade e sua individualidade em nome de uma ordem social mais rígida e centralizada. É importante termos em mente esse fato e considerarmos que a explicação liberal do fenômeno é tendenciosa, para que possamos entender de fato o que foi o fascismo.

2.2 AS INTERPRETAÇÕES REDUCIONISTAS

É preciso um cuidado redobrado quando estudamos os regimes totalitários. Alguns equívocos graves a respeito do assunto costumam ser repetidos com grande frequência, o que não é, necessariamente, uma atitude ingênua. Portanto, precisamos separar o fascismo das interpretações que fizeram dele seus oponentes, bem como entender as intenções por trás disso. Vejamos então, brevemente, o que se falou do fascismo após a Guerra.

2.2.1 A redução ao nazismo

Um dos equívocos mais comuns sobre os totalitarismos consiste em reduzi-los ao nazismo alemão, ou mesmo considerar que os diversos totalitarismos teriam tido origem aí e sido simplesmente “exportados” para outros países. Além da óbvia constatação de que o fascismo italiano é cronologicamente anterior ao nazismo, essa visão pretende esconder o fato de que os totalitarismos não eram sistemas “importados” de fora, mas, ao contrário, foram forjados, cada um deles, nas condições culturais e sociais dos próprios países, ainda que com uma influência ideológica proveniente do exterior. Certamente, é tentador para alguém que tenha se arrependido de sua adesão ao fascismo alegar que a ideologia veio pronta de fora, imposta por tropas de ocupação (alemãs, geralmente). Mas dizer isso é falsear a verdade, e os historiadores precisam estar atentos a isso.

2.2.2 A redução ao “hitlerismo”

Também é incorreto, embora não seja incomum, reduzir-se ainda mais o próprio conceito de nazismo para transformá-lo em um “hitlerismo”, como se o único motivador do nazismo fosse a ambição e a suposta “loucura” de Adolf Hitler. Mais uma vez, é reconfortante acreditar que a hábil oratória de um louco seria capaz de mobilizar multidões para fazerem coisas que, em condições normais, elas jamais cogitariam fazer. Ou que as ideias antisemitas de Hitler seriam estranhas à cultura alemã (ou, ao contrário, seriam exclusivas daquela cultura), que foi levada à histeria coletiva por um misto de propaganda habilidosa e “lavagem cerebral”. Não foi assim, como veremos mais adiante neste Tópico.

2.2.3 A redução do fascismo ao entreguerras

Costuma-se, por fim, considerar que o Nazismo e os demais regimes autoritários teriam sido fenômenos circunscritos ao período histórico do entreguerras (décadas de 1930 e 1940) e às regiões da Europa continental e ao Japão – como se outras regiões do mundo na época, como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, estivessem naturalmente imunes à sua influência. Ou então, como se nós, no século XXI, tivéssemos aprendido as lições que o horror nos ensinou e jamais estivéssemos sujeitos a passar por algo semelhante. O perigo aqui é acreditar que algo de fundamentalmente diferente exista entre as culturas da Europa continental e dos países anglo-saxões, ou mesmo entre as pessoas daquela época e as de hoje.

2.2.4 As motivações do reducionismo

Essas argumentações enganadoras não são, como poderia parecer, apenas ideias originadas do senso comum. Foram criadas e difundidas por historiadores, no período da Guerra Fria, com a finalidade de consolidar a imagem e o poder do bloco político comandado pelos Estados Unidos frente ao bloco soviético. Para isso, precisavam reafirmar o caráter democrático dos EUA e da Grã-Bretanha – imunes (nessa visão) às influências autoritárias – e promover um apaziguamento, o que implicava um certo esquecimento do alcance do fascismo, que ocorreu em países que eram agora aliados norte-americanos.

Assim, por essa visão, o fascismo foi restringido à Alemanha, que teria sido salva dele – apenas no lado ocidental, é claro – pela democratização trazida pelos vencedores da guerra. Sobre os demais países, ou até mesmo sobre as participações individuais no nazismo ou nos movimentos fascistas em geral, fez-se um profundo silêncio. Uma simplificação exagerada e politicamente orientada, como você pode perceber, mas que foi amplamente difundida pela máquina ideológica da Guerra Fria.

2.3 POR UMA INTERPRETAÇÃO DO FASCISMO “DE DENTRO”

Em vez disso, precisamos entender o fascismo a partir de outros pressupostos; do contrário, parecer-nos-á simplesmente absurdo que o movimento tenha tido uma força tão grande e uma difusão tão ampla no entreguerras. Pior ainda, se não compreendermos adequadamente o fascismo, não seremos capazes de lidar com ele no presente e tenderemos a concluir, equivocadamente, que este é um fenômeno ultrapassado. Contudo, as ondas de violência neonazistas que ocorreram durante a década de 1990, dentre outros fenômenos, demonstram que isso não é verdade.

O melhor ponto de partida para a compreensão do fascismo é a partir de seus próprios pressupostos; vale dizer, entendermos o fascismo a partir do discurso que o próprio fascismo fazia de si mesmo. É o que faz, com bastante habilidade, Francisco Carlos Teixeira da Silva, em um artigo intitulado *Os fascismos* (2000). Escrevendo no momento em que movimentos neonazistas assolavam a Europa, Teixeira da Silva observa que o fascismo não é um movimento morto e que a eclosão desses surtos de violência exige que se estabeleça um novo modelo de análise para o fascismo do entre guerras.



SUGESTÃO DE LEITURA

O texto "Os fascismos", de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000) é leitura obrigatória para se compreender com mais profundidade o fenômeno. Embora a análise feita neste Tópico tenha sido baseada em suas conclusões, nada substitui a leitura do texto, no qual tudo pode ser visto com uma profundidade que seria impossível de se obter neste Caderno.

3 O FASCISMO E O ENTREGUERRAS

É muito importante termos em mente que o fascismo não é um fenômeno desligado do tempo em que ocorreu; vale dizer, surgiu em um determinado contexto histórico. Esta é a razão pela qual estamos sempre sujeitos ao erro quando estabelecemos comparações entre o fascismo do entreguerras e qualquer outro regime autoritário. Não significa, no entanto, que comparações não sejam possíveis: termos como neofascismo e neonazismo designam fenômenos que guardam grandes semelhanças com seus inspiradores e nos alertam para o fato de que as motivações do nazifascismo não estavam restritas àquele período. No entanto, é sempre importante diferenciar as características específicas de cada movimento e entender porquê, afinal de contas, o fascismo surgiu nesse formato durante o entre guerras.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A explicação mais comum sobre o surgimento do nazifascismo é a grande crise de 1929. No entanto, esta é uma explicação equivocada, se levarmos em consideração que o fascismo italiano e diversas outras formas semelhantes de autoritarismo tomaram o poder na Europa antes disso: na Hungria em 1919 (almirante Horthy), na Itália em 1922 (Mussolini), na Espanha e na Turquia em 1923 (Primo de Rivera e Kemal Atatürk, respectivamente), na Albânia em 1925 (Ahmed Zogu), na Polônia (Pilsudski), na Lituânia (Voldemaras) e em Portugal (Gomes da Costa) em 1926.

Além desses movimentos, ideias semelhantes surgiram em outros países, mas não chegaram a tomar o poder; foi o caso da Guarda de Ferro e da Legião do Arcanjo Miguel de Corneliu Codreanu, na Romênia, e do próprio Integralismo de Plínio Salgado no Brasil. Em outros países, regimes fascistas chegaram a tomar o poder brevemente durante a guerra, sob os auspícios do nazismo: é o caso do Hungarismo de Ferenc Szálasi e da Ustaše na Croácia. Por fim, há movimentos que, tendo inicialmente uma orientação fascista, abrandaram seu discurso após a Segunda Guerra Mundial e tornaram-se regimes mais próximos de autoritarismos de direita – como o Franquismo na Espanha e o Estado Novo, de António Salazar, em Portugal.

Em resumo, pode-se afirmar que, mais do que um fenômeno gerado pela crise econômica, o fascismo tem como origem um profundo descontentamento, desde o início do século XX, com os rumos que o liberalismo extremo havia tomado – não apenas no tocante à economia, mas principalmente do ponto de vista político. Foi uma reação ultraconservadora a um movimento que foi dominante no século XIX, mas que remonta suas origens ao Iluminismo do século anterior, baseando-se na noção de liberdade individual. A eclosão e o desfecho trágico da Primeira Guerra Mundial pareciam apontar a responsabilidade para o liberalismo; parecia que aquelas eram as consequências naturais de se deixar a sociedade se autorregular. A crise de 1929 viria apenas para confirmar, de um ponto de vista econômico, essa percepção, o que permitiu ao fascismo um enorme ganho de influência política.

3.2 CARACTERÍSTICAS DO FASCISMO

O fascismo consistia, essencialmente, em um movimento reacionário, de caráter antiliberal, antidemocrático e antissocialista, que tentava submeter a vontade individual, vista como perigosa e causadora das grandes mazelas sociais, aos interesses da coletividade. Isso significava, dentro dessa lógica, submeter o indivíduo inteiramente ao poder do Estado, uma vez que, na terminologia fascista, Estado e sociedade são termos intercambiáveis. Esse Estado seria baseado na autoridade suprema de um líder (*Führer*, em alemão, *Duce* em italiano), que representaria a alma da nação e conheceria os anseios do povo. A autoridade desse líder seria capaz de estabelecer uma sociedade harmônica e equilibrada, em que as diferenças, fonte da discórdia, dariam lugar a uma pacífica uniformidade. Isso implicaria a negação tanto da individualidade como das diferenças – não apenas de ideologia, mas até mesmo diferenças étnicas.

Veremos, a seguir, com mais detalhes, cada uma dessas características.

3.2.1 O antiliberalismo e o antiparlamentarismo

A característica essencial do fascismo pode ser descrita como o anti-iluminismo; seus proponentes entendiam que a ideologia iluminista do século XVIII – que originou o liberalismo e a democracia – havia criado mais conflitos do que paz na sociedade. Isso parecia algo bastante fácil de se entender em uma época abalada por um conflito de gigantescas proporções – como havia sido a Primeira Guerra Mundial – e por uma séria crise econômica originada pela excessiva ausência de controle sobre as transações financeiras.

Entretanto, a oposição fascista ao liberalismo não era apenas fruto de circunstâncias históricas infelizes. De um lado, havia sim uma acusação aos liberais de haverem causado a crise do pós-guerra; de outro lado, no entanto, o fascismo entendia que o sistema liberal tinha, intrinsecamente, como vício de origem, um caráter desagregador. A essência do sistema liberal era o diálogo e o acordo, pois

os interesses conflitantes deveriam sempre ter a oportunidade de aparecer; para os fascistas, com isso, o sistema parlamentar criava discórdia e impedia a coesão nacional, o que seria totalmente contrário aos interesses do povo.

Em alguns países, especialmente os de forte tradição católica, não havia uma cultura liberal nem democrática; nesses lugares, o liberalismo era temido justamente pelo caráter democratizador que poderia ter sobre a sociedade. A Espanha, em relação a isso, foi um caso emblemático: os movimentos de orientação fascista contaram, entre outros, com o apoio da Igreja Católica, que temia os efeitos do liberalismo – tão condenado, doutrinariamente, quanto o socialismo – sobre a sociedade e sobre seu próprio poder.

3.2.2 O corporativismo e a liderança carismática

Como alternativa ao liberalismo desagregador, o fascismo oferecia um Estado harmonioso, sem contradições internas nem partidos políticos defendendo interesses específicos e antagônicos. O Estado fascista era orgânico, ou seja, cada elemento contribuía à sua maneira para a consecução de um mesmo e único objetivo: o bem-estar do povo. Até mesmo a divisão dos poderes – de origem liberal – é abandonada; a partir desse momento, os tribunais seriam submetidos ao poder Executivo (do qual proviriam também as leis), pois esse, simbolizado pela figura do Líder, seria o único capaz de conhecer e representar o interesse genuíno do povo.



Prezado Acadêmico, você se lembra do que Montesquieu dizia, em O Espírito das Leis, sobre a separação dos poderes? Se isso não acontecesse, o governo se tornaria autoritário e deixaria de representar o povo, que o constituiu. Perceba como o discurso fascista, ao propor um “Estado harmonioso”, no qual não houvesse conflitos, estava, na realidade, estabelecendo e justificando ideologicamente uma ditadura!

Esse estado orgânico é, muitas vezes, denominado corporativo, porque se baseia em uma analogia com o corpo humano. Cada órgão do corpo desempenha uma determinada função e não é possível a uma determinada parte alterar suas atribuições. Da mesma forma, cada indivíduo – submetido a uma hierarquia rígida, na qual todos obedeciam a um superior – era entendido como uma célula de um corpo social único, cumprindo uma determinada função e não podendo almejar uma situação diferente: afinal, qualquer insubordinação ao Estado seria uma traição à sociedade como um todo.

FIGURA 10 – MUSSOLINI FAZ A SAUDAÇÃO ROMANA DIANTE DE UMA MULTIDÃO EM ROMA



FONTE: Disponível em: <<http://rosenblumtv.files.wordpress.com/2008/01/mussolini090909.jpg>>. Acesso em: 20 nov. 2008.

O cérebro desse Estado seria, é claro, o Líder, cuja vontade se tornava a origem do direito e da vida social da nação. Dessa forma, o Estado fascista se baseava no princípio do líder (o *Führerprinzip*), que estabelecia uma comunicação direta entre o líder, encarnação da autoridade e da unidade nacional, e o povo, que lhe devia obediência irrestrita. O *Führerprinzip* se tornou superior às leis escritas (de origem liberal, caíram em desuso, mas não foram formalmente revogadas), o que dava ao líder um poder comparável ao dos monarcas absolutistas pré-iluministas. Isso fazia muito sentido dentro do pensamento anti-iluminista do fascismo; mas o fascismo, longe de desejar um retorno ao Absolutismo, desejava apenas destruir a ordem liberal e substituí-la por um Estado autoritário.

3.2.3 O irracionalismo

Como uma das consequências da oposição violenta da ideologia fascista ao Iluminismo, o próprio racionalismo termina por ser questionado. Surge, assim, um irracionalismo fascista, que não tem necessariamente o sentido de irracionalidade como ‘ignorância’ ou ‘atitude impensada’ que o senso comum dá ao termo. Por irracionalismo fascista, devemos entender a recusa a se adotarem medidas racionais e baseadas em regras que valham indistintamente para todos e prevejam igualdade de tratamento. Assim, o fascismo prefere reger-se, como já dissemos, na autoridade suprema de um líder, em uma relação personalista de poder.

O irracionalismo fascista aproxima-se da irracionalidade apenas na medida em que as decisões desses líderes geralmente são tomadas com base na emoção, quase sempre em atitudes agressivas. Contudo, mesmo nesses casos, a irracionalidade costuma ser calculada: os líderes agem “por impulso” ou “com extrema dureza” não apenas por índole, mas, principalmente, por sentirem que a população, assustada com a realidade, deseja atitudes firmes de seu líder.

De todo modo, as consequências das ações “irracionais” dos líderes, especialmente nos casos em que o fascismo tinha um caráter mobilizador das massas, costumavam levar a atitudes extremas da população, que não poderiam ser, de fato, justificadas racionalmente – essa é em parte a raiz do constrangimento que muitos simpatizantes do nazifascismo sentiriam, no pós-guerra, a respeito de suas atitudes pregressas.

3.2.4 O antissocialismo e o antissemitismo

Ao mesmo tempo, o fascismo também era contrário ao bolchevismo, em grande parte devido ao caráter internacionalista dessa doutrina. Dentro da doutrina fascista, o bolchevismo não era o causador da crise que o mundo atravessava; seria apenas a resposta errada, porque enfraquecia o Estado e abria os países à presença dos indesejados forasteiros.

O socialismo era associado, na ideologia fascista, ao judaísmo. A associação não parecia absurda – Trótski (pseudônimo de Lev Davidóvitch Bronstein) era judeu não praticante e o próprio Karl Marx era de origem judaica. Além disso, para o senso comum da época, tanto judeus como socialistas apresentavam características semelhantes. O milenar antissemitismo europeu via os judeus como apátridas, não aparentados etnicamente à população local e sempre se apoiando nas relações com seus correligionários em todo o mundo – internacionalistas, logo suspeitos.

Além disso, os judeus representavam, para o pensamento fascista, os grandes símbolos da modernidade e do liberalismo decadente. Hitler atribuía a crise de sua época a três doutrinas – Cristianismo, Comunismo e Capitalismo financeiro – que seriam a origem de todos os grandes males sociais da época, todas organizadas por “judeus” – Jesus Cristo, Karl Marx e Rotschild. (Pode-se incluir, nessa conta, a Psicanálise de Sigmund Freud, que também era abominada pelo pensamento nazifascista.) Este é um exemplo do irracionalismo fascista em ação.

É importante ressaltar, no entanto, que o antissemitismo não era uma característica exclusiva da Alemanha ou do Nazismo. Com efeito, todos os regimes fascistas tinham, em maior ou menor grau, inclinações antissemitas, pois os judeus desafiavam a ideia que esses regimes tinham de nação. Não era simplesmente uma questão étnica (“racial”, na visão da época que considerava, como ainda hoje alguns consideram, os judeus como uma ‘raça’) – embora essa fosse a principal queixa contra eles. Mas, para os fascistas, os judeus representavam, como vimos acima, todas as características indesejadas: internacionalismo, liberdade individual, especificidade cultural, iniciativa capitalista e até mesmo o socialismo.



LEITURA COMPLEMENTAR

Prezado acadêmico, sobre este tema, veja a Leitura Complementar incluída no final deste tópico. Boa leitura!

3.2.5 A negação da individualidade e das diferenças

O fascismo – e o nazismo, especialmente – não era violentamente antissemita por alguma característica que os próprios judeus tivessem. A monstruosa violência nazista contra os judeus tem relação apenas com características do próprio nazismo, que foram retiradas da cultura europeia como um todo e grandemente ampliadas pela propaganda do partido. Seria um erro acreditarmos que o povo europeu, ou o alemão em especial, fosse nazista em sua essência. O antissemitismo alemão, apesar de ter séculos de história, nunca tivera qualquer semelhança com o regime violento (muito menos qualquer impulso genocida de uma “solução final”) que passou a existir a partir da década de 1930.

Essencialmente, o nazifascismo guardava um profundo desprezo em relação a qualquer forma de diferença entre as pessoas. O corporativismo fascista, com seu caráter igualitário – mas não visando, como no comunismo, mitigar as diferenças e criar uma igualdade entre as pessoas, e sim eliminá-las como corpos indesejáveis – tinha horror a qualquer elemento que destoasse do padrão considerado adequado de tipo físico e conduta moral característico da “alma nacional”. Seu objetivo era a igualdade, mas apenas para uma certa parcela da população entendida como “legítima”, que era membro da “verdadeira comunidade” nacional. Esse é o sentido, dentro da própria ideologia nazifascista, do termo nacional-socialismo.

Eis, talvez, o ponto central da luta do fascismo contra os valores iluministas: o Iluminismo desejava a liberdade individual e a emancipação do ser humano de todo o tipo de pensamento dirigido ou predeterminado, para que, assim, ele pudesse começar a pensar por conta própria e atingir sua verdadeira autonomia. Ou seja, exatamente o contrário do que desejavam os fascistas – submeter a todos a uma mesma ideia, um mesmo comportamento e uma única liderança.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, seria interessante, para acompanhar as discussões sobre a disputa fascismo x liberalismo, que você retornasse ao Caderno de História Moderna, para rever os fundamentos do Iluminismo (Unidade 3). É claro que, se você desejar, pode e deve ir além daquele conteúdo, mas procure sempre, nesse momento, “ler” o Iluminismo em relação ao fascismo – e vice-versa.

3.3 A IDEOLOGIA NAZISTA

O fascismo, tomado em seu sentido genérico, foi uma ideologia política que nunca chegou a ter uma fundamentação teórica muito precisa. Sempre foi um movimento de contestação à sociedade da época, mas um movimento mais preocupado em destruir as instituições indesejadas do que em definir claramente como seriam as instituições que deveriam ocupar seu lugar. O nazismo, no entanto, era um pouco mais elaborado, pois baseava-se em um conjunto de ideias que, embora eclético e superficial, adquiria uma certa coerência no pensamento de Hitler e de seus ideólogos. Por este motivo, e pelas consequências para o desenrolar da guerra que teriam essas ideias, precisamos entender o nazismo com um pouco mais de profundidade.

3.3.1 Fundamentos teóricos do nazismo

Em seus tempos difíceis em Viena (ver uma breve Biografia no próximo tópico), Hitler era um leitor ávido e impaciente de tudo o que lhe caísse em mãos; leu centenas de livros, a maioria deles superficialmente e para confirmar as ideias que ele já tinha. Aos poucos, formou uma colcha de retalhos teórica, com elementos retirados, entre outras fontes, de Gobineau, de pensadores românticos alemães (Herder, Fichte, Richard Wagner e outros), de uma leitura equivocada de Nietzsche (que invertia o sentido que o filósofo dava ao *Übermensch*, o “super-homem”, ou “além-do-homem”) e das teorias raciais de Houston Stewart Chamberlain.

3.3.2 O arianismo e o antissemitismo

O resultado foi a teoria de que a base da sociedade alemã seria o povo (*Volk*) germânico, racialmente homogêneo e de origem ariana (a mesma dos povos que teriam criado a cultura dos brâmanes da Índia), entendida por Hitler como sendo o tipo mais elevado de ser humano – uma raça superior, que deveria prevalecer sobre todas as demais. Se necessário, essa superioridade racial ariana (o conceito foi emprestado do Conde de Gobineau, formulador, no século XIX, da ideia da superioridade racial dos brancos) daria direito aos alemães de expulsar, escravizar ou mesmo exterminar os demais povos – especialmente os judeus, ciganos e eslavos, entendidos como os inferiores dentre os inferiores. Assim, a sociedade alemã passava a ser vista como pangermânica, ou seja, todos os povos de língua e cultura alemãs deveriam estar unidos em um único país, sob a liderança de Hitler. Um *slogan* famoso dos nazistas – “*Ein Volk, ein Reich, ein Führer*” (um reino, um povo, um líder) – assinala isso com bastante clareza.

As ideias de Houston Stewart Chamberlain (1855-1927), britânico que tinha grande admiração pela cultura alemã, foram essenciais no pensamento nazista. Em um livro de 1899, *Os fundamentos do século XIX*, Chamberlain argumentava que os teutões, de origem germânica, eram os verdadeiros herdeiros da cultura greco-romana. Quando derrubaram o Império Romano, os povos germânicos estariam, na sua visão, salvando a cultura ocidental do domínio que os judeus já exerciam sobre o império. A ideia foi amplamente aproveitada por Hitler e Chamberlain chegou a filiar-se ao partido nazista na década de 1920.



Prezado acadêmico, a adoração de Houston S. Chamberlain à cultura germânica, a ponto de ele se naturalizar alemão e renegar sua cidadania britânica durante a Primeira Guerra Mundial, é um indicativo do caráter ultranacionalista das ideias do nazismo. O nazismo promoveu, do ponto de vista ideológico, o ressurgimento do orgulho germânico, a partir de tradições espúrias ou inventadas, mas que faziam muito sentido ao orgulho ferido daquela população. Este é o principal motivo do sucesso dessas ideias.

3.3.3 O “espaço vital”

De acordo com o pensamento nazista, o destino da Alemanha seria atingir o predomínio político absoluto na Europa. Entretanto, para isso, o território que o país detinha na época não seria suficiente; seria preciso conquistar territórios que estavam em poder dos desprezados eslavos, para poder fazer valer a “missão histórica” alemã. As vastas planícies férteis da Ucrânia apareciam aos olhos nazistas como um “Espaço Vital” (*Lebensraum*, em alemão), a única possibilidade de se abastecer plenamente a população ariana e, ao mesmo tempo, eliminar a ameaça do bolchevismo e os povos vistos como inferiores. Do contrário, superpovoada, a Alemanha veria ameaçada a própria sobrevivência — tanto material como espiritualmente, pela contaminação de culturas “estrangeiras”.

A noção de “espaço vital” não era nova na Alemanha da década de 1920. O termo foi utilizado pela primeira vez por Friedrich Ratzel (considerado o fundador da geografia humana), em 1897. O desenvolvimento industrial alemão e a pequena extensão colonial do país na África levaram Ratzel a desenvolver a ideia de que o

país precisaria se expandir territorialmente para poder sobreviver, da mesma forma que qualquer espécie precisa de um território adequado para se manter. Estudiosos posteriores situaram o *Lebensraum* alemão no Leste, em terras eslavas, evocando argumentos racistas para justificar o domínio sobre essas regiões.

Dessa forma, a doutrina do Espaço Vital, da forma como foi adotada por Hitler, era coerente com o restante da ideologia nazista, ao prometer a superioridade do povo alemão sobre os demais, inclusive com a conquista de seus territórios.

LEITURA COMPLEMENTAR

OS FASCISMOS

Francisco Carlos Teixeira da Silva

O fascismo, em virtude da barbárie do Holocausto, ficou definitivamente marcado pelo antissemitismo, pelo ódio ao judeu, bem como a outros grupos minoritários. [...] [O] antissemitismo era partilhado por todas as formas nacionais de fascismo: na Romênia, na Hungria, na Croácia, na Itália etc. Mas foi na Alemanha que o ódio aos judeus tomou aspecto de política de Estado, objetivo nacional.

Alguns historiadores, como Zeev Sternhell, destacam a desconfiança perante o outro e a possibilidade da violência como resposta, como característica básica do fascismo. Assim, estabelecido o que é nacional, tudo o mais é lançado ao pólo extremo do antinacional: por definição não ariano, o comunista, o cigano, o estrangeiro e aqueles que afrontam a perfeição nacional/racial — os considerados mental ou fisicamente doentes.

Neste contexto, duas categorias de antinacionais se destacam: o judeu e o cigano. Ambos inserem-se no mesmo caso: são universais, cosmopolitas, falam línguas distintas, impedem a homogeneidade e a coesão nacionais. Os comunistas e anarquistas, como no caso clássico da Itália, não são diferentes: o partido, a luta de classes, a ênfase na transcendência prática (a libertação econômica) dividem a nação, impedem a coesão nacional, logo, enfraquecem o Estado.

A alteridade social e individual surge, assim, como objeto central de ação do fascismo. As próprias bases da diferença — a diversidade étnica, partidária, as classes sociais — devem desaparecer em face das instituições homogeneizadoras, únicas: nação, raça, corporação. Não se trata, tal como no comunismo — principalmente em suas vertentes trotskistas ou maoístas —, da transformação de uma ou outra classe social (proletariado/campesinato) em sujeito transcendental da história ou da delimitação autoritária das nacionalidades, como na ação de Stalin. No fascismo não há espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tampouco para sua educação e conversão num homem novo, como o comprova o extermínio de judeus e *gays*. Uma ideia força, raça ou nação, torna-se o único valor moral em torno do qual ergue-se um poderoso código de ação. Assim, armado com um sistema ideológico e mental adequado, o fascismo identifica em si mesmo valores absolutos e qualquer diferença tornar-se-á objeto de eliminação violenta.

Os estudos referentes à alteridade e ao fascismo real mal começam a ser realizados, em grande parte obscurecidos, enquanto objeto, por uma ênfase desmesurada no Holocausto judaico. Cabe uma explicação: nossa discussão se volta, aqui, não para a monstruosidade indiscutível do Holocausto, enquanto produto industrial do assassinio, e sim para as inúmeras tentativas de buscar na condição judaica, nas suas especificidades, as razões (o que em si já é uma ofensa) de tamanho crime. Ao mudarmos a ênfase de Holocausto>judeus para Holocausto>alteridade, acreditamos estar operando uma correção de rumo fundamental: descolar a condição judaica da lógica do assassinio em massa dos próprios judeus e das outras vítimas do fascismo. Partimos aqui de uma observação, a nosso ver, por longo tempo esquecida: o mal do racismo deve ser buscado nos algozes, e não nas vítimas. Ser judeu, cigano ou *gay* não encerra em si um mal atávico ou histórico; tampouco uma condição, ou especificidade histórica, a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado. [...]

Franz Neumann insiste no mesmo ponto, principalmente através da pergunta: “Mas como achar um inimigo?” Tal inimigo deveria preencher alguns requisitos de veracidade para que o convencimento pudesse, de fato, funcionar em termos de recepção de ideias. Assim, ainda conforme Neumann, o judeu preenchia alguns desses requisitos para uma parcela importante da população: eram estrangeiros, identificavam-se com o capitalismo e, ao mesmo tempo, com o comunismo (Marx, Trotski, Zinoviev etc.), eram largamente a *avant garde* literária, musical e artística em geral, possuíam uma religião específica e um anátema multissecular brandido pelo cristianismo... Assim, a escolha de um inimigo partia de um campo já reconhecido. Mas tais características, anteriores ao fascismo, não haviam votado os judeus, na Alemanha por exemplo, ao desprezo e muito menos à morte em períodos anteriores. No Império Hohenzollern (1871-1918), os judeus desempenharam um papel de relevo junto a todos os segmentos sociais do país, inclusive junto ao próprio imperador; durante a República de Weimar (1919-1933), a situação evoluiu ainda mais favoravelmente, com a chegada de judeus aos postos mais elevados do país. Em suma, contra uma visão arraigada — e que temo ser um subproduto da própria propaganda fascista —, o antissemitismo alemão não era, desde sempre, excludente ou mesmo homicida. Comparativamente, o antissemitismo polonês, russo e báltico foi, antes do fascismo, muito mais agressivo do que o antissemitismo alemão. Colocamo-nos, assim, em crítica aberta àqueles que querem filiar o Holocausto exclusivamente à história alemã. Não podemos nos esquecer que muitos, para usar um termo em voga, dos carrascos voluntários de Hitler eram lituanos, polacos, croatas, húngaros ou ucranianos. O Holocausto, bem como outros genocídios, deve ser filiado a uma concepção de mundo que nega qualquer possibilidade de um contratipo ao seu tipo padrão, e não à história específica de um povo. Para Adorno, o Holocausto está inextrincável e dialeticamente ligado ao ódio e à desconfiança contra todos os que são (imaginariamente) considerados fracos, débeis, felizes e fortes.

É nesse sentido que as observações de Adorno e Neumann nos ajudam a pensar o Holocausto judaico e todos aqueles que foram assassinados apenas por serem diferentes de um tipo imaginário alardeado como padrão.

FONTE: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Os fascismos". In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.) **O século XX**. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 147-150. V. 2.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- Para entendermos o totalitarismo, é preciso evitar alguns reducionismos – não reduzi-lo ao Nazismo, à vontade de Hitler ou ao fascismo que ocorreu no entreguerras.
- Esses reducionismos, que são muito comuns até mesmo entre acadêmicos, tiveram um papel importante durante a Guerra Fria, mas nos impedem de perceber o alcance que o fascismo continua tendo, mesmo nos tempos atuais.
- O fascismo se caracteriza em linhas gerais por uma ideologia antiliberal, antiparlamentar, antissocialista e irracionalista, pelo corporativismo e pela devoção a uma liderança carismática. A característica essencial do fascismo pode ser resumida no anti-iluminismo e na negação da individualidade.
- O Nazismo guarda grandes semelhanças com o fascismo italiano, mas tem como ideologia central a superioridade racial do povo alemão (ariano), que teria por isso o direito de dominar e escravizar os povos “inferiores” – especialmente judeus, ciganos e eslavos.
- De acordo com a ideologia nazista, os arianos precisavam de um “espaço vital”, a ser conquistado nas terras dos eslavos, para poderem seguir sua “missão histórica”.

AUTOATIVIDADE



- 1 Explique a relação entre o antiliberalismo e o corporativismo do pensamento fascista.
- 2 O que significa afirmar que o fascismo é reacionário?
- 3 Que elementos do fascismo podemos identificar atualmente em nossa sociedade?



A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA (1931-1939)

1 INTRODUÇÃO

A década de 1930 foi um período muito diferente dos alegres – mas, como vimos, conturbados – anos 1920. As tensões que estavam latentes desde o fim da Grande Guerra começaram a aflorar e diversos movimentos de guerra começaram a ser executados. A crise econômica gerada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, começou a cobrar um preço cruel de empobrecimento da população e propiciou o desenvolvimento dos regimes totalitários. Apesar da recuperação econômica no final da década, o mundo caminhava para a guerra.

Paulo Fagundes Vizentini (2004) argumenta que o ano de 1931 deu início a uma série de conflitos, aparentemente isolados, que constituem um mesmo processo histórico de guerra. Esse processo, de acordo com ele, teria durado, portanto, quinze anos, intensificando-se em 1939 e tornando-se global em 1941. Este tópico analisará o início desse processo, momento em que a crise se tornou geral e as condições para a Segunda Guerra Mundial foram sendo preparadas.

2 OS ANTECEDENTES DA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial não pode ser satisfatoriamente explicada apenas por alguns elementos esquemáticos, como o desejo de vingança alemão (materializado nas doutrinas nazistas) ou, em um sentido mais amplo, pelo belicismo fascista. Os elementos que deram origem ao conflito estavam em gestação no continente europeu desde a Primeira Guerra Mundial e vão além da crise econômica pela qual o mundo passou, a partir de 1929. Nesta seção, vamos selecionar algumas informações que você estudou na unidade anterior e, com elas, fazer um breve resumo do impacto que esses eventos tiveram nos anos seguintes.

2.1 A REVOLUÇÃO RUSSA

A Revolução Russa, ocorrida no início do século XX – em especial a Revolução Bolchevique de novembro de 1917 – teve uma importância bastante grande em todo o jogo político das décadas seguintes. Alguns autores afirmam que a Guerra Fria se iniciou nesse momento, pois, desde 1917, o Estado socialista se apresentou como uma alternativa de poder. O perigo representado, para o pensamento liberal e capitalista, pelo socialismo era imenso, pois poderia levar a revoltas operárias generalizadas. Além disso, o rápido crescimento econômico da URSS transformou o país rapidamente em uma potência que não poderia ser mais ignorada no jogo político mundial, e isso teve consequências importantes para o desenvolvimento dos conflitos das décadas de 1930 e 1940.

2.2 A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Dentre os eventos que tiveram uma relação direta com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, o Tratado de Versalhes de 1919 é geralmente o mais lembrado. O tratado que pôs fim à então chamada Grande Guerra acabou servindo como uma forma de vingança para os franceses que, buscando a revanche da Guerra Franco-Prussiana de 1871, pretenderam anular a Alemanha do ponto de vista geopolítico. O resultado foi uma sensação de humilhação dos alemães que, aliada à séria crise econômica em que o país se viu jogado por causa do Tratado, criou as condições ideais para o surgimento do Nazismo. Veremos mais sobre isso em seguida.

2.3 A CRISE DA ORDEM LIBERAL

A década de 1920 havia sido um período de grande euforia econômica: na Europa e nos EUA, o desenvolvimento da sociedade de consumo permitiu que milhões de pessoas pudessem adquirir as novas maravilhas industriais: geladeiras, automóveis, rádios etc. A produção industrial, especialmente a norte-americana, atravessou um período de grande euforia e trouxe consigo os setores agrícola e financeiro. A sensação geral era de que as inovações tecnológicas criariam um mundo maravilhoso e a pobreza do mundo estava com os dias contados. A euforia consumista tinha um equivalente no setor financeiro. O dinheiro fácil gerou uma onda de euforia especulativa e alimentou os sonhos de enriquecimento fácil na bolsa de valores. Aparentemente, todos acreditavam estarem a um passo da fortuna, entre 1927 e 1929.

Mas essa riqueza era ilusória; o que havia, na verdade, era um excesso de produção industrial. Os EUA haviam desenvolvido muito sua indústria durante a guerra e, após o seu final, os países europeus começaram a recuperar sua produção. O dinheiro era farto, em parte por decisões econômicas equivocadas dos governos. Em meados de 1929, alguns analistas perceberam o exagero e

começaram a sair do jogo, o que levou ao pânico geral. Em 29 de outubro, todos queriam vender, por isso não havia quem comprasse, por mais baixos que fossem os preços das ações. A Bolsa de Valores quebrou e, como consequência, o mundo foi arrastado para um longo período de crise financeira, tão severa que mereceu o nome de Grande Depressão.

2.3.1 A crise econômica

A crise de 1929 mergulhou milhões de pessoas no desemprego, pois afetou praticamente todas as grandes empresas do mundo, ao mesmo tempo. Essa crise foi um fenômeno muito estranho, que pode ser chamado de **crise de superprodução**. Não havia falta de produtos – ao contrário, havia produtos demais –, mas as pessoas não tinham dinheiro para adquiri-los. A população tinha perdido o emprego, mas não faltava trabalho a ser feito, nem faltava vontade dos empregadores de contratar ou matéria-prima a ser processada. As terras continuavam férteis como antes, mas os agricultores não conseguiam vender sua produção e deixavam de plantar. Esse paradoxo pode ser explicado por um fator simples: não havia dinheiro em circulação, na economia mundial, para fazer isso tudo funcionar. Não havia como pagar os empregados ou como comprar os produtos. A solução para o problema era ainda mais estranha: era preciso destruir o excedente de produção (sacrificar o gado nos EUA, queimar o café no Brasil), mesmo que isso levasse a população a passar fome, para que os preços voltassem a ser competitivos.

Uma medida adotada por muitos países para solucionar a crise foi o protecionismo – favorecer os produtores internos e dificultar a entrada de produtos estrangeiros. Isso, na prática, favoreceu mais os países que detinham grandes recursos internos (Estados Unidos) ou coloniais (Inglaterra) e prejudicou algumas potências menores, que não tinham nada disso. A Alemanha foi um caso típico: o país era relativamente superpovoado, tinha um território pequeno e algumas poucas colônias na África que havia conseguido “arrancar” dos ingleses e franceses durante a partilha do final do século XIX. Outros países nessa situação eram o Japão e a Itália.

2.3.2 A crise social e ideológica

O rápido empobrecimento da população favoreceu uma atitude mais radical dos trabalhadores em diversos países. No início dos anos 1930, os partidos de esquerda tiveram um crescimento notável na Europa, o que apavorava as lideranças conservadoras. Ao mesmo tempo, a URSS começava a colocar em prática seu modelo de desenvolvimento. O primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) promoveu a coletivização do campo e a industrialização acelerada, com recursos próprios. Ou seja, no exato momento em que as populações das potências empobrecidas tornavam-se cada vez mais descrentes do capitalismo liberal, a União Soviética consolidava seu modelo alternativo de desenvolvimento e transformava o socialismo em uma ideia tentadora.

2.4 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA: O *NEW DEAL*

Para recuperar os Estados Unidos, o presidente Franklin Delano Roosevelt propôs, ainda na campanha eleitoral de 1932, um Novo Acordo (*New Deal*) econômico que previa uma maior intervenção do Estado na economia. O governo criou diversas agências para regular a economia e fomentar o desenvolvimento. A teoria central que baseava o *New Deal* era a de que, para o país retomar o crescimento econômico, era preciso que o dinheiro voltasse a circular, como antes, por toda a economia. Esta teoria foi desenvolvida pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), de modo que ficou conhecida como keynesianismo.

O *New Deal* criou agências reguladoras para a agricultura, indústria, construção de usinas e praticamente todas as atividades econômicas. Ao intervir na economia, o governo garantia o emprego de milhões de pessoas e, com isso, mantinha a economia ativa. Os efeitos benéficos do *New Deal* se fizeram sentir desde 1933, ano em que sua execução se iniciou. Além da recuperação econômica da população americana (e, conseqüentemente, de sua autoestima), as obras executadas por conta do *New Deal* proporcionaram um grande impulso econômico ao país nos anos seguintes: foram construídas inúmeras indústrias, usinas hidrelétricas, ferrovias etc.



ERRO COMUM

Prezado(a) acadêmico(a), atente para o fato de que o *New Deal*, apesar de promover a recuperação econômica dos EUA, tinha seus opositores; na campanha eleitoral de 1940, o *New Deal* era criticado pela oposição republicana por ser intervencionista, ou seja, regular a economia do país. De acordo com seus opositores, isso era contrário à tradição liberal dos EUA. A partir desse momento, o partido Republicano adotou uma postura liberal, que persiste até hoje e que foi personificada ao máximo pelo presidente Ronald Reagan (1980-1988).

3 A ALEMANHA DE WEIMAR

Por mais animados e inovadores que possam ter sido, os anos 1920 não foram uma época feliz para a Alemanha. O final da Primeira Guerra Mundial mergulhou o país em uma séria crise econômica e moral. Além das dificuldades que todos os países enfrentaram por causa dos duros conflitos, a Alemanha tinha o problema adicional das humilhações que lhe haviam sido impostas pelo Tratado de Versalhes. Considerada culpada pela guerra, a Alemanha foi condenada a pagar uma indenização anual gigantesca aos vencedores e perdeu territórios importantes. Isso revoltou a população alemã contra os antigos adversários e contra alguns grupos internos – judeus, comunistas e social-democratas entre eles – que tinham proposto a paz, por convicção religiosa ou ideológica, e que agora eram vistos como traidores do país.

3.1 A CRISE ECONÔMICA

O valor das reparações de guerra que a Alemanha deveria pagar era tão alto que, mesmo com prestações anuais bastante elevadas – que comprometiam o funcionamento da economia do país e ajudavam a agravar a crise econômica –, a dívida estava prevista para ser quitada apenas em 1984. Em maio de 1921, um ultimato do governo britânico exigindo o pagamento agravou a crise e resultou em uma hiperinflação na Alemanha, que foi contida apenas em 1923.

FIGURA 11 – NOTA ALEMÃ DE 1º DE SETEMBRO DE 1923, NO VALOR DE 50 MILHÕES DE MARCOS. EXATOS DOIS MESES APÓS ESSA DATA, SERIAM NECESSÁRIAS 720 NOTAS COMO ESSA PARA COMPRAR MEIO QUILO DE CARNE



FONTE: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/93/50_millionen_mark_1_september_1923.jpg> Acesso em: 19 nov. 2008.

Não havia tradição democrática no país, até então, e a crise econômica se confundia com a humilhação e com o liberalismo da república de Weimar. A crise favoreceu o fortalecimento político dos comunistas e, também, de movimentos de extrema-direita, de orientação fascista. Politicamente, isso se traduziu em uma polarização ideológica do eleitorado alemão, que se concentrou, de um lado, no Partido Comunista Alemão (KPD) e, de outro, no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP, apelidado de Nazi – de *Nationalsozialistische*).

Para evitar o risco de uma revolução que ameaçasse a ordem mundial capitalista, as lideranças vencedoras da Primeira Guerra diminuíram as pressões impostas ao país pelo tratado de Versalhes. O Plano Dawes (1924) injetou dinheiro na economia alemã, e a Conferência de Locarno (1925) promoveu acordos bilaterais de paz. Assim, a economia alemã se recuperou durante a segunda metade da década, até que a crise de 1929 destruiu os esforços anteriores.

3.2 ADOLF HITLER E O NAZISMO

Adolf Hitler nasceu próximo a Linz, na Áustria, em 20 de abril de 1889 (curiosamente, quatro dias depois do nascimento do cineasta inglês Charles Chaplin). Aos dezenove anos mudou-se para Viena, onde chegou a passar fome, mas conseguiu sobreviver pintando paisagens da cidade – ao contrário do que muitos acreditam, com um relativo sucesso. Lá, tomou maior contato com as ideias antissemitas que estavam enraizadas havia séculos na cultura católica da Áustria e do sul da Alemanha. Fascinado pela cultura alemã, mudou-se para Munique em 1913 e, quando a Grande Guerra se iniciou, alistou-se no Exército daquele país (apesar de ser austríaco). Como muitos nacionalistas alemães fervorosos, ficou chocado com a rendição alemã e buscava na “conspiração judaica internacional” a explicação para a humilhação que sentia.

Em setembro de 1919, ainda a serviço do Exército alemão, Hitler foi designado para infiltrar-se em um pequeno partido nacionalista, chamado Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP, na sigla em alemão). Em pouco tempo tornou-se membro ativo; logo sua inteligência e sua hábil oratória o tornaram o líder do partido. Sob sua orientação, o DAP mudou de nome para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) e adotou como símbolos uma antiga cruz de origem indo-ariana – a suástica, tradicional símbolo de boa sorte – e a saudação romana (“*Heil!*”, em alemão) também usada pelos fascistas italianos.



PEQUENO COMENTÁRIO SOBRE A SAUDAÇÃO ROMANA.

Hitler também criou uma milícia paramilitar, chamada *Sturmabteilung* (ou SA), com a finalidade de proteger os líderes do partido e aterrorizar os judeus e outros inimigos. A atuação da SA seria decisiva para reforçar o clima de caos social e de insegurança no país nos anos seguintes, o que permitiu a ascensão de Hitler ao poder.

3.2.1 O NSDAP e o *Putsch* de Munique

O NSDAP era um partido pequeno nos primeiros anos, ainda que a oratória de Hitler e sua mensagem antiliberal, antidemocrática, antissemita e anticomunista ecoassem na população da Alemanha de Weimar. Em 1923, aproveitando-se do descontentamento geral (foi a época da hiperinflação) e do apoio que tinha de algumas autoridades políticas e policiais de Munique, Hitler organizou uma rebelião que pretendia tomar o poder na cidade. O que era para ser o início de uma revolta que culminaria com uma marcha sobre Berlim, da mesma forma que Mussolini havia marchado sobre Roma no ano anterior, sucumbiu rapidamente diante da força policial da cidade. O golpe ficou conhecido como o *Putsch* de Munique, ou o *Putsch* da Cervejaria, em referência ao local onde as decisões eram tomadas.

3.2.2 O *Mein Kampf*

Preso por alta traição, Hitler encontrou na prisão um ambiente surpreendentemente propício à divulgação de suas ideias. Condenado a cinco anos, ficaria apenas nove meses na prisão, tempo em que ditou a seu colaborador Rudolf Hess seu célebre livro *Mein Kampf* (Minha Luta). O livro fazia parte da decisão de Hitler de, dali em diante, não mais desafiar as autoridades diretamente, mas promover suas ideias estritamente pela via da legitimidade. A primeira parte do livro, publicada em 1925, é autobiográfica; o segundo volume, publicado em dezembro do ano seguinte, expõe em detalhes a doutrina nazista.

3.3 A ASCENSÃO NAZISTA

Após a grande crise de hiperinflação de 1923, a situação na Alemanha melhorou bastante. A inflação foi controlada, novos acordos diminuíram a pressão que as indenizações de guerra faziam na economia alemã e o país recuperou a confiança internacional com a eleição do marechal Paul von Hindenburg para a presidência. O cenário não parecia propício ao crescimento da ideologia nazista.

Até que veio a crise de 1929, a situação se tornou novamente crítica e a preocupação dos grupos mais poderosos do país com o comunismo retornou. Em vista disso, segmentos consideráveis da burguesia começaram a manifestar apoio aos nazistas, na esperança de que o partido conseguisse barrar a influência comunista na Alemanha. Isso não significa que eles apoiassem as ideias nazistas; ao contrário, muitos deles sentiam repulsa pelo antissemitismo de Hitler, mas desejavam ver um governo forte, quando não ditatorial, e com apoio popular, para recuperar o país da crise.

Também os países estrangeiros tentaram fazer a sua parte. O Plano Young (1930) e a Conferência de Lausanne (1932) tentaram recuperar a Alemanha, mas não era mais possível. A deterioração econômica e política havia atingido um ponto sem volta, que culminou com a subida do partido Nazista e Adolf Hitler ao poder.

3.3.1 A tomada do poder

Contribuiu muito para essa ascensão a ferrenha divisão política das forças antinazistas. Eram grupos muito distintos, entre social-democratas, grupos religiosos, liberais, comunistas e intelectuais, que não se entendiam entre si e consideravam-se, muitas vezes, inimigos. Os comunistas, por exemplo, recusavam-se a compor alianças com os social-democratas, seguindo a orientação da IV Internacional Comunista. Com tudo isso, o partido Nazista, que conseguira eleger seus primeiros doze deputados em 1928 (dentre eles Hermann Göring e Joseph Goebbels), saltou para 107 cadeiras em 1930 e seis milhões de votos.

Na eleição seguinte, em 1932, Hitler candidatou-se a presidente. Embora tenha perdido para Hindenburg, faltaram ao velho marechal 0,4% dos votos necessários para conquistar a maioria. Nova eleição fortaleceu ainda mais o partido Nazista e Hindenburg, incapaz de conseguir compor uma maioria, viu-se forçado a nomear Hitler para o cargo de chanceler (primeiro-ministro). Uma vez no poder, Hitler iniciou um expurgo de funcionários não ligados ao partido Nazista e criou uma força policial de 50 mil homens – a Gestapo –, sob a liderança de Göring, para executar seus planos.

Logo em seguida, Hitler convocou novas eleições. Durante a campanha, em fevereiro de 1933, ocorreu um incêndio no Reichstag (o Parlamento alemão), atribuído a um jovem comunista, mas provavelmente provocado por nazistas. Hitler se aproveitou desse evento para denunciar um suposto movimento de esquerda para tomar o poder e exigiu poderes ditatoriais por quatro anos. Diante da presença aterrorizante da SA, os deputados deram a Hitler o que ele pediu.

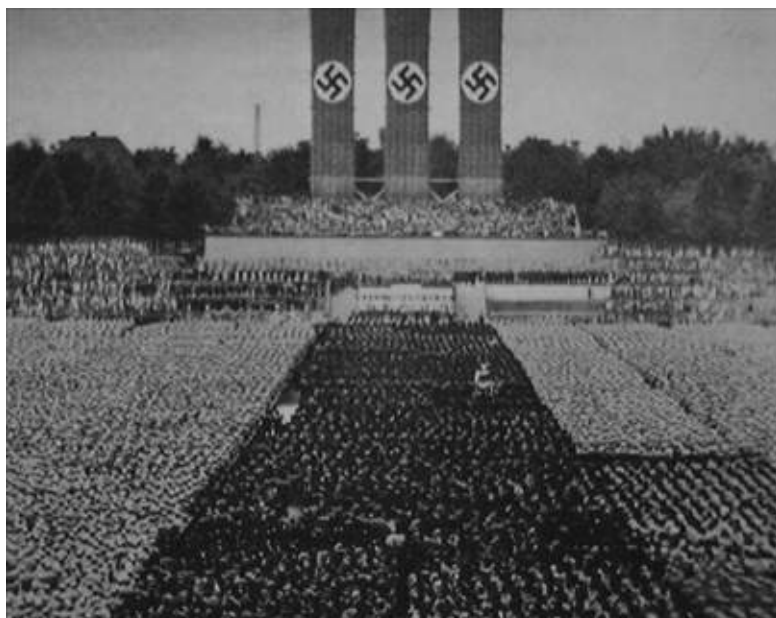
3.3.2 A Noite dos Longos Punhais

Contudo, o poder das SA preocupava Hitler, pois seu contingente já era superior ao do Exército e seu líder, Ernst Röhm, começava a desagradar a vários segmentos do governo. Röhm era um dos mais exaltados líderes nazistas e desejava uma verdadeira revolução na Alemanha após a tomada do poder. Para Hitler, no entanto, a SA era apenas uma arma política para a tomada do poder, da qual ele já não precisava. Além do mais, a atuação truculenta da SA começava a inquietar Hindenburg, que ameaçou decretar a lei marcial no país. Para combater a SA, Hitler ordenou que sua guarda pessoal recém-criada, a SS, juntamente com a Gestapo, executassem uma chacina dos principais líderes da SA, incluindo o próprio Röhm. O massacre, ocorrido em 30 de junho de 1934, ficou conhecido como a Noite dos Longos Punhais.

3.3.3 O Terceiro Reich

Com a Noite dos Longos Punhais, Hitler conseguiu o apoio do Exército para sua última manobra política em direção ao poder. Alguns dias depois, Hindenburg faleceu e, em comum acordo com o Exército, Hitler uniu sob seu comando os postos de presidente e de chanceler e intitulou-se *Führer* (líder) da Alemanha. O Exército e a população deviam agora lealdade não ao país, ou ao Estado, mas à própria pessoa do *Führer*. Dentro da ótica reacionária do nazismo, Hitler proclamou o Terceiro Império (*Reich*) alemão – o segundo havia sido o Império de Bismarck, de 1871, e o primeiro era o Sacro Império Romano-Germânico, fundado no século X.

FIGURA 12 – CENA DO FILME “O TRIUNFO DA VONTADE” (*TRIUMPH DES WILLENS* – 1934), DA CINEASTA PREFERIDA DE HITLER, LENI RIEFENSTAHL. O FILME DOCUMENTA O CONGRESSO NAZISTA DE 1934



FONTE: Disponível em: < http://blogs.warwick.ac.uk/michaelwalford/entry/triumph_of_the/ >
Acesso em: 8 dez. 2008.

4 PREPARANDO A GUERRA

Desde que iniciou seus projetos de poder, Hitler nunca escondeu que suas políticas eram orientadas na direção da guerra. Toda a humilhação enfrentada pela Alemanha com o resultado da Primeira Guerra Mundial só seria resolvida, no seu entender, com uma nova guerra contra os inimigos do país. Sua ideia do *Lebensraum* implicava a conquista militar de grandes regiões a leste, habitadas pelos eslavos, o que só poderia ser feito pela guerra. O grande erro das lideranças da Inglaterra e da França na época foi não terem compreendido isso a tempo.

4.1 A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DA ALEMANHA

Com a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, o país começou a se recuperar economicamente. Isso não foi uma coincidência, mas também não foi unicamente fruto da habilidade do *Führer*. Hitler não entendia nada de economia, por isso deixou essa área para os especialistas: administradores e industriais, que conseguiram realizar acordos vantajosos para o país e, assim, recuperar a Alemanha da séria crise de 1929.

A bem da verdade, esse era um fenômeno mundial, naquele momento: após a Grande Depressão, a maioria dos grandes países se recuperava rapidamente em meados da década de 1930. Entretanto, Hitler soube tirar proveito dessa recuperação para seus propósitos, que incluíam o desenvolvimento militar da Alemanha e o fortalecimento de sua influência pessoal sobre a população. Trabalho e orgulho pelo país, eis o que o povo alemão desejava; Hitler sabia muito bem disso.

4.2 AS VIOLAÇÕES DO TRATADO DE VERSALHES

Os projetos de reconstrução militar da Alemanha contradiziam frontalmente os termos do Tratado de Versalhes, que proibia o país de manter uma força aérea, limitava o exército a cem mil homens e a marinha a valores simbólicos. Para levar a cabo seus objetivos, seria preciso desafiar os vencedores da guerra e violar o tratado. E foi o que Hitler fez, sistematicamente, nos anos seguintes.

4.2.1 O rearmamento alemão

Desde o início de seu governo, Hitler direcionou seus esforços para a reconstrução do poderio militar alemão. A princípio secretamente, e depois de forma cada vez mais aberta, ele destinou grandes quantidades de recursos para a indústria de armamentos (6 bilhões de marcos em 1936, com previsão de chegarem a 32 bilhões em 1939). A medida ajudou a elevar o moral da população alemã, ao garantir emprego a milhões de pessoas, enriquecer algumas indústrias pesadas e preparar a vingança que muitos alemães desejavam.

É importante dizer que, embora o auge do rearmamento alemão tenha se dado com Hitler, não foi com ele que o movimento se iniciou, mas já na década de 1920. Os tratados assinados para aliviar a pressão de Versalhes sobre a Alemanha, já permitiam que o país tivesse alguma liberdade para se rearmar. O motivo para isso era a percepção de alguns grupos influentes de que a Alemanha precisava ocupar o lugar de potência que lhe cabia no cenário europeu.

4.2.2 O Grupo de Cliveden

Dentre esses grupos, o chamado Grupo de Cliveden teria ocupado um lugar proeminente, com suas ideias de que a Alemanha deveria ser fortalecida para auxiliar as potências europeias na luta contra o bolchevismo soviético e os movimentos operários. O Grupo de Cliveden, formado por nomes influentes da política britânica e grandes magnatas conservadores ligados à indústria do aço e do carvão, teria tido um papel relevante na ascensão do nazismo na Alemanha, ao financiar a produção armamentista alemã e promover a política de apaziguamento (que será vista em detalhes logo em seguida).



INFORMAÇÃO

O Grupo de Cliveden (*Cliveden Set*) foi considerado, por muito tempo, uma fantasia ou uma teoria da conspiração. Isso porque quem criou o termo foi um jornalista chamado Claud Cockburn, em um artigo de um pequeno jornal comunista britânico. Alguns equívocos de Cockburn teriam sido suficientes para que seus detratores desqualificassem suas ideias. Afinal, entre os membros do Grupo de Cliveden estariam nomes influentes da política e da economia britânica, nomes que Cockburn alegava serem germanófilos (simpatizantes da Alemanha) – entre eles, o futuro primeiro-ministro Neville Chamberlain. Ultimamente, porém, essas alegações começaram a ser alvo de estudos mais sérios, o que pode vir a devolver alguma credibilidade à teoria de Cockburn.

4.2.3 A invasão da Renânia

Em 1936, quando o exército alemão já contava com meio milhão de integrantes, Hitler ordenou uma marcha sobre a Renânia – região alemã na fronteira com a França que, pelos termos do Tratado de Versalhes, estava interdita ao exército alemão. Apesar da afronta ao Tratado, as potências estrangeiras não esboçaram reação, em parte pela pouca disposição de criar um conflito naquele momento – coisa que não se cogitava ser a intenção de Hitler –, em parte por, de certa forma, também considerarem injusta essa cláusula. Afinal, embora estivesse desmilitarizada, a Renânia continuava sendo região alemã e lá estavam algumas das maiores cidades do país, como Colônia; natural, portanto, que o exército pudesse ter acesso a ela.

A população local apoiou entusiasticamente a manobra, saudando a passagem do exército e, mais tarde, aprovando a medida com 98,8% de votos em um plebiscito – a forma que Hitler havia descoberto para legitimar suas medidas.

4.3 O ENSAIO GERAL: A GUERRA CIVIL ESPANHOLA

Também em 1936, as tensões políticas que existiam na Espanha desde o século XIX estouraram e mergulharam o país em uma guerra civil de grandes proporções. Entre 1936 e 1939, as atenções mundiais estavam voltadas para a guerra, não apenas pelas consequências que ela poderia trazer à Espanha, mas porque os regimes fascistas europeus, apoiando as facções nacionalistas, transformaram o conflito em um ensaio para a Segunda Guerra Mundial.

4.3.1 Histórico

O século XIX havia sido um período de grande turbulência política na Espanha. Após a abolição da monarquia absolutista, em 1812, o país enfrentou acirradas disputas entre os tradicionalistas – defensores do absolutismo – e os liberais, o que originou diversas revoltas e guerras civis. As disputas entre os segmentos conservadores e liberais deixava a população pobre em má situação e fazia crescer os movimentos de esquerda no país.

Após um breve período republicano (1873-1887), a monarquia retornou com o rei Alfonso XIII. Em 1923, no entanto, a autoridade do rei foi solapada pela ditadura militar de Miguel Primo de Rivera; com a sua deposição, em 1930, a Espanha adotou uma nova constituição, que promovia amplas reformas, incluindo a separação da Igreja e do Estado e o sufrágio universal. A constituição conseguiu desagradar à maioria dos segmentos da população, especialmente os católicos, o Exército e os latifundiários.

4.3.2 Nacionalistas *versus* republicanos

Em 1936, o general Francisco Franco levantou-se contra o governo espanhol, com o apoio dos grupos descontentes e de diversas forças estrangeiras – que incluíam as forças coloniais francesas na África, a força aérea britânica e os governos italiano e alemão. O movimento, de caráter fascista, era uma tentativa de destruir os movimentos operários, os partidos de esquerda e o movimento liberal, e o que era para ser um golpe de Estado, que estaria concluído em uma semana, se tornou uma guerra sangrenta e se estendeu por três anos. Aproveitando-se da política de apaziguamento de Chamberlain e Deladier, a Alemanha nazista organizou uma aliança internacional para combater as forças populares, identificadas com o comunismo.

Dessa forma, o conflito se tornou uma luta feroz entre os nacionalistas de Franco (adeptos do fascismo) – apoiados pela Legião Condor alemã e pelo Corpo Expedicionário italiano – e a democracia republicana, que passou a receber apoio militar da URSS e adesões de voluntários antifascistas de todas as nacionalidades – as Brigadas Internacionais. Dentre os participantes das Brigadas Internacionais, encontravam-se figuras como Ernest Hemingway e George Orwell.



SUGESTÃO DE LEITURA

O norte-americano Ernest Hemingway e o britânico Eric Arthur Blair (que usava o pseudônimo de George Orwell) foram jornalistas que participaram da Guerra Civil Espanhola e refletiram em suas obras o impacto do que viveram nessa guerra. Hemingway ambientou na Guerra

Civil Espanhola um de seus grandes clássicos: Por quem os sinos doam. George Orwell, autor de 1984 e A Revolução dos Bichos, retratou suas experiências durante a guerra em Homenagem à Catalunha. Todos os livros citados – bem como os demais livros desses grandes escritores do século XX – embora sejam, na maioria, obras de ficção, são leituras altamente recomendadas.

4.3.3 A guerra como ensaio

A Guerra Civil Espanhola serviu como laboratório de testes para novas tecnologias de guerra e novas estratégias, de modo que serviu como uma prévia da Segunda Guerra Mundial. Até mesmo a orientação ideológica dos dois confrontos foi a mesma: fascistas de um lado, antifascistas (de qualquer orientação política) de outro.

Dentre os lances dramáticos da guerra, destaca-se o bombardeio da cidadela de Guernica, pela Legião Condor alemã, em 1937, que teria sido homenageado pela célebre pintura de Pablo Picasso. Em março de 1939, a guerra chegou ao seu fim, com a vitória dos nacionalistas de Francisco Franco. Com o apoio da Igreja Católica, Franco implantou uma ditadura de orientação fascista no país, que durou até sua morte, em 1975.

FIGURA 13 – “GUERNICA” (1937), ÓLEO SOBRE TELA DO PINTOR ESPANHOL PABLO PICASSO (1881-1973)



FONTE: Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/7/74/PicassoGuernica.jpg>>. Acesso em: 15 nov. 2008.

4.4 AS ARTICULAÇÕES DIPLOMÁTICAS

A diplomacia da década de 1930 era bastante complexa, não se resumindo, como alguns acreditam, aos interesses dos Estados ou de líderes carismáticos. Foi um período em que as questões internas de cada país – como os movimentos

populares do operariado, partidos de esquerda e setores conservadores – tiveram que ser equilibrados com os interesses de alguns organismos supranacionais, como a Igreja Católica, e com os conflitos que se iniciavam. Isso tudo resultou em articulações diplomáticas bastante delicadas.

4.4.1 A política de apaziguamento de Neville Chamberlain

Após a Primeira Guerra Mundial, os países vencedores haviam organizado uma instituição para zelar pela paz, a Sociedade das Nações. Era uma instituição fraca, especialmente pela ausência dos Estados Unidos, que seguiam em sua política de isolacionismo internacional. Os esforços de manutenção da paz da SDN ficaram ainda mais desmoralizados com os eventos da década de 1930.

O desejo de se evitar guerras futuras – a própria Primeira Guerra Mundial havia sido apresentada como a “guerra para acabar com todas as guerras” – que motivou a criação da SDN era o mesmo que levava Neville Chamberlain, primeiro-ministro da Grã-Bretanha desde 1937, a estabelecer uma política de apaziguamento dos ânimos. Como muitos de sua geração, ele acreditava que Hitler havia ganho poder em face das injustiças do Tratado de Versalhes; removendo-se essas injustiças, ele acreditava, a ditadura nazista tenderia a se abrir.

Os detratores de Chamberlain acusam-no de não perceber adequadamente os inúmeros sinais que Hitler enviava de que não estava disposto à paz; alguns chegam mesmo a afirmar que sua política de evitar a agressão cedendo antecipadamente era uma forma disfarçada de apoiar o avanço nazista. É importante termos em mente, no entanto, que Chamberlain não tinha como imaginar o alcance da agressividade nazista; se sua política de ceder a Hitler em uma tentativa de garantir a paz nos parece, hoje, ingênua, talvez isso se deva ao que sabemos sobre a natureza do nazismo, especialmente após os campos de concentração.

4.4.2 O eixo Roma-Berlim

A crise econômica da Itália, na década de 1930, fez com que Mussolini planejasse a conquista de colônias na África para permitir um fornecimento de riquezas. Em outubro de 1935, soldados italianos invadiram a Etiópia, onde não encontraram resistência. Os países estrangeiros e a Liga das Nações mostraram-se chocados, mas poucas medidas foram tomadas contra a Itália. O medo de todos era que Mussolini pudesse dar início a um conflito mundial sozinho ou, pior ainda, aliado a Hitler, com quem tinha afinidades ideológicas evidentes, ainda que não tivesse uma aliança militar.

O efeito foi o oposto do desejado. Mesmo as poucas sanções contra a Itália enfureceram Mussolini, que passou a ver em Hitler o aliado que todos temiam. Hitler já havia visitado o colega fascista em 1934 e fora recebido com uma boa dose de indiferença. Agora, no entanto, o crescimento militar da Alemanha, o apoio que ambos deram aos nacionalistas de Franco na Guerra Civil Espanhola

e a receptividade que encontrou na visita que fez a Hitler em 1937 convenceram Mussolini de que o colega nazista poderia ser um aliado útil. A aliança entre Itália e Alemanha (o Eixo Roma-Berlim), criada em 1936, foi um dos poucos acordos que ambos os ditadores respeitaram enquanto viveram.

4.4.3 O pacto *antikomintern*

Com a consolidação do Eixo Roma-Berlim, a Alemanha passou a procurar novos aliados. O objetivo principal era dar início aos planos nazistas de destruir a URSS, aproveitando-se da política de apaziguamento para firmar alianças internacionais. O pretexto ideal era o combate ao comunismo, mas a principal característica dos novos aliados era a orientação política autoritária. Em novembro de 1936, o Eixo assina com o Japão o Pacto *Antikomintern*, ao qual a Espanha aderiu em 1939, após o fim da guerra civil.

4.5 O AVANÇO ALEMÃO SOBRE A EUROPA ORIENTAL

Após garantir as alianças que desejava, Hitler deu início ao seu plano de expansão. Seu objetivo, dentro dos planos traçados no *Mein Kampf*, era incorporar a Áustria e grandes regiões eslavas a leste. Para isso, mais uma vez, ele contou com a conivência dos regimes políticos locais e da política de apaziguamento das potências europeias. Vejamos isso em detalhes.

4.5.1 O *Anschluss*

A anexação da Áustria à Alemanha era uma aspiração de Hitler havia muitos anos, como parte da ideia de que os povos germânicos deveriam se unir sob um mesmo governo. Isso só se tornou possível após o acordo com Mussolini, que era o responsável pela manutenção da independência austríaca. Logo no início de 1938, isso foi realizado sem grandes dificuldades nem derramamento de sangue. Pressionado a entregar o país ou capitular, o presidente austríaco renunciou e Hitler pôde entrar com triunfo em Viena.

Mais uma vez, um plebiscito garantiu quase 100% de aprovação à anexação. Mais uma vez, também, nenhum país estrangeiro nem a Sociedade das Nações fez qualquer objeção ou protesto contra o ato. Mais uma vez, ainda, Hitler falou de paz em seu discurso, enquanto planejava o próximo movimento.

4.5.2 A anexação dos Sudetos

O próximo objetivo era a anexação da Tchecoslováquia, o que era tarefa muito mais difícil. O país, apesar de jovem, tinha uma democracia robusta, alianças estratégicas com a França e a URSS e um exército bem treinado. Sua fraqueza eram as minorias, inclusive uma população de cerca de três milhões de alemães nos Sudetos, região industrial na fronteira com a Alemanha.

Logo após a anexação da Áustria, instruído por Hitler para fazer uma exigência inaceitável, o líder dos Sudetos exigiu nada menos que a independência total da região. O intermediador das negociações, Neville Chamberlain, aceitou a proposta de Hitler, sem perceber que era tudo um blefe com a finalidade de incorporar a Tchecoslováquia inteira. Depois de rejeitar o acordo diante de um estupefato Chamberlain e ameaçar invadir a Tchecoslováquia, Hitler conseguiu um acordo (apresentado por Mussolini, mas redigido por seus próprios assessores) que entregava os Sudetos à Alemanha. O presidente Benes, da Tchecoslováquia, não foi convidado para a reunião.

4.5.3 A incorporação da Tchecoslováquia

Chamberlain retornou a Londres convencido de que evitara a guerra. Nas palavras dele – que logo soariam cruelmente irônicas –, ele havia conseguido “a paz com honra”. Os críticos, por sua vez, afirmavam que ele havia traído a Tchecoslováquia, entregando-a de presente aos nazistas. Mas Hitler, insatisfeito com o que havia obtido, pressionou o novo presidente tcheco a entregar parte do país. Assim, as regiões da Boêmia e da Morávia (na atual República Tcheca) foram incorporadas ao Terceiro *Reich* e a Eslováquia passou a ser um protetorado alemão. A Alemanha ganhava novas regiões industriais importantes para seu esforço de guerra. Novamente, a Sociedade das Nações não se manifestou, nem os outros países europeus.



Na incorporação da Tchecoslováquia, a Alemanha Nazista não foi a única beneficiada: os outros países vizinhos (Polônia, Hungria e Ucrânia) aproveitaram-se da oportunidade para incorporar pequenas porções do país a seus territórios.

4.5.4 O pacto de não agressão germano-soviético

O próximo passo de Hitler era recuperar a cidade de Dantzig e o corredor polonês. Porém, Chamberlain se dispôs a garantir a segurança da Polônia, planejando torná-la um aliado da Grã-Bretanha no Leste. O governo polonês, sem muitas opções, concordou, no início de 1939.

O expansionismo alemão preocupava muito Josef Stalin, o líder da União Soviética. Stalin sabia, pois Hitler jamais havia tentado esconder, que o destino do expansionismo nazista, expresso na doutrina do *Lebensraum* seria, cedo ou tarde, a União Soviética. No entanto, a URSS não detinha, em 1939, um exército numeroso e bem armado o bastante para fazer frente a uma invasão nazista.

A solução encontrada por Stalin deixou abismados seus contemporâneos. Em agosto de 1939, os diplomatas de ambos os países selaram um pacto de não agressão mútua, formando uma aliança absolutamente improvável para os observadores da época. Para a Alemanha, era a oportunidade de evitar uma luta em duas frentes simultâneas de batalha; Hitler poderia se concentrar, inicialmente, em anular seus inimigos no Ocidente, para mais tarde tratar da invasão à URSS. Mas para Stalin, era provavelmente a única coisa possível a fazer naquele momento: a aliança daria tempo à URSS para organizar seu exército, de modo a estar preparado para o momento em que Hitler, como Stalin bem o sabia, viesse a quebrar o acordo.

O pacto continha uma cláusula secreta, na qual o território polonês seria repartido entre os dois países. Se isso, de um lado, tornava-os vizinhos, por outro lado garantiu a Stalin uma faixa de segurança de 200 quilômetros (e de mais de dois anos) antes que o exército nazista atingisse o território soviético original. O tratado foi, em resumo, uma brilhante estratégia política de Stalin; sem essa precaução, teria sido muito difícil o país manter-se de pé diante do poderoso exército nazista dos primeiros anos da guerra.

RESUMO DO TÓPICO 2

Neste tópico, você viu que:

- As crises do início do século XX – Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e Crise econômica dos anos 20 – foram decisivas para o surgimento da Segunda Guerra Mundial e para a ascensão dos regimes totalitários.
- Nos anos 1920, a Alemanha estava humilhada pelas punições de guerra e enfrentou uma séria hiperinflação. Tudo isso abriu espaço para o surgimento do Nazismo.
- Sob Hitler, a Alemanha retomou o crescimento econômico e preparou-se para a guerra: rearmou-se e começou a pressionar os vizinhos.
- A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) envolveu fascistas contra antifascistas e tornou-se um laboratório para técnicas que seriam usadas na Segunda Guerra Mundial.
- Os líderes da Grã-Bretanha, Neville Chamberlain, e da França, Edouard Déladier, não desejavam entrar em conflito com Hitler; acreditando que este não tivesse intenção de provocar uma guerra, promoveram a política de apaziguamento.
- Com a política do apaziguamento, Chamberlain e Déladier aceitaram a anexação da Áustria e dos Sudetos por Hitler e entregaram-lhe a Tchecoslováquia.
- Preocupado com o avanço nazista em direção ao território soviético, Stálin assinou com Hitler um pacto de não agressão. O pacto incluía uma cláusula secreta que dividia a Polônia entre os dois países.

AUTOATIVIDADE



João F. Bertonha afirma que “O nazismo não era um movimento completamente novo, mas o resultado da fusão e da reelaboração de ideias e sentimentos há longo tempo presentes na sociedade alemã.”

A partir deste pensamento, identifique quais são as principais ideias e sentimentos a que João F. Bertonha se refere e como eles se relacionam.



A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

1 INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, neste Tópico vamos tratar do conflito mais sangrento da História: a Segunda Guerra Mundial. Foram seis anos de enfrentamentos, que deixaram um saldo de mais de 50 milhões de mortos, e um rastro de ações genocidas que abalaram as crenças otimistas na bondade humana.

Não há muito de teoria o que discutir nesse momento: o tópico se resume, em grande parte, a relatar brevemente os acontecimentos, que foram muitos e certamente não cabem adequadamente em um espaço tão curto. Talvez você não goste de relatos de guerra e deseje passar rapidamente por este texto; não há, contudo, como escapar a esse período. Assim, convidamos você a descobrir mais sobre o período e a ir muito além do que nossa limitação de espaço nos permite.



MATERIAL DE APOIO

Prezado Acadêmico, se você quiser um atlas histórico que traga mais detalhes sobre a Segunda Guerra Mundial, fica a sugestão de JORDAN, David e WIEST, Andrew. **Atlas da Segunda Guerra Mundial**. 3 Volumes. São Paulo: Escala, 2008.

2 A OFENSIVA DO EIXO

A guerra iniciou-se com um avanço das forças do eixo, especialmente alemãs. O objetivo de Hitler, de acordo com seu plano exposto no *Mein Kampf*, era conquistar territórios no Leste europeu e, ao mesmo tempo, eliminar os judeus da Alemanha. Após uma preparação de vários anos para o conflito – ao contrário dos países aliados, que não acreditavam que uma guerra fosse ocorrer e nem a desejavam –, era natural que a Alemanha assumisse o controle da guerra nos primeiros tempos. Vejamos como isso aconteceu.

2.1 A INVASÃO DA POLÔNIA

Logo após a assinatura do pacto de não agressão com a URSS, a Alemanha iniciou sua ofensiva contra a Polônia. A chamada Operação Himmler consistia de mais de vinte incidentes fronteiriços, todos forjados pela propaganda nazista, que pretendiam dar a impressão de que a Alemanha estaria sendo agredida pela Polônia, de modo a justificar a invasão. O incidente fronteiriço de Gleiwitz, de 31 de agosto (sete dias após a assinatura do pacto com a URSS), serviu como desculpa oficial para a invasão. Hitler estava tão certo da vitória na guerra que não se importava que Gleiwitz não fosse um bom pretexto.

2.1.1 A *Blitzkrieg*

Em 1º de setembro de 1939, a Wehrmacht (força militar especial alemã, que se convertera no Exército do país) invadiu o território polonês com uma força avassaladora: dois mil aviões e 44 divisões, cada uma com cerca de 20 a 25 mil soldados. O exército polonês não era páreo para uma força tão poderosa e o país foi inteiramente conquistado em quatro semanas. A rapidez da guerra, com uma conjugação de forças entre ataques aéreos e as divisões Panzer – que incluíam tanques, infantaria, artilharia, defesas antitanques e antiaéreas e engenharia – deu a esse tipo de ataque o nome de *Blitzkrieg* (“guerra-relâmpago”). No entanto, é um equívoco atribuir a rapidez da conquista alemã apenas à superioridade numérica: as afinidades ideológicas entre o governo polonês da época e o nazismo também contaram a favor da invasão.

A invasão da Polônia levou seus aliados no Ocidente, comandados pela Grã-Bretanha, a declararem guerra à Alemanha, mas era uma declaração relutante: entre os aliados, ninguém desejava entrar em guerra naquele momento – Chamberlain e sua política de apaziguamento eram o grande sinal disso.

Assim que a Alemanha invadiu a Polônia, a URSS invocou o tratado recém-assinado e ocupou a parte do país que lhe cabia. A resistência polonesa, prejudicada pela morosidade com que o exército havia sido reunido, teve dificuldades de fazer frente aos dois inimigos, mas conseguiu colaborar ativamente com os aliados durante a guerra.

2.2 A “GUERRA ESTRANHA” (1939-1940)

Consumada a invasão da Polônia, Hitler voltou sua atenção para o Ocidente, visando conquistar a Bélgica, Holanda e França. No entanto, nos sete meses que se seguiram à invasão da Polônia, a situação esteve estranhamente calma na frente de batalha. Nenhum dos lados se comprometia a lançar um ataque significativo e houve muito pouco combate terrestre. A Linha *Sigfried*, a defesa fortificada alemã na fronteira com a França, estava pouco abastecida; na Linha *Maginot*, do lado francês, os soldados não precisavam enfrentar nada

além de pequenas escaramuças contra os alemães. Por conta disso, os franceses denominaram esse período de *drôle de guerre* (algo como “Guerra esquisita” ou “Guerra estranha”).

O principal conflito ocorrido nesse período foi um ataque frustrado da URSS à Finlândia, que resistiu durante bastante tempo, apesar de ter um exército infinitamente menor – convencendo os demais países da fraqueza do Exército Vermelho da URSS. Outra região em disputa foi a Escandinávia; após conquistar rapidamente a Dinamarca, o exército alemão invadiu a Noruega, derrotando os esforços aliados e provocando a queda de Neville Chamberlain. Para seu lugar, o rei George VI indicou Winston Churchill.

2.3 A BLITZKRIEG NO OCIDENTE

A “Guerra Estranha” terminou em maio de 1940, quando o exército alemão avançou sobre a Bélgica e a Holanda, o que parecia altamente improvável. Os aliados tinham plena confiança nas suas defesas (linha *Maginot* e no forte de Eben Emael, na Bélgica), e acreditavam que os alemães jamais avançariam pela “impenetrável” floresta das Ardenas.

Justamente por isso, os alemães prepararam uma estratégia brilhante, porém arriscada, de distração: metade do Exército alemão avançou pela Bélgica em direção ao litoral, como imaginavam os aliados, e conquistaram rapidamente o forte de Eben Emael com paraquedistas. Quando as forças anglo-britânicas correram para o litoral, o restante da *Wehrmacht* invadiu a França pela floresta das Ardenas, o ponto mais frágil das defesas. De lá, partiu rapidamente em conquista de toda a França.

A *Blitzkrieg* revelou-se, no Ocidente, uma estratégia relativamente eficiente, favorecida pelo elemento-surpresa e o despreparo dos comandos e das forças de resistência aliadas. A Bélgica foi tomada em três dias; a França, em menos de um mês e meio. Este foi o auge do poderio alemão na Europa, o momento em que o exército de Hitler parecia invencível.

2.3.1 A conquista da França

Após emergir das Ardenas, em 12 de maio de 1940, as divisões *Panzer* alemãs avançaram rapidamente sobre a França; a resistência, desorganizada, perdia terreno constantemente e só teve a seu favor uma operação de resgate, organizada pela armada britânica, no litoral: a Operação Dínamo, que incrivelmente conseguiu resgatar mais de 300 mil soldados. O governo francês, profundamente desanimado, lamentou a derrota já em 13 de maio e, em 14 de junho, o exército nazista marchou sobre Paris, sem encontrar nenhuma resistência. O governo francês, sob o comando do marechal Philippe Pétain, assinou a rendição incondicional no dia 16, em um ato repleto de simbolismo.

A rendição da França representava, para os alemães, a vingança sobre o inimigo da Primeira Guerra Mundial; os comandantes alemães que cuidaram do acordo de paz fizeram questão que o tratado fosse assinado no mesmo vagão de trem em que a rendição alemã havia sido assinada em 1918. O fato de a França estar sob o comando de Pétain, um dos heróis franceses da Primeira Guerra, também guardava um simbolismo muito grande.

2.3.2 O colaboracionismo

Pelos termos do acordo, a maior parte da França foi ocupada pelas forças nazistas. A parte restante, ao sul, ficou sob o comando de Pétain, com sede na cidade de Vichy. Lá, ele organizou um governo simpatizante do nazismo, que chegou mesmo a colaborar com Hitler, enviando judeus para os campos de concentração. Estima-se que milhares de judeus franceses tenham sido mortos ou entregues aos alemães durante o período de vigência do governo colaboracionista, que também discriminava imigrantes, comunistas, maçons, ciganos e homossexuais. Pétain nem procurou disfarçar a orientação fascista de seu regime – o célebre lema da Revolução Francesa, “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, foi substituído pelo fascista “Pátria, Família, Trabalho”. Antissemita convicto, Pétain editou uma legislação discriminatória para os judeus em 1942, que facilitava seu envio para os campos de concentração.

O colaboracionismo é uma chaga ainda não curada na história francesa, pois atingiu uma grande parte da população do país. Contudo, as intenções fascistas por trás do colaboracionismo não surgiram na França com a ocupação alemã: o ultracolaboracionista Partido Popular Francês havia sido formado em 1936, e diversos outros grupos semelhantes surgiram em seguida.

2.3.3 A resistência

Porém, nem todos os franceses colaboraram com os nazistas. Assim que a França se rendeu à Alemanha, os rebeldes organizaram-se em torno do general Charles de Gaulle (1890-1970), um dos poucos membros do governo a não aceitarem a rendição. Quando o governo colaboracionista se organizou, Pétain fugiu para Londres e, alegando que Pétain havia promovido um golpe de Estado, organizou um governo francês no exílio. A partir daí, ele constituiu as Forças Francesas Livres, que serviriam de ponta de lança para a resistência francesa à ocupação. Após a invasão anglo-americana na África do Norte, de Gaulle transferiu-se para Argel, capital da colônia da Argélia, onde ficou até a libertação francesa em 1944.

2.4 OS OUTROS *FRONTS*

Com a conquista da França, o exército nazista conseguiu anular toda a frente ocidental europeia (Portugal e Espanha estavam neutros), mas a Inglaterra ainda lutava contra a Alemanha. As lutas entre os dois países se deram em duas frentes de batalha: em ataques alemães ao próprio território inglês e na Batalha do Atlântico.

2.4.1 A Batalha do Atlântico

A luta no Oceano Atlântico se estendeu por um longo período e foi um dos momentos cruciais da guerra. A Inglaterra dependia, para se manter no combate, do apoio logístico dos Estados Unidos – país que, embora oficialmente fora da guerra até o final de 1941, mantinha uma intensa colaboração com a antiga Metrópole. Um desfecho desfavorável na batalha do Atlântico – como, por exemplo, se os submarinos alemães conseguissem cortar o suprimento de recursos e armamento vindos dos EUA – obrigaria a Grã-Bretanha a se render. Porém, o apoio militar norte-americano foi eficiente e conseguiu evitar esse cenário.



VOCÊ SABIA?

Foi pela necessidade de controlar militarmente o oceano que os Estados Unidos instalaram bases militares em diversas partes do litoral do continente americano, inclusive na cidade brasileira de Natal, no Rio Grande do Norte.

2.4.2 O ataque à Inglaterra

Ao mesmo tempo que a longa batalha no Atlântico se desenrolava, a Alemanha atacou diretamente o território britânico em *raids* aéreos constantes. As teorias militares da época faziam acreditar que seria possível a um país conseguir a rendição do inimigo apenas aniquilando-o moralmente com sucessivos bombardeios aéreos. Os ataques nazistas à Grã-Bretanha, no entanto, tiveram um efeito oposto a esse: fortaleceram o moral e o desejo de resistência da população britânica. A RAF (*Royal Air Force*, a aeronáutica britânica) conseguiu rechaçar os ataques nazistas e se mostrou uma das forças mais importantes na manutenção da Grã-Bretanha no conflito. Sobre a participação da RAF na guerra, Winston Churchill falou sua famosa frase: “Nunca antes tantos deveram tanto a tão poucos.”

2.4.3 A guerra nos Bálcãs

A região dos Bálcãs era um foco constante de conflitos étnicos e políticos – Romênia e Hungria, por exemplo, tinham sérias disputas fronteiriças desde a Primeira Guerra Mundial. Hitler não desejava um conflito em uma região que estava no caminho do fornecimento do petróleo alemão. Além do mais, seu interesse maior sempre havia sido enfrentar a URSS. Contudo, ele se viu obrigado a intervir militarmente na região depois que Mussolini, em uma tentativa de demonstrar poder militar, invadiu a Grécia no final de 1940 e foi rechaçado pela população local. Para evitar um fiasco maior, o exército alemão foi enviado em socorro.

Após conquistar a Iugoslávia, as divisões alemãs invadiram a Grécia, onde enfrentaram a oposição determinada dos gregos e dos britânicos. Isso não foi suficiente para segurar o avanço dos nazistas, que ocuparam o país em abril de 1941. Com o fim do conflito nos Bálcãs, a invasão à União Soviética poderia ser iniciada.

2.4.4 A guerra na África do Norte

A África do Norte, apesar de ser uma região periférica dentro da guerra, foi um *front* de batalha muito importante, pois os conflitos ocorridos ali drenaram boa parte dos recursos dos países do Eixo. Mussolini, ao perceber a vantagem militar que a Alemanha estava ganhando após a rendição francesa, buscou se aproveitar da aliança entre os países para conseguir seus objetivos de ampliar o poderio italiano. Sua ideia era conquistar colônias no norte da África, entre elas a Líbia, a Somália e a Etiópia. Suas campanhas nessas regiões não eram simples delírios: os ataques constantes à Inglaterra faziam parecer que esse país também seria derrotado em pouco tempo, de modo que ele precisava evitar que a Alemanha controlasse sozinha os espólios de guerra.

Os ataques italianos à região da Etiópia e da Somália Britânica preocuparam o governo da Grã-Bretanha, pois ameaçavam o fornecimento de petróleo do país. Por isso, foram enviadas forças para combater ali e no Oriente Médio, região que, na época, era protetorado britânico e também era alvo de bombardeios alemães.

As campanhas italianas na África foram, em sua maioria, grandes fracassos, e demonstraram a fraqueza militar do país; a Alemanha, forçada a intervir em favor da aliada, enviou para a região os *Afrikakorps*, divisões que mudaram o rumo da guerra e conseguiram fazer as forças aliadas recuarem. Porém, alguns reveses, como o cerco fracassado a Tobruk (na Líbia) e problemas de logística fizeram os *Afrikakorps* perderem poder de fogo.

2.5 A “OPERAÇÃO BARBAROSSA”: AVANÇO SOBRE A URSS

Como já dissemos, Hitler jamais escondeu que sua intenção original era invadir a União Soviética. Toda a ideologia desenvolvida em seu livro e o anticomunismo nazista apontavam para isso; foi por esse motivo que surpreendeu a todos o pacto de não agressão assinado uma semana antes da invasão da Polônia. E todos sabiam, ao mesmo tempo, que, cedo ou tarde, esse pacto seria rompido.

A ruptura aconteceu em 22 de junho de 1941. A chamada Operação *Barbarossa* (às vezes traduzida por Operação Barba-Ruiva ou, indevidamente, por Barba-Roxa) foi grandiosa: mais de 4,5 milhões de soldados alemães, fortemente armados, invadiram o país. Os generais alemães sabiam que a operação deveria ser muito rápida, pois seria muito fácil as tropas russas se espalharem pelo território e contarem com o inverno (que havia derrotado os exércitos de Napoleão, mais de um século antes) para rechaçar ou enfraquecer os alemães.

A invasão da URSS motivou a primeira de uma série de divergências entre Hitler e seus altos comandantes. Estes entendiam que o objetivo principal deveria ser a cidade de Moscou; Hitler, no entanto, ordenou que as tropas se dirigissem para a conquista de Leningrado (São Petersburgo), cuja captura teria, em seu entender, um efeito simbólico muito importante: a cidade havia sido o berço da revolução bolchevique. Porém, a conquista de Leningrado não foi possível e o cerco que os nazistas fizeram da cidade não foi suficiente para abalar a resistência.



SUGESTÃO DE LEITURA

Prezado acadêmico, se você gostar do gênero romance histórico, talvez goste de *Cidade de Ladrões*, do norte-americano David Benioff (Alfaguara, 2008). O romance é ambientado na Leningrado sob cerco nazista. Se quiser, leia um trecho em http://www.objetiva.com.br/objetiva/cs/files/images/capas_livros/9788560281688.pdf. Acesso em: 12 dez. 2008.

2.5.1 Os ataques a Moscou e ao Cáucaso

Como o cerco a Leningrado – que durou um total de 900 dias, entre 1941 e 1944 – não dava os resultados previstos, o foco alemão passou a ser Moscou. Os nazistas subestimaram a capacidade de defesa soviética (que havia sido muito ampliada desde a assinatura do pacto de 1939), de modo que os nazistas não apenas falharam em tomar Moscou, como passaram a ser contra-atacados.

Em seguida, Hitler planejou o ataque ao sul da URSS, especialmente as regiões estratégicas da Crimeia e do Cáucaso. Para controlar o petróleo que vinha do Cáucaso, o exército alemão precisava conquistar a cidade de Stalingrado e, dali, partir para o sul. A cidade de Stalingrado era um grande centro industrial, mas tinha um valor principalmente simbólico para os nazistas – era a “cidade de Stálin”, um lugar cuja conquista representaria um duro golpe para as forças de resistência soviéticas.

2.5.2 A Batalha de Stalingrado

Entre setembro de 1942 e fevereiro de 1943, lutou-se nos arredores de Stalingrado uma das mais ferrenhas batalhas da guerra; após uma investida fulminante inicial, os nazistas foram cercados dentro da cidade e a batalha precisou ser travada em todos os possíveis esconderijos.

A vitória soviética na batalha de Stalingrado marcou uma grande virada na guerra. A partir daí, o exército nazista perdeu cada vez mais terreno e o contra-ataque do Exército Vermelho soviético foi constante. Aproveitando o bom momento, os soviéticos retomaram grande parte de seu território ocupado pelos alemães.

2.5.3 A transferência da indústria

Uma das estratégias soviéticas mais eficazes para manter seu poder militar foi a transferência das indústrias das regiões em vias de serem ocupadas pelos nazistas para a Sibéria ou a Ásia Central, longe do alcance dos bombardeiros inimigos. O parque industrial soviético, construído aceleradamente (e a um custo humano terrível), havia sido provido de uma rede de ferrovias muito eficiente, que permitiu que as indústrias fossem desmontadas, transferidas e remontadas em questão de dias. Quando voltavam a funcionar, as indústrias mantinham sua produção, apenas direcionada aos esforços de guerra: passaram a produzir armamentos em maior quantidade do que antes, mas não interromperam a produção de outros bens. A eficiência da indústria soviética era tal que, apesar de ter à disposição apenas um terço do carvão e do aço que a Alemanha tinha, na mesma época, era capaz de produzir o dobro de material de guerra.

2.6 O JAPÃO E OS ESTADOS UNIDOS NA GUERRA

Ao mesmo tempo que se travava a guerra na Europa, um outro conflito se desenrolava no Oriente; o Japão, país com pretensões a se tornar uma grande potência colonial, havia dado início aos seus objetivos em 1931 e, dez anos depois, o enfrentamento com os Estados Unidos, que era iminente, finalmente ocorreu. Embora fosse uma frente de batalha muito distante – em um certo sentido, era uma outra guerra que se travava ao mesmo tempo –, o conflito entre os dois países traria consequências diretas para a guerra na Europa, pois rompeu definitivamente o isolacionismo norte-americano e permitiu ao país colaborar diretamente com os aliados para a derrota do Eixo e a derrocada do nazismo.

2.6.1 O autoritarismo japonês

A crise de 1929 também chegou ao Japão. País vizinho da URSS, havia entre as forças conservadoras que dominavam o Japão o medo das “ideias perigosas” do comunismo. Para combater essas ideias, promoveu-se a censura e uma educação fortemente nacionalista e tradicionalista. Ao mesmo tempo, o país sofria uma forte pressão demográfica: a população havia aumentado bastante nas décadas anteriores e o pequeno território do país já se mostrava insuficiente. Diante disso, a burguesia japonesa e o governo elaboraram um plano ambicioso de expansão colonial, econômica e política, para as regiões vizinhas. Ao tentar pôr em prática esse plano, a partir da década de 1930, o Japão bateria de frente com os interesses das potências imperialistas europeias e com os Estados Unidos.

Na base de sustentação dessa política expansionista, estava uma ideologia totalitária, de caráter fortemente nacionalista e embasado na religião xintoísta, dominante no país. O imperador passou a ser visto como o guardião de uma missão histórica expansionista do povo japonês e era encarado como um semideus. A lealdade absoluta à sua figura era uma questão de honra para o povo japonês (e os japoneses são famosos pela enorme importância que dão à honra!).

2.6.2 A invasão japonesa da Manchúria

Em 1931, o Japão deu início ao seu plano expansionista com a invasão da Manchúria e do Jehol (região norte da China), onde criou o estado-fantoches de Mandchukuo. A China nada pôde fazer, pois Chiang Kai-Shek estava preocupado com a possibilidade de guerra civil. Diversos países do mundo apoiaram a invasão japonesa, formal ou informalmente. A intenção japonesa com Mandchukuo era utilizar a região como ponto de apoio para uma invasão total da China.

2.6.3 O isolacionismo norte-americano

A guerra não era um tema popular nos EUA antes de 1941. Apesar da participação decisiva na Primeira Guerra Mundial, a tradição norte-americana era de isolacionismo. Isso não significava que o país desejasse manter-se afastado do mundo; ao contrário, entendia-se que era do maior interesse do país que os EUA mantivessem relações comerciais com todas as nações. Contudo, ao mesmo tempo, os governantes norte-americanos, desde a fundação do país (para alguns, desde o pacto do *Mayflower*), preferiram manter o país afastado das questões externas e buscavam não privilegiar demais as relações com algum país em detrimento de outros.

George Washington havia deixado isso muito claro em seu discurso de despedida da presidência em 1796, quando declarou que essa deveria ser “a grande regra de conduta” do país. Esse ponto de vista foi formalizado em 1823, na chamada Doutrina *Monroe*, que desafiava os países europeus que desejassem interferir no continente (“A América para os americanos”) mas que, ao mesmo tempo, afirmava que os EUA não fariam o mesmo.

Com a Primeira Guerra Mundial, os EUA quebraram pela primeira vez sua tradição isolacionista, mas apenas para decidir o conflito; finda a guerra, o Senado norte-americano rejeitou a assinatura do Tratado de Versalhes e entrada do país na Liga das Nações, apesar dos esforços do presidente Woodrow Wilson. O isolacionismo era, de fato, muito forte no interior do país, nas pequenas cidades e, sobretudo, entre os simpatizantes do Partido Republicano.

Mesmo à medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava, ou após a sua deflagração, o apelo do isolacionismo continuava enorme no país. Um ardoroso defensor dessa ideia era o aviador e capitão do exército Charles Lindbergh, que havia ficado famoso por ser o primeiro homem a atravessar o Atlântico em um monomotor. Em 1940 e 1941, munido de seu enorme carisma (Lindbergh era uma das maiores celebridades nacionais na época), ele percorreu o país fazendo duros discursos contra o intervencionismo do presidente Roosevelt. A retórica de Lindbergh era tão violenta que se chegou a suspeitar que ele fosse simpatizante do nazismo.

2.6.4 O conflito no Pacífico

No entanto, a postura isolacionista dos EUA contrastava com o novo *status* do país a partir da Primeira Guerra Mundial. A nova condição de potência colonial (as Filipinas, Porto Rico, o Havaí e algumas ilhas como Guam haviam sido incorporadas desde o final do século XIX) colocava o país em uma aliança natural com os interesses britânicos e franceses – especialmente na Ásia – e em rota de choque com o expansionismo japonês na região. Buscando combater esse expansionismo, britânicos e norte-americanos promoveram um embargo petrolífero e um boicote econômico ao Japão – o chamado “Cercos ABCD” – americanos, britânicos, chineses e holandeses (*Dutch*).

Em 7 de dezembro de 1941, uma força-tarefa japonesa bombardeou a base naval norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí. Apesar do choque da opinião pública norte-americana, que apoiou maciçamente a entrada na guerra (o próprio Lindbergh pediu a reativação de sua patente), o ataque provavelmente já era esperado pela inteligência militar, que teve tempo de retirar vários porta-aviões antes do ataque e preparar uma estratégia defensiva.

2.6.5 A ofensiva japonesa

Apesar da superioridade esmagadora do exército norte-americano, a ofensiva inicial japonesa foi vigorosa. Ainda em dezembro, os japoneses conquistaram as Filipinas, Hong Kong, as Índias holandesas e as bases norte-americanas de Guam e Wake. No início de 1942, as regiões da Oceania até a Nova Guiné e parte das ilhas Aleutas (no Alasca) caíram sob domínio japonês. Aliado à Tailândia, o país conquistou a Malásia, Cingapura e a Birmânia, conquistas facilitadas pela oposição da população local aos colonizadores europeus.

Em fins de 1942, os japoneses dominavam uma enorme extensão colonial (ver figura 14), com mais de 450 milhões de habitantes e quantidades de recursos naturais muito superiores à capacidade de absorção da indústria do país. Contudo, a posição japonesa não estava consolidada: não era fácil transportar todos esses recursos por uma região geográfica tão vasta e, além disso, a exploração forçada de mão de obra local gerava movimentos de revolta nos novos domínios.

FIGURA 14 – A MÁXIMA EXPANSÃO JAPONESA DURANTE A GUERRA, 1942



FONTE: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f6/Pacific_Theater_Areas;map1.JPG>. Acesso em: 14 nov. 2008.

A partir da derrota da Batalha do Mar de Coral, em maio de 1942, no entanto, a expansão japonesa foi detida próxima à Austrália. Em junho, o país sofreu nova derrota na Batalha de *Midway* (a chamada “Batalha dos Porta-Aviões”), que bloqueou sua expansão para leste. A virada definitiva se deu após a longa Batalha de Guadalcanal (nas Ilhas Salomão), a partir de agosto. Após longos conflitos, que só se definiram em fevereiro de 1943, os norte-americanos conseguiram expulsar os japoneses e frearam a expansão nipônica no Pacífico.

3 A CONTRAOFENSIVA ALIADA

A Batalha de Stalingrado marcou uma virada nos rumos da guerra. Após manterem o controle da cidade, os soviéticos iniciaram uma contraofensiva que começou a retirar aos poucos o controle alemão das regiões do Leste Europeu. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, que se mantinham formalmente neutros, interferiam cada vez mais em favor da Grã-Bretanha. Após o ataque japonês a Pearl Harbor, a guerra contra o Japão estendeu-se também à Alemanha. Era o início da reviravolta.

3.1 A FRENTE LESTE

A batalha de Stalingrado terminou em 31 de janeiro de 1943, com a derrota alemã. O saldo dos ataques do exército nazista à Rússia não havia sido satisfatório: os ataques às três cidades russas mais importantes do ponto de vista simbólico – Leningrado, Moscou e Stalingrado – haviam falhado e o poderio do Exército Vermelho havia ficado claro quando mais de um milhão de soldados russos foi destacado para defender Stalingrado. Todo o ano de 1943 foi de um lento avanço russo por seu território ocupado (com alguns retrocessos), mas no início do ano seguinte o cerco a Leningrado foi derrotado. Ao longo de 1944, o exército russo libertou os países vizinhos e, no início de 1945, marchou sobre a Alemanha.

3.2 A FRENTE OCIDENTAL

Ao mesmo tempo que a URSS iniciava seu ataque à Alemanha pelo Leste, as lideranças anglo-americanas estabeleceram um plano para invadir o continente europeu a partir do ocidente. Após considerarem a possibilidade de invasão a partir de Pas-de-Calais (o ponto mais próximo à Inglaterra – e, portanto, o mais óbvio), ficou decidido que a invasão aconteceria a partir da Normandia, em meados de 1944.

3.2.1 O Dia D

Dia D foi o nome que se deu à data do início da invasão da Normandia: 6 de junho de 1944. Nesse dia, cinco navios aliados desembarcaram nas praias, encontrando dificuldades apenas em uma delas. Em questão de dias, toda a região foi conquistada e os aliados avançaram na direção de Paris, que foi ocupada por De Gaulle no final de agosto. Ao mesmo tempo, as tropas aliadas avançavam pelo restante da França, que não demorou a ser libertada, ainda naquele ano.

4 O FIM DA GUERRA

Em 1945, a guerra parecia estar chegando ao seu desfecho definitivo, e a vitória aliada se consolidava. Porém, era importante, do ponto de vista político, a disputa que se iniciava entre norte-americanos e soviéticos, dessa vez no campo ideológico. Ainda antes da rendição alemã, uma conferência entre os líderes aliados foi organizada para definir os rumos da política dali por diante (estudaremos mais sobre isso na próxima Unidade). Ao mesmo tempo, a guerra no Japão precisava ser definida, o que levaria mais tempo do que a vitória na Europa.

4.1 A QUEDA DO III REICH

No início de 1945, o exército aliado avançava em direção à Alemanha, de forma cada vez mais avassaladora. Apesar de uma resistência ferrenha, a coalizão anglo-americana conseguiu conquistar o país aos poucos, chegando próxima a Berlim. Ao mesmo tempo, o exército soviético avançava pelo outro lado. Iniciou-se, nesse momento, uma corrida para chegar antes a Berlim e derrotar o Terceiro *Reich*, o que poderia trazer vantagens dentro do novo contexto de guerra fria que se iniciava.

Por fim, a primazia coube aos soviéticos, que atingiram Berlim em abril. Seguiu-se uma luta ferrenha pelas ruas da cidade, mas a guerra já estava definida. Em seu *bunker* subterrâneo, Hitler acompanhava com desânimo as notícias, até que, no dia 30 de abril, sabendo da execução de Mussolini, matou-se em seus aposentos particulares no *bunker*.

No dia seguinte, o exército alemão rendeu-se diante dos soviéticos; era o fim da guerra, ainda que os combates tivessem continuado por mais alguns dias em outras partes do país.

4.2 A DERROTA DO JAPÃO

Com o fim da guerra na Europa, ainda era necessário conseguir a rendição japonesa. No momento da rendição alemã, o exército japonês estava acuado, mas a luta ainda era ferrenha. A disposição japonesa de nunca se render fazia com que os pilotos *kamikazes* abatessem o inimigo com o próprio avião quando ficavam sem munição. Os bombardeios aliados às grandes cidades japonesas não surtiram o efeito desejado: em vez de se render, o exército nipônico parecia disposto a lutar até o último homem.

Uma vitória estratégica importante dos aliados foi a conquista de Okinawa, uma ilha japonesa distante do arquipélago principal, em abril de 1945. A partir daí, os aliados detinham o controle militar da região e cercaram o exército japonês. Porém, para a rendição total, os norte-americanos contavam com o auxílio soviético, que deveria entrar em guerra contra o Japão e invadir o país em setembro.

4.2.1 As bombas atômicas e a rendição

A partir do desenvolvimento das teorias da Física Quântica e da Relatividade, desde o início do século XX, passou a ser teoricamente possível a criação de artefatos nucleares. O físico alemão Albert Einstein (1879-1955), temendo que seu país de origem desenvolvesse uma bomba atômica, chegou a pedir ao presidente Roosevelt que incentivasse um programa norte-americano para essa finalidade (mais tarde, Einstein se arrependeu dessa iniciativa). Assim, a partir de 1939, diversos cientistas se reuniram em uma localidade no deserto norte-americano, sob o comando de Robert Oppenheimer, no Projeto Manhattan.

O projeto desenvolveu uma bomba de urânio (chamada *Little Boy*) e uma de plutônio (*Fat Man*), que seriam lançadas sobre o Japão em agosto de 1945. A primeira foi lançada sobre a cidade de Hiroshima, no dia seis de agosto e, três dias depois, a outra caiu sobre Nagasaki. O impacto da destruição das cidades e o avanço do exército soviético sobre o país forçaram o comando japonês a se render.

FIGURA 15 – A CIDADE DE HIROSHIMA APÓS O LANÇAMENTO DA BOMBA ATÔMICA, EM 6 DE AGOSTO DE 1945



FONTE: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a0/Hiroshima_aftermath.jpg>. Acesso em: 9 dez. 2008.

4.2.2 As motivações da bomba

A decisão, do presidente Truman, de lançar as bombas sobre o Japão tem sido, por muito tempo, objeto de discussões e controvérsias. É consenso entre os estudiosos que, ainda que isso demorasse a acontecer, os aliados conseguiriam derrotar o Japão de qualquer modo com o auxílio soviético. O que teria, então, levado o presidente Truman a tomar uma atitude tão drástica?

A resposta deve ser procurada no novo contexto político que se estabelecia no final da guerra. Com a derrota alemã, ficava cada vez mais evidente que o poder político se polarizava em torno da disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética. A conquista de Berlim e a derrota do *Reich* haviam tido um efeito dramático na propaganda comunista; o comando norte-americano desejava, por isso, demonstrar a superioridade militar do país. Dessa forma, os ataques a Hiroshima e Nagasaki teriam como objetivo, na realidade, convencer Stálin de que os EUA mantinham a liderança militar do mundo e, assim, desencorajar qualquer atitude agressiva dos soviéticos.

RESUMO DO TÓPICO 3

Neste tópico, você viu que:

- A Segunda Guerra Mundial iniciou em setembro de 1939, com a invasão da Polônia pela Alemanha.
- Após um período sem combates (a “Guerra Estranha”), a Alemanha conquistou rapidamente a Bélgica, a Holanda e a França, usando a chamada guerra-relâmpago (*Blitzkrieg*).
- Incapaz de derrotar a Inglaterra, Hitler ordenou o bombardeio de Londres, esperando vencer a determinação britânica, sem sucesso.
- Em 1941, o exército alemão havia conquistado quase toda a Europa e tentava dominar a URSS, mas foi vencido na Batalha de Stalingrado e precisou recuar.
- Os EUA entraram na guerra no final de 1941, após o bombardeio japonês à base de Pearl Harbor.
- Após o Dia D (desembarque de tropas aliadas na França), os exércitos aliados começaram a recuperar poder e terminaram por derrotar os alemães.
- Vencida a guerra na Europa, os aliados precisavam derrotar o Japão, o presidente Truman, dos EUA, decidiu lançar duas bombas atômicas, fazendo o Japão se render.

AUTOATIVIDADE



- 1 A Segunda Guerra Mundial marcou a consolidação norte-americana como superpotência. Explique de que maneiras isso aconteceu.
- 2 O colaboracionismo com os nazistas não foi exclusividade da França. Aponte outros países em que houve colaboração e explique.

O MUNDO DO PÓS-GUERRA

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

A partir desta unidade, você será capaz de:

- compreender o conceito de Guerra Fria e seus componentes ideológicos;
- identificar os conflitos que ocorreram no mundo, influenciados pelo clima de tensão nuclear da Guerra Fria;
- conhecer detalhes sobre o conflito na região da Palestina;
- conhecer as principais características do processo de globalização das últimas décadas do século XX;
- identificar o panorama político e econômico mundial após a Guerra Fria.

PLANO DE ESTUDOS

Esta unidade está organizada em dois tópicos. Em cada um deles, você encontrará atividades para uma maior compreensão das informações apresentadas.

TÓPICO 1 – A GUERRA FRIA E A QUESTÃO PALESTINA

TÓPICO 2 – UM PANORAMA DO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA



A GUERRA FRIA E A QUESTÃO PALESTINA

1 INTRODUÇÃO

Os períodos de pós-guerra costumam vir acompanhados da expectativa de uma paz duradoura. Foi assim após a Primeira Guerra Mundial e, com a derrota dos regimes nazifascistas, também parecia ser assim após 1945. No entanto, as gerações que viveram o século XX não tiveram o privilégio de ver isso.

O final da Segunda Guerra Mundial e a derrota do nazifascismo não puseram um fim aos conflitos no mundo. Ao contrário, o meio século seguinte foi palco de uma série de confrontos, essencialmente de cunho ideológico e estratégico, que de vez em quando estouravam na forma de guerras localizadas em algumas partes do mundo. Sobretudo, esse período viu um enfrentamento mais sutil, que nunca chegou a se tornar um conflito declarado, entre as duas grandes superpotências; embora travado indiretamente em alguns campos de batalha pelo mundo, seu teatro de operações foi a diplomacia e a opinião pública. A esse clima de guerra não declarada deu-se o nome de Guerra Fria.

Apesar de não ter originado um conflito mundial de enormes proporções, a Guerra Fria não foi, ainda assim, menos sangrenta: os diversos confrontos que aconteceram por influência direta ou indireta das grandes superpotências também foram responsáveis pela morte de alguns milhões de pessoas, ao redor do mundo, e pela instalação de políticas repressivas em ainda mais lugares. Com tudo isso, torna-se impossível calcular o número de pessoas que sofreram, em maior ou menor grau, com a Guerra Fria.

2 AS ORIGENS DA GUERRA FRIA

Apesar de a rivalidade entre EUA e URSS ter se tornado intensa no final da Segunda Guerra Mundial, é uma simplificação exagerada situar ali o seu início. As disputas ideológicas que geraram a Guerra Fria se iniciaram muito antes, e dizem respeito à própria rivalidade entre o capitalismo e o socialismo, tomados como formas de organização política.

Como vimos no final da Unidade anterior, no ano de 1945, ainda antes do final da guerra, os líderes da URSS, dos EUA e da Grã-Bretanha se reuniram para determinar ações em conjunto e os rumos futuros da política mundial. As duas grandes reuniões geraram resultados aparentemente opostos, o que revela principalmente a rápida mudança do contexto estratégico do mundo naquele ano. Vamos falar brevemente sobre isso.

2.1 A CONFERÊNCIA DE YALTA

A Conferência de Yalta, como vimos, tratou principalmente da estratégia para encerrar a guerra, com o compromisso soviético de atacar o Japão após a vitória sobre a Alemanha, garantindo, também a segurança das fronteiras da URSS, o que viria a dar origem ao bloco soviético das décadas seguintes. Alguns estudiosos, mais tarde, acusaram Roosevelt de fazer concessões demais a Stalin, garantindo-lhe um pedaço muito grande da Europa e promovendo uma verdadeira “partilha” do continente. Chegou-se mesmo a atribuir essa fraqueza à doença do presidente norte-americano (que veio a falecer dois meses depois), mas nada disso é correto. Roosevelt simplesmente reconheceu os fatos: a influência soviética na região era crescente e a importância do Exército Vermelho para a conclusão da guerra era inegável.

2.2 A CONFERÊNCIA DE POTSDAM

A Conferência de Potsdam, realizada em julho e agosto do mesmo ano (após a morte de Roosevelt e a derrota eleitoral de Churchill), foi muito diferente. Com a definição da guerra na Europa, a vitória definitiva era vista apenas como uma questão de tempo; assim, o tema em Potsdam era, sobretudo, o jogo de poder na Guerra Fria. Influenciado por pressões políticas e militares internas, o presidente Truman passou a adotar uma política mais rígida em relação à URSS. Um dos grupos de pressão pretendia usar as bombas atômicas como forma de demonstrar o poderio bélico norte-americano. O alvo político não era o Japão, como vimos, mas a URSS e o conflito ideológico com o socialismo. Truman pretendia, à medida que a guerra chegava ao final, conquistar o máximo de vantagens políticas sobre a URSS; por isso, informou a Stalin sobre a existência das bombas atômicas (que seriam lançadas uma semana após a Conferência), sem detalhar seu poderio.



INFORMAÇÃO CURIOSA

Harry Truman se tornou presidente dos EUA com a morte de Franklin Roosevelt, em 12 de abril de 1945. Até aquele momento, ele não tinha muito contato com a assessoria do

presidente, nem tinha acesso às informações sobre o Projeto Manhattan. Stálin, por sua vez, contava com um trabalho de espionagem muito eficiente dentro do próprio governo norte-americano. Portanto, quando Truman revelou a Stalin a existência de um “poderoso artefato”, não disse uma grande novidade: Stálin sabia mais sobre o projeto do que o próprio presidente dos EUA!

Dessa forma, no final da guerra, o avassalador poderio militar norte-americano permitia a Truman exercer uma política externa agressiva. Um exemplo claro e importante disso foi o **efeito Irã**: Truman exigiu a retirada soviética do norte do Irã (na região da fronteira com a URSS) e, quando isso aconteceu, em 1946, deslocou suas próprias tropas para lá. Na URSS, o gesto foi interpretado como um alerta de que qualquer recuo em sua influência significaria um aumento do poderio inimigo. Isso levou, posteriormente, a uma interferência soviética cada vez maior nas regiões vizinhas, onde muitas vezes os governos democráticos foram derrubados em favor de regimes mais diretamente ligados a Moscou.

2.3 A “IMPLEMENTAÇÃO” DA GUERRA FRIA

Com o final da guerra, os países da Europa ocidental estavam com suas economias destruídas. Sem condições de suprir seus mercados internos, não tinham alternativa senão recorrer às importações de produtos norte-americanos, até não haver mais dinheiro para gastar. Ao mesmo tempo, contudo, os movimentos de luta antifascista e de redemocratização nesses países permitiram o crescimento de uma esquerda contrária a uma maior influência dos EUA, o que preocupava seriamente o governo de Washington.

2.3.1 A Doutrina Truman

Para garantir seu poder na região, o presidente americano lançou a Doutrina Truman, na qual defendia que os EUA tinham o dever de defender os “países livres” da agressão totalitária, que agora passava a representar o socialismo soviético. Isso foi posto em prática quando a Grã-Bretanha, incapaz de lidar com uma guerra civil na Grécia, foi substituída no conflito pelos EUA (o que simbolizava a nova situação desse país como “**polícia do mundo**”). Um dos principais braços estratégicos da Doutrina Truman foi a Agência Central de Inteligência (a CIA), criada em 1947 para atuar no âmbito mundial por meio da espionagem e da coordenação de ações clandestinas, em nome dos interesses do governo norte-americano.



REFLETINDO

Prezado acadêmico, tente pensar na Doutrina Truman, bem como nos demais elementos da Guerra Fria, a partir desse contexto histórico. Perceba a quantidade de situações em que os EUA agiram dessa forma ao redor do mundo e suas motivações. Pense, ainda, no significado que isso pode ter tido na última década – a chamada Era Bush – e nas diferenças de contexto histórico em relação ao início da Guerra Fria. Não lhe parece que, quando o governo dos EUA desejou manter essa condição de “polícia do mundo”, estava agindo em parte como se a Guerra Fria não tivesse acabado? Na sua opinião, que sentido tem essa atitude, atualmente?

2.3.2 O Plano *Marshall*

Ao mesmo tempo, o governo norte-americano procurou proporcionar condições para a reconstrução econômica dos países europeus. O Plano *Marshall* oferecia recursos em troca da abertura dos mercados aos investimentos norte-americanos. A intenção era não só evitar os riscos de uma nova crise econômica mundial como a de 1929, mas também garantir um mercado maior aos investimentos e à produção norte-americana e, principalmente, combater o florescimento do socialismo nesses países. O Plano foi aceito pelos países da Europa Ocidental e pelo Japão, mas recusado enfaticamente pela URSS e pelos países sob sua influência, pois aumentaria o poder de influência norte-americano.

Paulo Vizentini (2000) afirma que o Plano *Marshall* e a Doutrina Truman foram elementos importantes para a constituição da Guerra Fria, o que contrariava, muitas vezes, as expectativas da população a respeito da organização política do pós-guerra. De acordo com ele, a Doutrina Truman e o Plano *Marshall* materializaram a partilha da Europa, lançando as bases para a formação dos blocos político-militares. O problema é que ainda existia uma forte opinião pública mundial marcada pelo espírito de Yalta, pelo antifascismo e pelo pacifismo, e isto atrasava e perturbava a implementação da Guerra Fria. Era preciso lançar mão de poderosos mitos e imagens, que desarticulassem essa corrente e condicionassem a população a uma visão maniqueísta. A “ameaça soviética” e a “defesa do mundo livre” constituíram esses mitos mobilizadores e legitimadores da nascente Guerra Fria.

2.4 A PROPAGANDA IDEOLÓGICA E A POLÍTICA EUROPEIA

Assim, em um contexto de ajuda norte-americana como arma política para combater a influência soviética, ocorreu rapidamente uma polarização. Nos países ocidentais, os partidos comunistas foram expulsos das coalizões governistas, o que precipitou uma reação do bloco soviético. Em resposta à criação da CIA, os países com governos comunistas articularam a criação de uma agência de informação para articular suas ações – o *Kominform* – apesar de as atividades de espionagem típicas da CIA serem desempenhadas pela polícia política secreta da URSS, a KGB.

2.4.1 A polarização da Europa

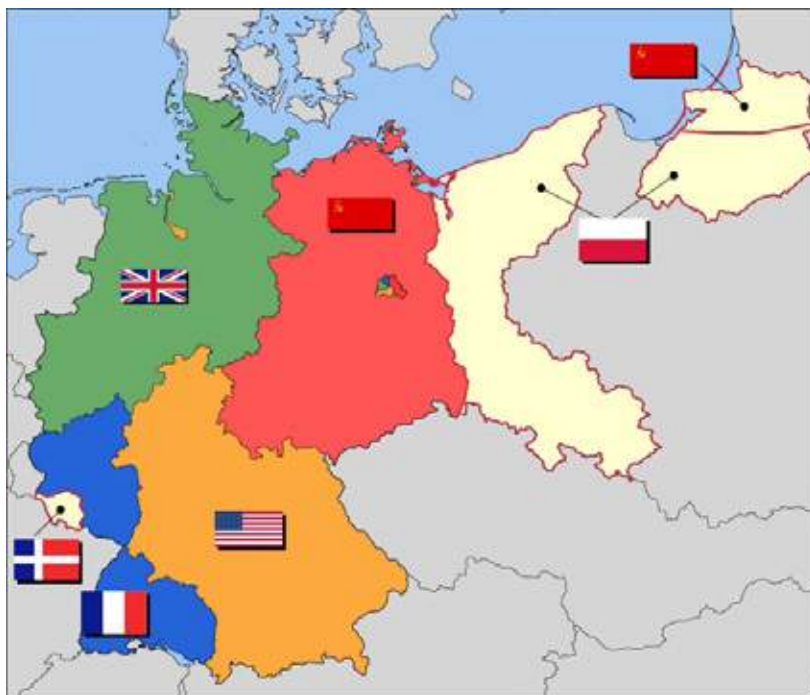
Em 1948, o governo da Tchecoslováquia recusou a ajuda norte-americana, o que levou à queda do governo conservador do país e uma aproximação com a URSS. A propaganda ocidental acusou o movimento de golpe. No meio do ano, os aliados ocidentais realizaram uma reforma econômica nas regiões da Alemanha sob seu controle, visando adequar o país à economia de mercado exigida pelo Plano *Marshall*. Com isso, a cidade de Berlim Ocidental, também ocupada por eles, mas dentro da zona de ocupação da URSS, se tornava uma ameaça à propaganda soviética.

Em resposta, Stálin decretou um bloqueio terrestre a Berlim Ocidental, que deixou a cidade sem energia nem alimentos por quase um ano. Contudo, o bloqueio foi burlado por uma ponte aérea entre Berlim e o resto da Alemanha e acabou servindo como poderosa arma de propaganda ideológica para os EUA. Era fácil, diante do “golpe de Praga” e do bloqueio a Berlim, apresentar a imagem de um comunismo agressivo e contrário aos interesses do mundo livre. Com isso, acabaram de vez as possibilidades de neutralidade política.

2.4.2 A divisão da Alemanha

Na conferência de Potsdam, havia ficado acertado que a Alemanha e a Áustria seriam divididas, temporariamente, em quatro zonas de ocupação militar, cada uma a cargo de um dos países aliados: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e URSS. O mesmo aconteceu com as capitais Berlim e Viena. A divisão gerava uma situação incômoda para a cidade de Berlim que, apesar de dividida em quatro regiões, estava localizada inteiramente dentro da zona de ocupação soviética. O recrudescimento da Guerra Fria e o aumento da tensão entre a URSS e os demais países levaram a uma divisão mais profunda entre as regiões, simbolizada pelo bloqueio terrestre ordenado por Stálin a Berlim Ocidental. Após quase um ano, o bloqueio se mostrou ineficaz e foi retirado. Em maio de 1949, EUA, Grã-Bretanha e França organizaram seus territórios (incluindo suas partes de Berlim) na República Federal da Alemanha (que ficou conhecida como Alemanha Ocidental), com capital na cidade de Bonn. Cinco meses depois, os soviéticos criaram, em seus territórios, a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental).

FIGURA 16 – MAPA DA ALEMANHA DETALHANDO AS ZONAS DE OCUPAÇÃO APÓS A II GUERRA MUNDIAL



FONTE: Disponível em: <<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Map-Germany-1945.svg>>. Acesso em: 15 dez. 2008.



LENDO O MAPA

Prezado acadêmico, perceba no mapa acima as zonas de ocupação britânica (noroeste), soviética (centro-norte), francesa (oeste) e norte-americana (sul), com as bandeiras dos países. As partes mais claras a oeste eram os territórios pré-1939 cedidos à Polônia e à URSS. A pequena parte clara na região francesa (com a bandeira em cruz) é o protetorado do Sarre, que mais tarde foi incorporado à Alemanha Ocidental. Perceba que duas cidades têm um *status* especial: Berlim (na zona soviética), dividida em quatro regiões, e Bremen, próxima ao litoral na zona britânica, que ficou sob ocupação norte-americana.

A Alemanha dividida se tornou um grande ícone da Guerra Fria. A importância estratégica do país levou a grandes investimentos estrangeiros em ambos os lados e cada parte foi organizada estritamente de acordo com o modelo de desenvolvimento que integrava: um sistema liberal, descentralizado e capitalista no Ocidente, uma economia planificada e socialista no Oriente. Em nenhum lugar do mundo (com exceção, talvez, da Coreia) a Guerra Fria foi sentida com tanta intensidade. O grande símbolo desse conflito foi o Muro de Berlim, que será discutido mais adiante.

2.4.3 A Cortina de Ferro – OTAN e o Pacto de Varsóvia

Em 1946, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em um discurso nos Estados Unidos, popularizou a expressão “cortina de ferro” – que representava as fronteiras ideológica e física entre os países capitalistas e socialistas, mas continha uma condenação dos regimes fechados sob a influência soviética. A Cortina de Ferro não era apenas uma metáfora; em várias regiões, especialmente na fronteira interna da Alemanha, cercas e muros efetivamente fecharam a circulação de pessoas, e as informações não circulavam de um lado ao outro.

FIGURA 17 – PARTE PRESERVADA DO MURO QUE DIVIDIA AO MEIO O VILAREJO DE MÖDLAREUTH, NA FRONTEIRA ENTRE ALEMANHA OCIDENTAL E ALEMANHA ORIENTAL. A CIDADE FOI CHAMADA PELOS NORTE-AMERICANOS DE “PEQUENA BERLIM”



FONTE: Disponível em: <<http://moedlareuth.de/images/21.jpg>>. Acesso em: 16 dez. 2008.

A OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi criada em 1949, a partir de acordos que previam a colaboração de países europeus para a violação do bloqueio a Berlim. Inicialmente, o órgão tinha um caráter defensivo: qualquer agressão a um de seus membros seria considerada uma agressão a todos. Após a guerra da Coreia, no entanto, a OTAN assumiu uma postura mais agressiva, pois todos os países do bloco comunista, suspeitos de trabalharem em conjunto, passaram a ser considerados inimigos.

Na década de 1950, a OTAN atravessou por situações tensas com a entrada simultânea da Grécia e da Turquia em 1952, a recusa da admissão da URSS em 1954 e a entrada da Alemanha Ocidental em 1955. Por fim, a partir de 1958, a França passou a adotar uma política independente da OTAN, por discordar dos termos do acordo, que, na opinião do presidente De Gaulle, diminuía a importância francesa na organização.

A entrada da Alemanha, que era estratégica e militarmente importante para a organização, motivou a criação do **Pacto de Varsóvia** pelos países socialistas. A estrutura do acordo assinado em Varsóvia era muito semelhante ao da OTAN: também considerava que uma agressão a um dos membros seria uma agressão aos demais. O Pacto de Varsóvia serviu como uma forma de permitir à URSS impor seus interesses sobre os demais países do bloco, o que ficaria muito claro nas intervenções militares na Hungria (1956) e na Tchecoslováquia (1968).

Com a consolidação da OTAN e do Pacto de Varsóvia, a Guerra Fria se tornou um confronto não mais entre as superpotências, mas entre dois grandes blocos militares antagônicos, que dispunham de amplo arsenal militar, inclusive com armas nucleares. Todos sabiam que uma declaração direta de guerra entre os dois blocos seria desastrosa para o mundo inteiro, pois ambos detinham uma capacidade de ‘mútua destruição garantida’ (simbolizada em inglês pela conveniente sigla “M.A.D.” – ‘louco’). Por isso, paradoxalmente, a formação dos dois grandes blocos militares e a proliferação das armas mais poderosas já construídas pela humanidade impediram a deflagração de uma guerra em grande escala. As guerras, a partir daí, ficaram restritas a regiões periféricas e foram travadas apenas com “armamento convencional”.

3 A QUESTÃO PALESTINA

O conflito árabe-israelense tem uma origem bastante complexa, que não pode ser resumida a uma disputa territorial ou religiosa, embora se deva, sobretudo, a esses dois fatores. A cidade de Jerusalém, bem como os seus arredores, são regiões consideradas sagradas pelas três grandes religiões monoteístas do mundo – Judaísmo, Cristianismo e Islamismo –, o que por si só já poderia ser motivo de conflitos. Contudo, as circunstâncias que envolveram a criação do Estado de Israel e os primeiros anos de sua existência tornaram a questão ainda mais complexa.

3.1 O SIONISMO

Até a Segunda Guerra Mundial, a região da Palestina – habitada quase exclusivamente por povos de etnia árabe desde a Diáspora judaica do século I d.C. – estava submetida à autoridade britânica, na forma de protetorado. A partir do século XIX, um movimento político conhecido como **sionismo** buscava encorajar a migração de judeus para os territórios da Palestina, em parte como resposta ao antissemitismo europeu. Influenciados pelo movimento, muitos judeus começaram a adquirir terras na Palestina no início do século XX, com o aval do governo colonial britânico e da Liga das Nações.

O sionismo tem, portanto, uma origem política, mas sua motivação principal é religiosa. Dentro da tradição judaica, a Palestina é a Terra Prometida, Canaã, da qual os judeus foram diversas vezes expulsos, mas para onde certamente haveriam de retornar em definitivo. Canaã representa, assim, o centro da identidade judaica:

apenas lá os judeus poderiam atingir a sua plena redenção, que está diretamente vinculada ao estabelecimento de um governo judaico sobre Israel. Alguns judeus ortodoxos, no entanto, eram contrários à criação de Israel, argumentando que, pela tradição judaica, apenas o Messias poderia conduzi-los até lá.

3.1.1 O plano da ONU para a Palestina

Após o Holocausto, a pressão pela criação de um Estado de Israel se intensificou. Em 1947, a ONU aprovou um projeto de partilha da Palestina em dois Estados: um judeu e um árabe. De acordo com o plano, o Estado de Israel seria formado pela planície costeira, a Galileia oriental e o deserto de Negev; a Palestina receberia a Galileia ocidental (ao sul do Líbano), a região da Cisjordânia e um território na fronteira com o Egito que comporta, entre outros territórios, a atual Faixa de Gaza. A cidade de Jerusalém não pertenceria a nenhum dos países, mas seria administrada como um protetorado pela ONU. Apesar de o território proposto para Israel ser ligeiramente menor, a divisão era considerada desfavorável, pois os principais mananciais estavam em território palestino, ao passo que a maior parte do território israelense correspondia ao deserto de Negev, impraticável para a agricultura e o assentamento de colonos.

3.2 O INÍCIO DO CONFLITO

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da ONU votou pela aprovação do Mandato da Palestina. Os países árabes se recusaram, sem exceção, a reconhecer o Estado de Israel e mantiveram-se em conflito permanente com os colonos, considerados invasores. Já no dia seguinte, os ataques contra o território israelense se iniciaram e se estenderam por vários dias. Isso não impediu, contudo, a instalação do Estado de Israel ou a migração de colonos judeus para a região; apenas levou o Conselho de Segurança da ONU a adiar a instalação do Estado palestino. Estima-se que os conflitos de dezembro de 1947 e janeiro de 1948 tenham deixado cerca de mil mortos e 2.000 feridos.

A partir de fevereiro, o conflito se tornou mais militarizado e passou a ser conhecido como a Guerra Árabe-Israelense; o exército israelense, formado em parte por veteranos da Segunda Guerra, conseguiu rechaçar o ataque massivo da coalizão de países da Liga Árabe. Em maio, David Ben-Gurion declarou a independência de Israel e tornou-se primeiro-ministro. Mas a guerra prosseguiu até o final do ano, quando os israelenses finalmente derrotaram os vizinhos e anexaram uma parte do território destinado ao Estado palestino. Temporariamente, o restante do território ficou sob a administração dos países vizinhos: a Faixa de Gaza foi incorporada pelo Egito e a Cisjordânia e Jerusalém Oriental pela Jordânia.

3.2.1 A Guerra do Suez

A Liga Árabe passou a impor dificuldades a qualquer acordo de paz entre Israel e os vizinhos. Uma tentativa de acordo com a Jordânia, no início de 1950, foi respondida com ameaça de exclusão desse país da Liga. A partir de 1955, o governo do Egito começou a impor dificuldades para Israel no acesso ao canal de Suez – que, desde 1888, era de acesso internacional. A invasão egípcia à Zona do Canal levou a França e a Inglaterra a apoiarem uma invasão israelense ao Egito em 1956. Durante a Guerra do Suez, Israel ocupou a Faixa de Gaza e a península do Sinai, mas, diante dos protestos internacionais, devolveu esta última pouco tempo depois.

3.2.2 A OLP e a Guerra dos Seis Dias

Na Palestina, os resultados da Guerra do Suez levaram à criação de diversos grupos armados anti-Israel, entre eles o *Fatah*, comandado por Yasser Arafat. Em 1964, a Liga Árabe patrocinou a fundação da **Organização para a Libertação da Palestina** (OLP), com o objetivo declarado de buscar a destruição completa de Israel. Arafat tornou-se o líder do movimento, o que equivalia a tornar-se o comandante de todos os palestinos.

Uma série de conflitos localizados daria origem à chamada **Guerra dos Seis Dias** (de 5 a 10 de junho de 1967). Mais uma vez, como em 1947, o exército de Israel saiu vitorioso e incorporou regiões palestinas a seu território: a Faixa de Gaza, a península do Sinai (egípcias), a Cisjordânia, Jerusalém (controladas pela Jordânia) e as Colinas de Golan (pertencentes à Síria). Após a guerra, o território israelense – especialmente devido à extensão do Sinai – triplicou em relação ao que era apenas uma semana antes. Mais importante ainda, Israel demonstrou um grande poderio militar e disposição para avançar, se julgasse necessário, sobre territórios pertencentes aos vizinhos.

3.2.3 A Guerra do Yom Kippur

Humilhados pela derrota na Guerra dos Seis Dias, os países árabes lançaram nova ofensiva seis anos depois, durante o feriado religioso judaico do *Yom Kippur*. O *Yom Kippur* é o ‘dia do perdão’, a data mais importante do calendário religioso judaico, quando os judeus se recolhem para jejuar e examinar sua consciência. Em 1967, os muçulmanos aproveitaram a data para lançar uma ofensiva múltipla contra Israel, o que lhes permitiu ganhar uma boa vantagem nos dois primeiros dias e conquistar o Sinai e as colinas de Golan. A partir de então, o exército israelense começou a fazer valer sua superioridade e, vinte dias após o início da guerra, conseguiu rechaçar o avanço de egípcios e sírios.

A Guerra do *Yom Kippur* trouxe diversas consequências importantes para a região. Israel ampliou seus territórios ainda mais, ocupando as colinas de Golan e, novamente, o Sinai. Revoltados com o apoio incondicional dos EUA a Israel, os países da OPEP, em sua maioria árabes, aumentaram bruscamente o preço do petróleo, o que geraria uma grave crise econômica. Apesar de novamente derrotados, a vitória parcial nos primeiros dias deu aos países árabes a desejada vingança sobre Israel e permitiu abrir negociações de paz. O cessar-fogo foi intermediado pelos EUA e pela URSS (que estavam, no momento, em um período de relaxamento das tensões), ambos buscando atrair o Egito para sua região de influência. Nesse sentido, pode-se dizer que a guerra sofreu efeitos colaterais da Guerra Fria.

3.3 OS ACORDOS DE CAMP DAVID

O maior beneficiado politicamente pela guerra foi o presidente do Egito, Anwar Sadat. Percebido pelos árabes como o responsável pela ofensiva fulminante dos dois primeiros dias da guerra, seu prestígio lhe permitiu conduzir as primeiras negociações para a paz com Israel. Em 1977, Sadat se tornou o primeiro líder árabe a visitar Israel – no que foi muito criticado pelos grupos contrários à paz, pois isso equivalia a reconhecer a legitimidade do país.

Em 1978, o presidente Carter, dos EUA, reuniu Sadat e Menachem Begin, primeiro-ministro de Israel, para tensas negociações em *Camp David* (nos EUA). O resultado foram dois acordos que surpreendeu o mundo, pois selavam a paz entre os dois países. Pela primeira vez, a paz parecia viável na região, embora o processo ainda estivesse começando. O acordo tratou das relações entre o Egito e Israel e estabeleceu diretrizes para um governo autônomo na Faixa de Gaza. Em troca de um acordo de paz, Israel devolveu ao Egito a península do Sinai e evacuou os mais de 4 mil colonos judeus que tinham se estabelecido lá.

A maioria da população israelense apoiou a iniciativa, vista como um primeiro passo necessário para o estabelecimento da paz na região – iniciando-se justamente pelo vizinho mais poderoso, o Egito. Posteriormente, porém, as consequências do acordo foram lamentadas por alguns, especialmente quanto à perda do território, dos poços de petróleo e do potencial turístico do Sinai. Da mesma forma que em Israel, na época a população egípcia era favorável ao acordo; atualmente, porém, a percepção sobre ele é diferente.

As consequências políticas do acordo para Sadat e o Egito demonstram como era (e é, ainda) grande a resistência à paz: o Egito, até então considerado o líder do nacionalismo pan-árabe, foi expulso da Liga Árabe em 1979, só tendo sido readmitido dez anos depois. A fúria antiegípcia levou a uma breve guerra entre o país e a Líbia, em 1977. Já Sadat sofreu um destino mais trágico: em 1981, na comemoração do aniversário da ofensiva egípcia, foi assassinado por um militante radical, inconformado com a abertura das negociações de paz. O isolamento do Egito criou um vácuo de poder entre os países árabes, que Saddam Hussein, aproveitando a oportunidade, tentou ocupar; em parte, esta foi a motivação do início da guerra Irã-Iraque.

3.4 A REVOLUÇÃO ISLÂMICA NO IRÃ

Em 1978, o governo do Irã, comandado pelo xá Mohammad Reza Pahlevi, estava desgastado. Percebido pelas lideranças religiosas como excessivamente ligado ao Ocidente, o xá enfrentou manifestações comandadas pelo clero xiita, comandado pelo aiatolá Ruhollah Khomeini. No início de 1978, apesar da garantia de apoio norte-americano, o xá foi deposto e Khomeini pôde retornar ao país, onde foi aclamado como líder espiritual e político. Nos meses seguintes, ele consolidou seu poder e organizou um governo teocrático no Irã, com leis baseadas no Alcorão e rejeição completa a qualquer influência ocidental no país.

Em outubro de 1979, o xá deposto foi aos Estados Unidos para tratar de um câncer, o que gerou protestos ruidosos no Irã. O temor era que a ida de Pahlevi aos EUA representasse uma nova tentativa de golpe para instaurá-lo no poder (como havia sido feito em 1953). Em represália, militantes revolucionários invadiram a embaixada norte-americana em Teerã e sequestraram 52 diplomatas norte-americanos. Carter tentou negociar a libertação, mas o governo iraniano se manteve irredutível. Em setembro de 1980, após a morte do xá deposto e a invasão iraquiana, as negociações progrediram. Os reféns foram libertados apenas em janeiro de 1981.

3.5 A INVASÃO SOVIÉTICA DO AFGANISTÃO

O Afeganistão era um país vizinho à União Soviética e, como tal, essencial para os interesses daquela superpotência. A perspectiva de estabelecer ali um governo marxista seria muito vantajosa aos interesses soviéticos e, portanto, igualmente prejudicial aos Estados Unidos. Em 1978, uma crise política levou a um golpe de Estado de orientação marxista no Afeganistão. Muitas das medidas adotadas se chocavam com as tradições islâmicas da população; logo uma revolta popular, comandada pelos líderes religiosos, degenerou em guerra civil.

A União Soviética interveio no conflito e invadiu o país, alegando a necessidade de garantir a segurança da região e a preservação do marxismo; acredita-se, além disso, que o aumento do preço do petróleo, que se seguiu à revolução Islâmica no Irã, tenha atraído o interesse soviético para o petróleo afegão. Porém, a presença soviética no país foi mal recebida pela população, que se aliou aos líderes religiosos. Diante da deserção no Exército local e do apoio dado aos religiosos pelos EUA, o governo da URSS se viu forçado a aumentar constantemente o efetivo militar no país, consumindo uma grande quantidade de recursos militares sem obter nenhum resultado favorável. A ocupação do Afeganistão costuma ser considerada um equivalente soviético à presença norte-americana no Vietnã.

Além do mais, a invasão soviética trazia grandes prejuízos políticos ao país. Praticamente todos os países do mundo condenavam a ocupação, que afetava particularmente as relações entre a URSS e a China. Em 1988, Mikhail Gorbachóv começou a negociar a retirada soviética da região, que se concluiu no ano seguinte. Embora tenha melhorado as relações diplomáticas da URSS, a retirada soviética mergulhou o Afeganistão em uma longa guerra civil, que ainda continua hoje, vinte anos depois.

3.6 A GUERRA IRÃ-IRAQUE

Em 1980, após uma longa série de disputas fronteiriças, o exército do Iraque invadiu o Irã e deu início a uma guerra que duraria oito anos. À parte as rivalidades seculares entre os dois países, a principal disputa era pelo controle do golfo Pérsico e por questões político-religiosas. A revolução Islâmica no Irã criou um governo teocrático comandado pelos xiitas, maioria no país. O Iraque, por sua vez, apesar de também ser um país de maioria xiita, estava sob o comando da minoria sunita, à qual pertencia Saddam Hussein. Saddam temia que o exemplo da revolução no país vizinho pudesse incitar os xiitas de seu país, do Kuwait e da Arábia Saudita a revoltas semelhantes.

Após o início da crise dos reféns de Teerã, as relações entre EUA e Irã, antigos aliados, se deterioraram. Saddam Hussein imaginou que os EUA estariam dispostos a apoiar um ataque iraquiano ao Irã (o que de fato aconteceu), mas calculou erroneamente que a minoria sunita iraniana apoiaria a invasão e que, portanto, seria possível resolver a guerra em pouco tempo. Ele não contava com a onda nacionalista que havia tomado conta do Irã com a revolução e com o apoio soviético ao Irã, em resposta ao ataque.

Em 1985, descobriu-se que o próprio governo norte-americano apoiava, além dos combatentes iraquianos, também os inimigos, com o objetivo de desestabilizar ao máximo ambos os lados. A guerra encerrou-se apenas em 1988, sem benefícios para nenhum dos dois lados, após insistentes pedidos da ONU para que cessassem os combates.

3.7 A ESCALADA DO CONFLITO PALESTINO

Os acordos de *Camp David* poderiam até parecer o início da paz, mas não interromperam os conflitos. Ainda antes da assinatura dos acordos, o exército israelense interveio no Líbano, que estava em guerra civil desde 1975. A intervenção foi justificada por ataques que Israel sofreu de integrantes do Fatah, a partir do território libanês. Em 1982, a intervenção se transformou em guerra declarada, quando Israel invadiu o Líbano; a invasão deu origem ao movimento de resistência do *Hezbollah*.



SUGESTÃO DE SITE

Prezado(a) acadêmico(a), se desejar acompanhar melhor o desenrolar do conflito entre Israel e Palestina, a sugestão é o *Weblog*, um *blog* mantido por um jornalista brasileiro e considerado um dos melhores do país a respeito de política internacional. Atualmente (início de 2009), o *blog* é constantemente atualizado. O Autor tem um interesse particular na questão palestina. Veja em <http://pedrodoria.com.br>. Se desejar acompanhar apenas as postagens em relação a esse tema, vá direto para <http://pedrodoria.com.br/category/mundo/oriente-medio/israel-e-palestina/>.

3.7.1 A Intifada

Em meados da década de 1980, a situação política dos palestinos era precária. Durante a intervenção israelense no Líbano, os líderes da OLP foram obrigados a se retirar provisoriamente da região, o que dava à população uma sensação de desamparo. Logo depois, o governo israelense iniciou um programa agressivo de assentamento de colonos – geralmente judeus ortodoxos – nas regiões ocupadas da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, que na prática representava a anexação do território. Ao mesmo tempo, a situação da guerra entre Irã e Iraque preocupava os países árabes e desviava a atenção do conflito na Palestina pela primeira vez.

Em 1987, o descontentamento palestino estourou na forma de um levante popular contra o exército israelense, que ficou conhecido com **Intifada**. O movimento, que começou desordenado, rapidamente, se tornou generalizado na Faixa de Gaza, na Cisjordânia e em Jerusalém. Disputando a liderança do movimento, estavam a OLP e grupos rivais como o Hamas. O levante, que durou até 1991, trouxe algumas consequências vantajosas para os palestinos: obrigou Israel a rever sua política de enfrentamento dos palestinos e de planejar a cessão da Cisjordânia à Jordânia para, em vez disso, considerar o Estado palestino como uma reivindicação justa. Ao mesmo tempo, as notícias da grande quantidade de palestinos mortos (estima-se que sejam mais de dois mil) e feridos no conflito trouxeram a atenção mundial para a região e simpatia para a causa palestina. Com o fim da Intifada, reabriram-se negociações de paz, que redundaram no Acordo de Oslo e na segunda rodada de *Camp David*.

3.7.2 O Acordo de Oslo e os tratados de paz

O acordo de Oslo foi assinado em 1993, entre Shimon Peres, ministro do Exterior de Israel, e o representante da OLP, Ahmed Qurei. O acordo previa o reconhecimento da OLP como a legítima representante do governo palestino e, em troca, que esta renunciaria ao terrorismo e ao desejo de destruir o Estado de Israel. Para administrar parte da região, foi criada a Autoridade Palestina, que deveria promover eleições democráticas; mas boa parte dos territórios ocupados continuava sob a autoridade israelense.

Como recompensa pelos esforços para encerrar os conflitos, Shimon Peres, Yitzhak Rabin e Yasser Arafat receberam um contestado prêmio Nobel da Paz em 1994. Infelizmente, mais uma vez o acordo de paz teve um desfecho trágico: em novembro de 1995, Rabin foi assassinado em Tel Aviv por um judeu ortodoxo, inconformado com a assinatura do acordo de Oslo.

3.7.3 A Segunda Intifada

Em 2000, uma tentativa do presidente Clinton de promover nova rodada de negociações resultou em fracasso. Em setembro daquele ano, Ariel Sharon, candidato ao governo de Israel, visitou o **Monte do Templo**, em Jerusalém, o que despertou a fúria dos muçulmanos. O resultado foi uma onda de violência que se arrastou por vários anos, que logo ficou conhecida como a Segunda Intifada.



INFORMAÇÃO

O Monte do Templo é o local mais sagrado do Judaísmo; é o local para onde, de acordo com a tradição, Abraão levou seu filho Isaac para, sob ordem de Deus, sacrificá-lo. Em troca do perdão divino, ele teria erguido um altar a Deus. O local é também sagrado para os muçulmanos, pois foi de lá, também de acordo com a tradição, que Maomé, o profeta do Islamismo, ascendeu aos céus.

4 OS CONFLITOS DA GUERRA FRIA NA ÁSIA

Além das disputas pelo poder na Europa, a Guerra Fria motivou conflitos em outras partes do mundo. Em todas as regiões da chamada “periferia do mundo” (Ásia, África e América Latina), houve conflitos com maior ou menor intensidade. Na África, após a descolonização, ocorrida principalmente nas décadas de 1960 e 1970, alguns dos novos países decidiram optar por um regime socialista, como será visto em detalhes no Tópico 2 desta Unidade. Na América Latina, os EUA patrocinaram, nesse mesmo período, diversos golpes militares para defender seus interesses estratégicos –, mas perderam o controle sobre a ilha de Cuba, gerando um momento de grande tensão no início da década de 1960, como veremos oportunamente.

Foi no continente asiático, porém, que os efeitos da Guerra Fria se mesclaram com maior intensidade às questões locais para criar uma situação realmente explosiva. Em praticamente todas as regiões do continente – da Coreia ao Oriente Médio – houve sérios conflitos até a década de 1980. Excetuando-se o subcontinente indiano (Índia, Paquistão e Bangladesh), onde as lutas tiveram mais relação com o processo de descolonização (e que serão vistas como tal no próximo Tópico), em todos os lugares a Guerra Fria foi o principal combustível para as guerras.

4.1 A REVOLUÇÃO CHINESA

No século XIX, a China havia sido alvo da sanha imperialista dos países europeus (ver a disciplina de **História do Imperialismo** para mais informações). Em 1911, um movimento burguês, comandado por Sun Yat-sen, depôs a monarquia e mergulhou o país em duas décadas de luta política. Em 1930, dois grupos disputavam o poder: os capitalistas, comandados por Chiang Kai-shek e os comunistas de Mao Tsé-tung. Mao tinha uma interpretação particular do marxismo (o **maoísmo**): segundo ele, a revolução não aconteceria pela via proletária, mas pelos camponeses.

As lutas duraram até 1949 (com uma trégua durante a ocupação japonesa na Segunda Guerra Mundial), com a vitória dos comunistas e a proclamação, por Mao, da República Popular da China. Os seguidores de Chiang Kai-shek, apoiados pelos Estados Unidos, fugiram para a ilha de Formosa (Taiwan) e declararam-se independentes da China comunista, uma decisão que até hoje não foi reconhecida pelo governo continental.

Após a vitória, Mao consolidou a relação de amizade e cooperação entre a China e a URSS. No entanto, após a morte de Stálin, as relações entre os dois países deterioraram-se, em parte pelas divergências ideológicas e em parte pela discordância de Mao sobre a política de coexistência pacífica entre o capitalismo e o socialismo. Essencialmente, porém, a disputa era política: Mao percebeu o enfraquecimento da URSS e planejou fazer da China uma terceira potência, não totalmente alinhada com nenhuma das outras.

Dois foram os momentos cruciais da história da China sob Mao. Em 1958, Mao elaborou um plano de desenvolvimento que previa uma industrialização acelerada da China, com o objetivo de diminuir a dependência do país de produtos estrangeiros. O chamado **Grande Salto para a Frente**, percebido atualmente como um grande desastre econômico, foi também uma enorme tragédia humanitária: estima-se que entre 20 e 40 milhões de chineses morreram de fome nesse período.

Em 1966, sentindo uma queda de prestígio, Mao lançou a **Revolução Cultural**, que tinha por objetivo livrar o país de qualquer influência ocidental e burguesa. A Revolução Cultural, assim como o Grande Salto para a Frente, teve efeito inverso ao que se propunha: os intelectuais foram removidos de suas funções – acusados de burgueses – e postos a trabalhar nas funções mais duras e mais humildes possíveis. (Por intelectual passou-se a entender, em um certo momento, qualquer pessoa que tivesse algum tipo de conhecimento acima da média, o que comprometeu a formação cultural chinesa por pelo menos uma geração.) As orquestras foram dissolvidas e as atividades culturais restringidas a umas poucas peças de propaganda. Muitos monumentos históricos e antiguidades foram destruídos por não estarem de acordo com a ortodoxia maoísta.

4.2 A GUERRA DA COREIA

Na Conferência de Yalta, como vimos na Unidade anterior, Stálin se comprometeu a invadir o Japão, cujos territórios incluíam parte da atual China (Manchúria) e a Coreia. Diante do temor norte-americano de que a URSS ocupasse toda a península, o acordo previa o paralelo 38° Norte como limite à ocupação soviética. O paralelo dividia a península da Coreia em duas partes, que serviriam como regiões de contenção entre as superpotências. Dessa forma, a região norte ficou sob ocupação soviética e, logo em seguida, os EUA ocuparam militarmente o sul; em cada região, estabeleceu-se um governo próprio, militar e ideologicamente ligado ao país ocupante; os dois governos se tornaram rivais e procuravam formas de unificar o país sob seu comando.

Em julho de 1950, sob o pretexto de que o Sul atacara primeiro, o exército do Norte atravessou o paralelo 38° e ocupou Seul, imaginando que o Sul não demoraria a se render. Contudo, os EUA intervieram rapidamente na guerra, temendo as consequências geopolíticas que a vitória da Coreia comunista poderia ter sobre toda a região. As tropas da ONU, comandadas pelos EUA, iniciaram a contraofensiva em setembro e, no final do mês, já haviam reconquistado a capital da Coreia do Sul.

Em 1º de outubro, as tropas avançaram sobre o território norte-coreano, que chegou a ser quase totalmente conquistado. Isso passou a preocupar os chineses, temerosos de que a investida continuasse sobre seu território. Assim, Mao preparou seus exércitos para defender a Coreia do Norte e pediu ajuda à URSS, mas essa ajuda foi pequena: Stálin, provavelmente, preocupado com as consequências de um confronto direto com os EUA, limitou-se a enviar alguns aviões MIG (que combateram com as cores chinesas).

A guerra se estendeu até 1953, em condições cada vez mais precárias: diante da impossibilidade de um dos lados alcançar uma vitória decisiva, a luta passou a ser travada em um sistema semelhante às trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Era uma luta fratricida, que deixou quantidades enormes de mortos dos dois lados do conflito e as negociações de paz não progrediam. O governo norte-americano chegou a ameaçar o uso de armamento nuclear para acelerar as negociações – estratégia que foi utilizada mais de uma vez dali em diante, sempre com finalidade apenas retórica. Por fim, as negociações de paz avançaram e um cessar-fogo foi assinado em 27 de julho de 1953. Curiosamente, nunca houve a assinatura de um tratado de paz entre os dois países, de modo que eles estão tecnicamente em guerra até hoje.

4.3 A GUERRA DO VIETNÃ

A Guerra do Vietnã ficou célebre por ter sido a grande derrota militar norte-americana e por ter mobilizado a opinião pública em favor da paz de uma forma nunca antes vista. Porém os conflitos naquela região do mundo não se limitaram ao enfrentamento entre norte-americanos e *vietcongs*, nem foram os EUA o único país a sofrer uma derrota humilhante na região. Vamos entender o conflito com mais detalhes.

4.3.1 Antecedentes: a descolonização da Indochina

A Guerra do Vietnã foi parte de um movimento de libertação nacional e resistência anticolonialista ocorrido na região da Indochina (Sudeste Asiático) a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A região da Indochina, que compreende o Vietnã, o Laos, o Camboja e a Tailândia, havia sido ocupada colonialmente pela França, mas tinha uma importância estratégica muito grande para o Japão, para a China e, com o desenrolar da Guerra Fria, para os Estados Unidos.

Ainda durante a Segunda Guerra, um movimento de libertação nacional no Vietnã (o *Viet Minh*) começou a lutar contra os franceses e os japoneses que ocupavam a região. Comandado pelo líder comunista Ho Chi Minh, o *Viet Minh* conseguiu expulsar os franceses da região em 1954, após a célebre batalha de *Dien Bien Phu*. Encerrava-se, assim, a chamada Primeira Guerra da Indochina. Mas pelos termos do acordo de paz, o país foi dividido no Paralelo 17°:

- o Vietnã do Norte, com capital em Hanói, ficou sob o comando de Ho Chi Minh;
- a região sul do país, que estava há quase cem anos sob controle francês, formou o Vietnã do Sul (com capital em Saigon) onde foi estabelecido um governo anticomunista sob o comando de Ngo Dinh Diem.

4.3.2 A Teoria do Efeito Dominó

Com a retirada francesa do Vietnã do Sul, os norte-americanos passaram a dar apoio ao governo de Ngo Dinh Diem. O interesse norte-americano se justificava por uma teoria geopolítica chamada **Efeito Dominó**, que postulava que qualquer região que caísse sob a influência do comunismo levaria consigo todos os vizinhos (como se fossem dominós caindo em fila). A queda da China, da Coreia e do Vietnã do Norte pareciam corroborar a teoria.

A perda de influência da China na região (que desejava a divisão do país) e o governo autoritário de Diem levaram o governo do norte a patrocinar o movimento comunista do Vietnã do Sul (o Viet Cong). A partir de 1959, o Viet Cong iniciou ofensivas visando a desestabilizar o governo de Saigon. Após um

golpe de Estado, patrocinado pela CIA e a execução de Diem (1963), o Vietnã do Sul tornou-se politicamente instável e Kennedy precisou enviar tropas para conter a guerrilha comunista. Alguns estudiosos argumentam que sua intenção não era ampliar o conflito, mas retirar suas tropas oportunamente; de todo modo, seu assassinato impediu qualquer suposta mudança de rumo.

4.3.3 O engajamento norte-americano

Em agosto de 1964, após supostos ataques norte-vietnamitas no Golfo de Tonkin, o governo norte-americano obteve do Congresso o direito de atacar o Vietnã. Em 2005, no entanto, ficou demonstrado que, como já se suspeitava, o incidente não aconteceu; o governo norte-americano, ao que tudo indica, manipulou a opinião pública para conseguir o que desejava.

A partir do início de 1965, os EUA se envolveram definitivamente na guerra. O plano era obter uma vitória rápida – derrotar a guerrilha em dois anos e partir para a ofensiva no Vietnã do Norte –, mas o que se seguiu foi uma situação descrita pela imprensa como “atoleiro”. A firme resistência e o conhecimento do terreno dos Viet Congs, a inexperiência dos soldados norte-americanos (a média de idade era de 19 anos) e a corrupção do governo do Vietnã do Sul contribuíram para o fracasso da operação norte-americana. A opinião pública dos EUA não lidava bem com o aumento dos recrutamentos e a morte de tantos soldados (com cerca de 22 anos de idade, em média) em uma guerra que não parecia trazer nenhum benefício. O governo Johnson passou a sonegar informações à imprensa e distorcer os fatos, o que fez a popularidade do presidente despencar.

O desgaste do governo era tão grande que Lyndon Johnson nem se apresentou como candidato à reeleição em 1968. O novo presidente, Richard Nixon, elegeu-se com a promessa de retirar as tropas norte-americanas do país o mais rápido possível. Iniciou-se, assim, a chamada **vietnamização** da guerra: as tropas sul-vietnamitas passaram a substituir as norte-americanas, em um ritmo adequado para não comprometer a reputação do governo. A retirada oficial se completou em janeiro de 1973, mas a guerra prosseguiu por mais dois anos até a vitória completa dos comunistas.

5 O MUNDO SOCIALISTA NA GUERRA FRIA

A situação do mundo socialista, após a guerra, foi basicamente determinada pelos rumos da Guerra Fria. Diante da necessidade de consolidar seu poder militar, Stálin consolidou um poder monolítico na URSS, concentrando em torno de si o poder não apenas da URSS, mas de todo o bloco soviético. Dessa forma, a política do mundo socialista foi um tanto mais simples do que a dos países capitalistas, onde as disputas de poder estavam sempre em cena.

5.1 A URSS NO PÓS-GUERRA

Após a guerra, a política soviética se voltou para a reconstrução da estrutura danificada no conflito e para a disputa ideológica com os Estados Unidos. A ênfase era, como vimos, a corrida armamentista, de modo a poder fazer frente com o crescente arsenal norte-americano. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se cada vez mais, na URSS, um culto à personalidade de Stálin e uma glorificação dos feitos e da grandeza do comunismo pela propaganda. Ao mesmo tempo, a repressão política continuou, embora não chegasse aos números dos expurgos dos anos 1930.

Stálin morreu em março de 1953, deixando um vácuo de poder. Após disputas ferrenhas entre diversos membros da cúpula do Partido Comunista, Nikita Krushev foi escolhido líder e assumiu o poder de fato. Krushev buscou, em seu governo, alterar o rumo da política soviética, relaxando na medida do possível o conflito com os Estados Unidos e buscando uma aproximação (o chamado **degelo**). Krushev defendia a possibilidade de uma **coexistência pacífica** entre os países capitalistas e os socialistas.



NOMES EM OUTRAS LÍNGUAS

Prezado(a) acadêmico(a), quando você encontrar um nome russo, perceba que ele pode estar redigido de diversas maneiras diferentes. O idioma russo utiliza um alfabeto denominado **cirílico**, diferente do que usamos em português e, por isso, escrever um nome russo no nosso alfabeto exige sempre alguma adaptação. Geralmente, o nome é **transliterado** da forma mais conveniente, embora às vezes se vejam formas tiradas diretamente do inglês ou do francês. Assim, você vai encontrar o nome do presidente russo entre 1953 e 1964 ("Хрущёв", no original) escrito como Khrushchov, Krushchev, Krushev, Jruschov (em textos em espanhol) etc. A forma "Krushev" nos pareceu mais adequada, por ser relativamente mais simples do que as demais formas consagradas.

5.1.1 Krushev e a desestalinização

Internamente, a política de Krushev se caracterizou por um esforço para diminuir a importância da figura de Stálin, que assumia, no mundo comunista e entre os simpatizantes do regime por todo o mundo, uma forma quase mítica. Krushev acreditava que essa imagem era prejudicial à própria URSS, pois limitava muito o poder dos sucessores de Stálin; além do mais, como integrante da cúpula do partido há muitos anos, Krushev sabia que a imagem não correspondia à realidade. Portanto, em seu célebre Discurso Secreto no XX Congresso do Partido, em 1956, Krushev chocou os soviéticos e o mundo ao denunciar o culto à personalidade de seu antecessor e acusá-lo de diversos crimes durante os grandes expurgos dos anos 1930.

O discurso trouxe inúmeras consequências políticas importantes. Internamente, Krushev se indispsôs com os membros mais conservadores do Partido, os mais próximos de Stálin, e teve muita dificuldade de afirmar seu poder sobre eles. Ainda assim, o temor de um desgaste da imagem da URSS no exterior foi uma das razões iniciais que levariam à deposição de Krushev em 1964 (o único governante da URSS a ser deposto). No Ocidente, a denúncia dos crimes de Stálin serviu muito bem à propaganda anticomunista e rachou os partidos comunistas europeus. Na China, a fidelidade ao pensamento stalinista gerou um conflito entre os dois países que levaria, progressivamente, à Ruptura Sino-Soviética.

5.1.2 A era Brejnev

Com a deposição de Nikita Krushev, seu protegido (e um dos organizadores do golpe) Leonid Brejnev se tornou o chefe da URSS. Brejnev foi o governante da URSS entre 1964 e 1982; apenas Stálin ficou mais tempo no poder do que ele.

A era Brejnev se confunde em grande parte com o período da *Détente* entre EUA e URSS, embora suas posições políticas fossem, muitas vezes, tão agressivas quanto as de Stálin e contrárias à liberalização promovida por Krushev. Brejnev, com efeito, tratou de reverter o processo de desestalinização: voltou a referir-se positivamente a Stálin, a perseguir adversários políticos e a dar amplos poderes à KGB.



Perceba que tentar reduzir a atuação dos líderes soviéticos a “favorável ao entendimento” ou “linha dura” é inútil, pois os três líderes que mais tempo ficaram no poder – Stálin, Krushev e Brejnev – tiveram atitudes tanto de colaboração como de enfrentamento. Apenas a título de exemplo, Stálin lutou ao lado dos EUA na Segunda Guerra Mundial e enfrentou-os no início da Guerra Fria; Krushev promoveu o **degelo** e a desestalinização, mas se envolveu na invasão à Hungria e na crise dos mísseis de Cuba. Brejnev coordenou a *Détente*, mas rearmou o país.

Externamente, a era Brejnev foi marcada pela continuidade da política de controle total sobre os países do bloco soviético – as tropas do Pacto de Varsóvia, sob o comando soviético, invadiram a Tchecoslováquia em 1968 – e pela deterioração das relações entre URSS e China, que chegou a envolver alguns conflitos de fronteiras em 1969. A reabertura do diálogo entre a China e os EUA forçou Brejnev a abrir uma nova rodada de negociações entre as duas superpotências, que resultou nos primeiros acordos de contenção de armamentos nucleares – o SALT I, de 1972 e o SALT II, de 1979, que marcou a *Détente*.

Internamente, o período foi de estagnação econômica, agravada pelo fim das reformas sociais e políticas que Krushev havia iniciado. Foi também uma época de repressão aos dissidentes, cuja oposição ao regime era considerada um ato de traição antissoviética.

5.2 O BLOCO SOVIÉTICO NOS ANOS 50 E 60

Embora o Pacto de Varsóvia fosse formalmente baseado em uma igualdade de todos os países-membros e na não interferência nos assuntos domésticos de cada país, a aliança se tornou rapidamente uma poderosa arma política que permitia à União Soviética submeter os demais países.

Quando a Hungria tentou se retirar do Tratado em 1956, as forças soviéticas se deslocaram para lá para esmagar a revolta. Em 1968, tropas soviéticas invadiram a Tchecoslováquia (com o apoio dos demais membros do Pacto), depois que o governo local começou a exibir tendências democratizantes (chamadas pela propaganda soviética de “imperialistas”).

5.2.1 A invasão da Hungria

Em meados da década de 1950, a situação do bloco socialista estava em transformação. Após a morte de Stálin, Krushev deu início ao **degelo** e denunciou o culto à personalidade de seu antecessor. Na Hungria, o governo amplamente pró-stalinista (um dos mais repressivos da Europa) foi derrubado, mas, através de sabotagens políticas, conseguiu voltar ao poder em 1955. No meio desse ano, a Áustria (país com quem a Hungria esteve unida até a Primeira Guerra Mundial) se declarou politicamente neutra, o que alimentou expectativas de uma neutralidade semelhante na Hungria. Em 1956, uma revolta operária na Polônia, duramente reprimida pelo governo, repercutiu fortemente na Hungria e levou a uma revolta estudantil.

A revolta, iniciada em 23 de outubro, espalhou-se rapidamente e, no mesmo dia, o governo húngaro pediu auxílio à URSS para conter a revolta. Em vez de conter o movimento, a medida acabou levando à queda do governo e a uma resistência feroz da população aos tanques soviéticos. O novo governo anunciou o estabelecimento de maior liberdade no país e libertou prisioneiros políticos do regime anterior.

As tropas soviéticas, que haviam se retirado em 30 de outubro, retornaram no dia seguinte e cercaram a capital, Budapeste. No dia 4 de novembro, o Exército Vermelho invadiu a cidade e, no conflito que se seguiu, estima-se que cerca de 20 mil pessoas tenham morrido. Com a vitória soviética, o governo reformista foi deposto (e seu líder, executado) e substituído por um governo pró-Moscou. Mais de dois mil processos políticos foram abertos (o que levou a centenas de execuções) e milhares de húngaros fugiram do país. As tropas soviéticas ficaram estacionadas no país desde 1956 até 1991.

5.2.2 O muro de Berlim

A partir da divisão da Alemanha (1949), as duas partes do país adotaram modelos distintos de desenvolvimento. Em questão de dez anos, havia ficado claro que a Alemanha Ocidental estava atingindo um nível de prosperidade muito mais elevado do que sua vizinha. Isso era resultado, entre outras coisas, de uma maior população, maior território e mais disponibilidade de recursos, mas certamente tinha muito a ver com o modelo de desenvolvimento adotado e com o estabelecimento de uma sociedade democrática e capitalista. O nível de prosperidade ocidental levava muitos alemães orientais, especialmente na cidade de Berlim, a fugirem para lá, em busca de condições de vida melhores.

Em agosto de 1961, a grande evasão de moradores de Berlim Ocidental levou o governo da RDA, com a concordância de Moscou, a erguer uma barreira cercado a cidade de Berlim Ocidental – inicialmente uma cerca de arame farpado, logo complementada por um muro duplo guardado constantemente por sentinelas. Eram, na realidade, dois muros, separados por uma pequena área para circulação dos soldados, que tinham ordens de atirar para matar quem tentasse atravessar a barreira. Algumas cancelas foram instaladas para os que precisassem atravessar, a maioria delas permitindo entrada apenas do ocidente para o oriente: os cidadãos de Berlim Ocidental e os estrangeiros oriundos de lá tinham pleno acesso ao outro lado, mas a recíproca não era verdadeira.

Durante quase trinta anos, o muro de Berlim foi o símbolo mais visível da Guerra Fria; não por acaso, suas quedas também estão totalmente ligadas. Em 1989, a crise generalizada no mundo comunista levou diversos países a abrirem suas fronteiras para o ocidente: inicialmente a Hungria, depois a Tchecoslováquia. Muitos alemães aproveitaram essas brechas para escapar para o lado ocidental. Em setembro, os protestos contra o autoritarismo do governo e as condições econômicas eram generalizados em Berlim Oriental, até que, em 9 de novembro, os guardas finalmente relaxaram o controle e a população de ambos os lados se encontrou pela primeira vez.



SUGESTÃO DE FILME

O aclamado filme alemão "Adeus, Lênin!" (2003) traça um panorama bem-humorado da reunificação alemã e do estranhamento dos berlinenses orientais com o modo de vida capitalista. O filme foi premiado em diversos festivais de cinema.

5.2.3 A crise dos mísseis de Cuba

Você já viu, em História da América, as circunstâncias que levaram à Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro, em 1959. Lembra-se, então, que o governo dos Estados Unidos reagiu com um enorme mal-estar ao movimento, em um país que, até aquele momento, era considerado praticamente uma colônia norte-americana. Assim que o presidente John Kennedy tomou posse, em 1961, um ataque contra o governo cubano foi executado; a chamada invasão da Baía dos Porcos, feita por emigrados cubanos apoiados pela CIA (portanto, indiretamente, pelo governo dos EUA), foi um fracasso. O único beneficiado politicamente foi Fidel Castro, que aumentou enormemente sua popularidade e encontrou o alvo perfeito a quem culpar pelas mazelas do país.

O embargo econômico dos EUA a Cuba, imposto parcialmente já em 1958 e estendido nos anos seguintes, agravou a situação do país e aproximou cada vez mais o regime de Fidel Castro da URSS. A partir do fracasso da invasão americana, a URSS viu em Cuba uma base estratégica para qualquer operação que desejasse executar contra os EUA. Assim, Krushev “alugou” uma base militar em Cuba para instalar mísseis capazes de atingir os EUA (distantes cerca de 100km), em troca de recursos financeiros e apoio militar ao exército cubano.

Quando o governo norte-americano descobriu a instalação, através de fotos tiradas de aviões militares, em outubro de 1962, estabeleceram-se tensas negociações entre os governos dos EUA e da URSS para resolver o impasse. Os Chefes de Estado-Maior dos EUA eram unânimes em propor um ataque em larga escala a Cuba; Kennedy, porém, temia que isso motivasse os soviéticos a revidar em Cuba ou em Berlim.

Os especialistas concordam, em sua maioria, em apontar a chamada **Crise dos Mísseis de Cuba** como um dos momentos mais tensos de toda a Guerra Fria. Entre 16 e 28 de outubro, o mundo parou para ver Kennedy e Krushev se envolverem diretamente nas negociações, que chegaram ao extremo de se propor o uso de armas nucleares. Ao final das negociações, o governo soviético comprometeu-se a retirar os mísseis em troca da retirada de mísseis norte-americanos na Turquia e da garantia de que não haveria outra invasão a Cuba.

Mais uma vez, a crise dos mísseis fortaleceu a posição política de Fidel Castro, que foi praticamente o único a sair fortalecido do conflito – embora as relações entre Cuba e a URSS tenham se deteriorado depois disso. Para Krushev, a crise foi um desastre: a necessidade de fazer concessões aos EUA (e a inabilidade política que o levou a iniciar a crise, para começo de conversa) levou-o a ser visto como fraco e incapaz de lidar adequadamente com crises internacionais e favoreceu sua deposição, dois anos depois.

5.2.4 A Primavera de Praga

A Tchecoslováquia do início dos anos 1960 atravessava um período de crise econômica. O modelo industrial soviético não servia bem ao país, que já era bastante industrializado antes da guerra (ver Unidade 2). Após a era stalinista, o país iniciou seu processo de abertura política, embora mais tarde do que os demais países do bloco soviético e a um ritmo mais lento. O governo de Antonín Novotný não parecia muito disposto a reabilitar os antigos dissidentes, o que só começou a acontecer por volta de 1967, quando protestos da união nacional de escritores passaram a exigir o apressamento das reformas.

Novotný, sem apoio, foi substituído no poder pelo reformista Alexander Dubček (lê-se *dubtchék*) em janeiro de 1968. Em abril, Dubček apresentou um programa ambicioso de reformas, que previa liberdade de imprensa, de movimento e de comércio, em um movimento que ele chamou de “socialismo com uma face humana”. O programa de Dubček gerou uma onda de confiança no país que ficou conhecida como “A Primavera de Praga”.

A reação soviética, no entanto, foi agressiva. Preocupado com a possível influência que um movimento reformista (e que se referia às reformas como “democratização”) pudesse ter sobre os países vizinhos, o líder soviético, Leonid Brejnev, tentou conter os ímpetos. Quando as negociações falharam, a URSS começou a considerar a possibilidade de invasão militar ao país, o que ocorreu em 20 de agosto de 1968. Dubček conclamou a população a não resistir à invasão. A invasão gerou uma onda imediata de emigrações do país, estimada em até 300 mil pessoas.



SUGESTÃO DE LIVRO/FILME

O livro **A insustentável leveza do ser** (1984), do escritor tcheco Milan Kundera, foi ambientado na Primavera de Praga. Uma adaptação para o cinema foi feita em 1988 por Philip Kaufman, com Daniel Day-Lewis e Juliette Binoche nos papéis principais.

6 O AMERICAN WAY OF LIFE

A expressão *American way of life* (‘modo de vida norte-americano’) se tornou popular nos EUA logo após a guerra como uma forma de realçar as diferenças no padrão de vida das populações dos Estados Unidos e da URSS. Essencialmente, era uma generalização da ideia de que todos têm o direito de melhorar suas condições de vida por meio do trabalho duro e de suas habilidades

personais, independente de suas condições de origem. Isso acabou por se traduzir em uma cultura de consumo de massa, de superprodução de gêneros descartáveis e inovação técnica constante, de modo a suprir necessidades que até há pouco tempo não existiam.

A glorificação do *American way of life* não foi casual; ao contrário, esta era uma arma importante na propaganda ideológica da Guerra Fria. O **modo de vida norte-americano** se tornou um conceito flexível o suficiente para abarcar tudo aquilo que se desejava considerar como “bom”, em oposição ao que se supunha ser o modo de vida comunista, visto como “mau”. Assim, além da fartura econômica, o ideal americano (que foi transmitido a todas as regiões sob a influência do país, por meio de sua indústria cultural) incluía os valores da família, da democracia, da religião, da busca da felicidade e do conforto material.

O pós-guerra foi o momento em que o *American way of life* atingiu seu esplendor. Aparentemente, todos desejavam consumir as maravilhas da sociedade moderna: geladeira, máquina de lavar roupas, aspirador de pó, automóvel, casa própria, música, cinema etc. Como efeito colateral, o modo de vida americano gerou uma sociedade de desperdício, que consome uma quantidade de recursos muito acima da média mundial. Calcula-se que seria impossível, nas condições tecnológicas atuais, garantir-se a toda a população mundial um padrão de vida semelhante ao da sociedade norte-americana; não haveria recursos no planeta para tanto.

7 A POLÍTICA NORTE-AMERICANA

A política norte-americana do pós-guerra esteve muito vinculada aos conflitos externos gerados pela Guerra Fria e por questões domésticas muito relevantes. Os EUA assumiram plenamente o papel de superpotência, interferindo diretamente em qualquer situação externa que parecesse uma ameaça à sua segurança nacional – o que, em tempos de Guerra Fria, significava qualquer mínima ameaça de avanço comunista. Embora não se acreditasse na época que a URSS estivesse tentando estender o comunismo pelo mundo, esta ameaça era um ótimo pretexto para manter a opinião pública sob controle.

7.1 O MACARTISMO E J. EDGAR HOOVER

Uma personalidade da política norte-americana dos anos 1950 foi muito representativa do clima de histeria anticomunista da época. Em 1950, o senador republicano Joseph McCarthy ganhou notoriedade ao anunciar que tinha em seu poder uma lista de membros do governo supostamente simpatizantes do comunismo. Era mentira, mas o anúncio lhe deu notoriedade imediata e lhe permitiu acusar a quem desejasse (sem nunca nomear ninguém diretamente). Os principais acusados eram membros do governo, artistas, educadores e líderes sindicais.

McCarthy organizou audiências públicas nas quais interrogava os acusados e distorcia suas declarações para fazê-los parecerem culpados, deixando-lhes poucas alternativas de defesa; em geral, para escapar às acusações, era preciso “delatar” outra pessoa, o que reiniciava o ciclo. Até 1954, quando a popularidade de McCarthy e de seus métodos começou a decair, a simples suspeita de que alguém fosse comunista era suficiente, muitas vezes, para encerrar uma carreira. Esse clima de histeria e de medo diante de acusações levianas ficou conhecido como *Macartismo*.

O clima de anticomunismo não havia surgido ali, porém; já na década de 1940, o Comitê de Atividades Antiamericanas (HUAC) havia iniciado suas atividades, cujo produto mais célebre foi a *Lista Negra de Hollywood*, que relacionava os artistas suspeitos de comunismo ou outras atividades vistas como “antiamericanas”. A Lista serviu de material para McCarthy e foi muito ampliada durante o período em que ele atuou. A tensão era ampliada pela atuação do diretor do FBI, J. Edgar Hoover (1895-1972), ferrenho anticomunista, que detinha um poder tão grande no governo a ponto de resistir no cargo a diversos presidentes que cogitaram demiti-lo. Hoover era obcecado por atividades subversivas, especialmente ligadas ao “perigo vermelho”, e utilizou-se da máquina do FBI para investigar qualquer pessoa que lhe parecesse suspeita. A grande admiração que a população e o Congresso tinham por ele, devido à sua luta contra a Máfia nos anos 1930, lhe garantia praticamente carta branca para executar suas operações. Coletou informações de praticamente todas as figuras públicas dos EUA, incluindo os presidentes, o que o tornou muito poderoso politicamente.



SUGESTÃO DE LEITURA / FILME

Diversos filmes tratam da época do Macartismo de uma forma crítica. Uma referência interessante é o filme *Cidadão Cohn* (1992), sobre a figura de Roy Cohn, assessor de J. Edgar Hoover. (Não confundir com o clássico *Cidadão Kane*, de Orson Welles).

Embora não tenha relação direta com o tema, a peça *As Bruxas de Salem*, de Arthur Miller, escrita durante o período do Macartismo (e transformada em filme em 1996, com Winona Ryder e Daniel Day-Lewis) é uma alegoria do clima de “caça às bruxas” que tomou conta dos EUA nos anos 1950.

7.2 A ERA KENNEDY

Em 1960, John F. Kennedy foi eleito presidente dos EUA. Jovem, atraente, oriundo de uma família tradicional e herói de guerra, Kennedy parecia simbolizar a era de otimismo que o país vivia. Kennedy sabia utilizar muito bem os meios de comunicação: já durante a campanha, causou uma impressão muito melhor do que seu adversário, Richard Nixon, no primeiro debate eleitoral transmitido pela televisão, o que costuma ser apontado como uma influência decisiva na sua vitória. Sua juventude e seu carisma fizeram dele um dos presidentes mais admirados da história do país, menos por sua habilidade política do que por sua condição de ‘quase *pop star*’.

Sua presidência, no entanto, não foi nada idílica. Logo no início de seu governo, Kennedy comandou a fracassada invasão da Baía dos Porcos e, em seguida, enfrentou dois outros eventos importantes relacionados à Guerra Fria: a construção do Muro de Berlim e a crise dos mísseis de Cuba. Também em seu governo iniciaram-se as movimentações que dariam origem à Guerra do Vietnã. Internamente, o país atravessava um período de transformações sociais, especialmente em relação à luta pelos direitos civis.

Kennedy foi assassinado em 22 de novembro de 1963, quando visitava a cidade de Dallas, no Texas, em um atentado supostamente organizado por um único homem, Lee Harvey Oswald. Algumas dúvidas continuaram pairando sobre o incidente, especialmente depois que Oswald foi, ele próprio, assassinado, antes de poder prestar qualquer depoimento.

Seu sucessor, Lyndon Johnson, continuou a maior parte dos programas de Kennedy e intensificou a presença norte-americana no Vietnã. De um total de 16 mil soldados em 1963, o efetivo chegou a mais de meio milhão em 1968. A entrada dos EUA na guerra se deu efetivamente a partir de 1964 e não demorou a jogar o governo em uma séria crise política, que desmoralizou o presidente e permitiu a eleição de Richard Nixon em 1968.

7.3 A PRESIDÊNCIA DE NIXON

A partir de 1966, contudo, a situação começou a se alterar quando um grupo organizado por Richard Nixon procurou manifestar as opiniões políticas do que eles chamavam a “maioria silenciosa” conservadora dos Estados Unidos. O resultado foi tão significativo que deu o tom da política norte-americana por várias décadas.

Nixon havia sido vice-presidente de Eisenhower e, após perder a eleição à presidência para Kennedy em 1960 e para o governo da Califórnia em 1962, parecia acabado politicamente. No entanto, concorreu novamente em 1968 e, ajudado pela impopularidade da guerra do Vietnã (a ponto de o presidente Lyndon Johnson abrir mão de concorrer à reeleição) e por uma bem elaborada campanha de reconstrução das bases do partido, elegeu-se presidente.

A presidência de Nixon foi marcada, no campo externo, pela necessidade de lidar com a guerra do Vietnã; Nixon, como vimos, buscou uma saída honrosa para as tropas norte-americanas, promovendo a **vietnamização** da guerra. O efetivo americano no Vietnã, que era superior a 500 mil homens em 1968, foi completamente removido cinco anos depois. Internamente, contudo, sua administração foi bastante liberal, baseada ainda no modelo keynesiano de intervenção do Estado na economia. Com isso, conseguiu reverter as taxas crescentes de inflação e desemprego.

7.3.1 A *Détente*

No início dos anos 1960, revertendo a tendência da década anterior, os governos dos EUA e da URSS procuraram se aproximar de maneira amigável, de forma a diminuir as tensões; surgiu, assim, um período denominado *Détente* (termo francês que significa ‘distensão’, ‘relaxamento’). O relaxamento das tensões vinha sendo proposto pela OTAN e pelo Pacto de Varsóvia e era, de fato, conveniente às duas superpotências.

A corrida armamentista se mostrava perigosa e fonte potencial de conflitos imprevisíveis – como ficou demonstrado na crise dos mísseis de Cuba –, além de drenar recursos muito importantes com armas que já permitiam a aniquilação completa do inimigo. No governo Kennedy, os EUA se envolveram na Guerra do Vietnã, que trouxe mais problemas do que retorno político; ao mesmo tempo, a deterioração das relações entre URSS e China trazia ao Kremlin a preocupação de uma aproximação entre o antigo aliado e os EUA. Na Europa, as tensões diminuía com a *Ostpolitik*, do chanceler da Alemanha Ocidental Willy Brandt, que buscava uma aproximação amigável com o lado oriental. Com tudo isso, era possível, e mesmo necessária, uma diminuição das tensões entre as potências nas décadas de 1960 e 1970.

A aproximação entre EUA e China, iniciada com a visita de Nixon àquele país em 1972, preocupava a cúpula soviética, de modo que o país passou a colaborar com a *Détente*. Favorecido pela nova situação, Nixon foi também à URSS e se encontrou com Brejnev, com quem assinou acordos de controle de armamentos. Após a tensão de duas décadas de Guerra Fria, as superpotências começavam um período de colaboração e de relaxamento das tensões.

A *Détente*, contudo, não significou que as ameaças à paz tivessem acabado; diversos conflitos localizados continuaram acontecendo no período (a própria Guerra do Vietnã foi um deles) e, de todo modo, as armas nucleares norte-americanas e soviéticas não foram eliminadas, e continuavam perfeitamente capazes de destruir o mundo se usadas.

Considera-se que a *Détente* tenha se encerrado no início da década de 1980, precipitada pelas consequências da Revolução Islâmica no Irã e pela invasão soviética ao Afeganistão; no fim de 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA com uma plataforma política de endurecimento das relações com a URSS.

7.3.2 A crise do petróleo

Em 1972, ano da campanha à reeleição, Nixon estava no auge de sua popularidade, e obteve a vitória mais consagrada de toda a história política norte-americana. O enorme sucesso de sua primeira administração não se repetiu no segundo mandato. Logo no início de 1973, uma séria crise financeira nas bolsas de valores colocou o país em recessão e fez a inflação explodir.



INFORMAÇÃO ECONÔMICA

Em parte, a razão da crise de 1973 havia sido o rompimento do acordo de Bretton-Woods (de 1944), que estabelecia que as moedas dos países deveriam ter um valor fixo atrelado ao valor do ouro. O dólar, que era a moeda de referência, também era atrelado ao ouro, o que dava grande estabilidade ao sistema. Isso funcionou até 1971, quando o governo de Nixon, pressionado pelo aumento da inflação e dos gastos militares com o Vietnã, sentiu-se forçado a romper com o valor fixo do dólar e sua vinculação ao ouro. O resultado foi uma desvalorização acelerada do dólar e de outras moedas do mundo.

No mesmo ano, o apoio norte-americano à Guerra do *Yom Kippur* revoltou os países árabes. Em represália, alguns desses países, que eram membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), decretaram um embargo no envio de petróleo cru aos países ocidentais, causando assim uma disparada do preço do produto. O sistema econômico, fragilizado, sofreu um impacto tremendo. A partir de 1975, contudo, a exploração em maior escala das reservas de outros países (que agora passavam a ser economicamente viáveis) aplacou a crise e, a longo prazo, diminuiu o poder de barganha da OPEP.

A crise do petróleo teve efeitos importantes sobre a sociedade. A escassez do produto incentivou a produção de automóveis mais compactos e econômicos, levou países como o Japão a investirem em indústrias mais leves, como a microeletrônica e reforçou as pressões pela busca de alternativas ao petróleo: combustíveis renováveis, energia nuclear, hidrelétrica e solar.

7.3.3 O escândalo *Watergate*

Durante a campanha à reeleição de Nixon, em 1972, iniciou-se a mais séria das crises políticas que o país havia atravessado até então. A prisão de cinco homens, acusados de invadirem o comitê do partido Democrata (a oposição) no complexo *Watergate*, em Washington, levou a uma investigação federal. No processo, descobriu-se que a cúpula do governo estava envolvida em uma série de atividades ilegais como a instalação de escutas, fraude eleitoral, invasões ilegais etc.,

tudo pago com recursos desviados. O governo Nixon tentou acobertar a situação desde o início e obstruir as investigações. Ao final, contudo, as investigações deixaram clara a participação direta do presidente no acobertamento do escândalo. Sem apoio político e sofrendo um processo de *impeachment* no Congresso, Nixon renunciou à presidência em 8 de agosto de 1974.



SUGESTÃO DE FILME

Prezado acadêmico, um filme realizado em 1976 retrata as investigações sobre o *Watergate* feitas por dois jornalistas, Bob Woodward e Carl Bernstein. O filme, intitulado *Todos os homens do presidente*, com Robert Redford e Dustin Hoffman respectivamente nos papéis-título, é baseado no livro de mesmo nome, publicado pelos dois já em 1974.

Com a renúncia de Nixon, seu vice Gerald Ford assumiu a presidência. Ford foi muito criticado, pois, assim que tomou posse, deu anistia total a Nixon, livrando-o, assim, de qualquer condenação que ele pudesse sofrer na Justiça. O impacto negativo da medida foi tão forte que os analistas políticos consideraram este o principal motivo da derrota de Ford na eleição de 1976.

7.4 JIMMY CARTER

Ainda sob o impacto de *Watergate* e da anistia a Nixon, o governador da Geórgia, Jimmy Carter, até então relativamente desconhecido, foi eleito presidente. Carter enfrentou uma série de crises durante sua presidência, que criaram na opinião pública a imagem de um presidente fraco. A mais séria delas ocorreu em 1979, com a Revolução Islâmica, que precipitou uma nova crise energética e deu origem à crise dos reféns da embaixada de Teerã. A impossibilidade de Carter resolver a situação a tempo foi fatal para a sua campanha eleitoral. Os reféns foram finalmente libertados minutos após a posse de Ronald Reagan na presidência, já em 1981.

7.5 RONALD REAGAN

Ronald Reagan, um ex-ator de Hollywood, se tornou, para muitos americanos, um símbolo de conservadorismo e firmeza, em parte devido às circunstâncias de seu governo e dos acontecimentos mundiais da época. Reagan foi eleito presidente em plena crise dos reféns da embaixada de Teerã. O país atravessava uma séria crise econômica, com altos índices de inflação e desemprego. Reagan propunha uma política de Estado mínimo, semelhante à que Margaret Thatcher adotava na Inglaterra. O sucesso de sua política econômica foi um dos fatores que lhe permitiram se reeleger com imensa facilidade.

Externamente, Reagan endureceu a relação com a URSS, encerrando a política de *détente*, após a invasão soviética ao Afeganistão e procurando desestabilizar movimentos comunistas em diversas regiões do mundo, como a América Latina. Exemplo disso é o escândalo Irã-Contras: a CIA passou a vender armas para o Irã (ao passo que o governo norte-americano apoiava formalmente o Iraque) e, em seguida, destinar o dinheiro para os rebeldes (os Contras) da Nicarágua sandinista. O governo norte-americano interveio ainda, por meio da CIA, em países como a Guatemala, El Salvador e Honduras, além de executar operações militares contra a Líbia. A partir de 1985, a eleição de Mikhail Gorbachóv na URSS abriu um novo espaço de negociações para o fim da Guerra Fria.

RESUMO DO TÓPICO 1

Neste tópico, você viu que:

- A Guerra Fria foi um conflito ideológico travado entre os EUA e a URSS, motivado pela rivalidade entre capitalismo e socialismo e pelas disputas de poder entre os dois países.
- As conferências de Yalta e Potsdam, o Plano *Marshall* e as criações da OTAN e do Pacto de Varsóvia deram origem à rivalidade entre os dois países.
- Nunca houve, na Guerra Fria, um confronto direto entre as duas potências, mas diversas guerras foram travadas indiretamente entre elas: Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, Guerra Irã-Iraque, entre outras.
- A política soviética do pós-guerra foi marcada pelos longos governos de três líderes: Josef Stálin (até 1953), Nikita Krushev (1953-64) e Leonid Brejnev (1964-82).
- A URSS interveio diretamente nos países sob seu domínio diversas vezes, como na invasão da Hungria, em 1956 e na Primavera de Praga, em 1968.
- A região da Palestina é palco de sérios conflitos desde 1947, quando o Estado de Israel foi criado, até hoje. Dentre os momentos mais importantes, incluem-se: a guerra de 1948, a Guerra dos Seis Dias de 1967, a Guerra do *Yom Kippur* de 1973 e as Intifadas (1987-91 e 2000 em diante).

AUTOATIVIDADE



- 1 Analise os interesses dos governos norte-americano e soviético a partir de 1945 e comente sobre o papel de cada um deles na deflagração da Guerra Fria.
- 2 Pesquise, dentro dos preceitos religiosos do Judaísmo e do Islamismo, elementos que dificultam a obtenção da paz na região da Palestina.
- 3 A partir das informações que você retirar dos meios de comunicação e das que você recebeu neste Caderno, redija um texto sobre o processo de paz no Oriente Médio.
- 4 Escolha algum documento das décadas de 1960 ou 1970 (pode ser um filme, um livro, uma música etc.) e analise-o a partir do contexto da Guerra Fria.



UM PANORAMA DO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA

1 INTRODUÇÃO

Como vimos anteriormente, após a Segunda Grande Guerra o mundo estava dividido entre dois regimes políticos concorrentes: o socialismo e o capitalismo. Essa ordem, chamada de “bipolar”, tinha como principais representantes os Estados Unidos e a União Soviética. Enquanto durou essa configuração política do mundo, as armas nucleares serviram como importantes mecanismos de poder. O arsenal nuclear e a força militar foram sinônimo de poder nos anos da Guerra Fria, quando o medo de uma Terceira Guerra Mundial pairava no ar, em função da lembrança das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Entretanto, com a desagregação da União Soviética no final dos anos 1980, a ordem bipolar deixou de fazer sentido e deu-se início a um novo panorama político e econômico no mundo. O poder passou a ser dividido entre diferentes nações. Formaram-se blocos regionais de poder em meio a um planeta cada vez mais influenciado pelas leis de mercado e pelo neoliberalismo, tendo como consequências, o consumo e a intensa exploração do meio ambiente. Convidamos você, então, caro acadêmico, a estudar as principais características desse tempo, tão próximo de nosso presente.



Neoliberalismo – doutrina político-econômica lançada em 1938. Resultado da adaptação do modelo liberal para as condições do sistema capitalista do século XX. Segundo essa política o Estado tem o papel de: equilibrar os preços através da estabilização financeira e monetária, gerar políticas econômicas antiinflacionárias e cambiais, e controlar os preços. Permanece a liberdade econômica, porém, o governo deve agir para controlar o dito mercado ou os grandes monopólios econômicos – multinacionais, por exemplo. A política neoliberal foi consolidada de fato na década de 1970/80. Nos governos de Margaret Thacher, do Reino Unido, Ronald Reagan dos Estados Unidos, Helmut Kohl, da Alemanha Ocidental, e mais tarde em outros países.

O fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética permitiu, entretanto, que os Estados Unidos assumissem um papel de destaque entre as potências mundiais. Esse poder permitiu, inclusive, que os norte-americanos imprimissem ações militares sem o consentimento de países europeus. Daí Demétrio Magnoli (2004) atribuir o título de “Nova Roma” aos Estados Unidos, no período posterior à queda do regime socialista soviético. Apesar da supremacia militar, os Estados Unidos tiveram que se reorganizar para manter sua posição de potência econômica no mercado globalizado.

2 “A NOVA ORDEM MUNDIAL”

A “nova ordem mundial” foi, segundo Demétrio Magnoli, um termo cunhado pelo ex-presidente dos Estados Unidos George H. Bush na década de 1980, às vésperas da desintegração da União Soviética. (MAGNOLI, p.170, 2004). Essa expressão serve para entender o mundo após o fim da ordem bipolar dos anos da Guerra Fria (1945-1991). O fim da URSS é, então, o marco inicial desse período histórico de globalização acelerada e de fragmentação do mundo em blocos econômicos de poder.

Destacamos como características da “nova ordem mundial” os seguintes pontos:

- Aceleração do processo de globalização.
- Dissolução do bloco socialista.
- Formação de blocos econômicos supranacionais.
- Hegemonia dos Estados Unidos.
- Intensificação das ações terroristas.

Nesse tópico abordaremos esses pontos, trazendo informações gerais, leituras complementares e indicações de leituras para que você possa aprofundar seus conhecimentos sobre o assunto. Lembre-se, no entanto, que a “nova ordem mundial” não é um período homogêneo, tão pouco um tempo de paz e felicidade. Os conflitos nacionalistas e étnicos entre nações e os problemas socioeconômicos nas grandes cidades continuam fazendo vítimas em pleno século XXI.

3 GLOBALIZAÇÃO

O conceito de globalização foi criado na década de 1980 e serve para caracterizar o avanço do capitalismo, associado ao desenvolvimento das telecomunicações e dos transportes. A globalização pressupõe um mundo unido pelo modelo econômico capitalista. Ou seja, um mundo voltado para a produção industrial em grande escala, que depende da livre circulação de mercadorias e de capitais. Nesse sentido, a globalização é uma etapa avançada do capitalismo, ligada ao acelerado desenvolvimento tecnológico.

Segundo Octavio Ianni, o fim do século XX assinalou uma transformação mundial com o “intenso processo de globalização das coisas, gentes e ideias”. Essa transformação está marcada, todavia, pelo:

Desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão internacional do trabalho, ultrapassaram fronteiras geográficas, históricas e culturais. (IANNI, 2002, p. 208).

O processo de globalização, enquanto processo de intercâmbio econômico e cultural entre “mundos” diferentes, teve início no século XVI, com as Grandes Navegações. O período das descobertas aproximou sociedades completamente distintas: a americana e a europeia. Foi a busca de novas rotas para as Índias que promoveu o encontro entre mundos. O planeta começou então a ser mapeado pelos povos europeus, que disseminaram suas culturas, mas também suas doenças. Não podemos esquecer que o processo de globalização foi seguido pela política colonialista, que através das armas, procurou dominar os povos considerados inferiores (índios americanos, africanos e asiáticos).

Uma segunda “etapa” do processo de globalização se deu com a Revolução Industrial. Os transportes terrestres, em especial o trem de ferro e os marítimos, com os navios a vapor, serviram para encurtar distâncias e acelerar o processo de encontro entre sociedades, mas também, para difundir as práticas da civilização capitalista.



Um dos exemplos históricos desse processo foi a conquista do oeste americano no século XIX. As terras dos “índios” foram sendo ocupadas e comercializadas, ao mesmo tempo em que as diversas nações indígenas foram sendo massacradas e assimiladas. Sobre esse assunto sugiro a leitura do seguinte livro: BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. São Paulo : L&PM, 2008.

A Revolução Industrial também promoveu transformações nas relações de trabalho. A mão de obra passou a ser assalariada. Os trabalhadores passaram, então, à condição de consumidores de produtos industrializados. A Inglaterra, nessa fase, foi o país mais industrializado e que detinha a maior marinha armada.

Porém, ao longo do século XX os Estados Unidos assumiram a hegemonia econômica e militar no ocidente. Essa supremacia foi sustentada durante a Guerra Fria, como vimos anteriormente. Entretanto, após a desagregação da União Soviética e o fim do socialismo de estado, os Estados Unidos saíram do foco das atenções. Foi o momento em que surgiram alianças regionais entre países que buscavam autonomia política e econômica. A década de 1990 deu início, então, a uma terceira fase do desenvolvimento capitalista e da relação entre “mundos”.

A globalização é consequência da Terceira Revolução Industrial, que, a partir da segunda metade do século XX, promoveu o desenvolvimento e comercialização de produtos do universo da informática e da robótica. Essa revolução caracteriza-se, de maneira geral pela associação entre pesquisa e produção, entre universidade e indústria. Por isso, o valor da mercadoria está relacionado mais ao conhecimento empregado para sua produção e menos às matérias-primas que a constitui. Entre os produtos na nova era estão o computador e o *software*, que passam a fazer parte do cotidiano de diferentes sociedades do globo.

Segundo Octavio Ianni:

A sociedade global é um universo de objetos, aparelhos ou equipamentos móveis e fugazes, atravessando espaços e fronteiras, línguas e dialetos, culturas e civilizações. Ao tecer a economia e a política, a empresa e o mercado, o capital e a força de trabalho, a ciência e a técnica, a eletrônica e a informática, tece também os espaços e os tempos, as nações e os continentes, as ilhas e os arquipélagos, os mares e os oceanos, os singulares e os universais. O mundo se povoa de imagens, mensagens, colagens, montagens, bricolagens, simulacros e virtualidades. Representam e elidem a realidade, vivência e experiência. Povoam o imaginário de todo o mundo. Elidem o real e simulam a experiência, conferindo ao imaginário a categoria da experiência. As imagens substituem as palavras, ao mesmo tempo que as palavras revelam-se principalmente como imagens, signos plásticos de virtualidade e simulacros produzidos pela eletrônica e a informática. Esses objetos, aparelhos ou equipamentos, tais como o computador,

televisão, telefax, telefone celular, sintetizador, secretária eletrônica e outros, permitem atravessar fronteiras, meridianos e paralelos, culturas e línguas, mercados e regimes de governo. Estão articulados entre si, segundo a mesma sistemática, em geral a mesma língua, predominantemente o inglês. E permitem transmitir, modificar, inventar e transfigurar signos e mensagens que se mundializam, correm o mundo de modo instantâneo e desterritorializado, elidindo a duração. Criam a ilusão de que o mundo é imediato, presente, miniaturizado, sem geografia nem história. (2002, p. 219).

Convidamos você, caro acadêmico, a fazer uma leitura do texto retirado do livro: “História do mundo contemporâneo” (2008, p. 223-224), que traz uma síntese dos aspectos mais significativos do processo de globalização.

A globalização representa o elemento dominante da história mundial nos anos 1990. Este fenômeno tem recebido definições técnicas bastante restritivas, tais como “o aumento do comércio internacional num percentual superior ao aumento da produção dentro dos países”, “a internacionalização do capital financeiro” ou “a mundialização da produção industrial, segmentada por diferentes países”. Estas características, contudo, representam sobretudo manifestações de um processo impulsionado fundamentalmente pela concorrência em busca de maior competitividade e de mercados consumidores. Tal competição, por sua vez, tem sido dinamizada e condicionada pela revolução científico-tecnológica.

Além disso, o processo de globalização tem sido apresentado como um fenômeno de abertura simultânea das economias nacionais, a qual teria como resultado uma mundialização homogeneizada. Contudo, a globalização é seletiva, pois visa determinadas regiões, atividades e segmentos sociais a serem integrados mundialmente. Desta forma, enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial e agravando ainda mais a concentração de riquezas em termos nacionais e sociais.

O colapso do campo soviético e o fim da Guerra Fria aprofundaram ainda mais tais tendências no início da década de 1990. A ausência de um inimigo externo permitiu o aprofundamento da globalização, o triunfalismo do discurso neoliberal e o refluxo das forças políticas de esquerda. Parte delas desertou e outros procuraram adaptar-se aos valores liberais, enquanto o restante ficava extremamente isolado. Assim, algumas elites político-econômicas anunciaram a “morte do socialismo e das esquerdas”, bem como o “próprio fim da História”.

O capitalismo neoliberal triunfante passou de um discurso antiestatista libertador à prática explícita da redução de salários, eliminação de postos de trabalho e esmagamento de direitos sociais conquistados com imensos sacrifícios ao longo de mais de um século. Assim, as contradições do capitalismo aguçaram-se e, na falta de uma oposição de esquerda e de um desafio socialista,

suas práticas e efeitos políticos e econômicos tornaram-se ainda mais explícitos e radicalizados. Além disso, durante os anos 1980, a Nova Guerra Fria e a crise do socialismo haviam servido para abafar os efeitos do neoliberalismo, que só nos anos 1990 puderam ser vistos e sentidos cruamente. Foi então que este sistema mostrou-se abertamente como estratégia não apenas de recuperação do crescimento capitalista, mas também de destruição das bases sociais operárias organizadas, isto é, como reformas econômicas com objetivos claramente sociais e políticos.

O Terceiro Mundo, por sua vez, foi submetido a novas formas de dominação a partir da ação de instituições disciplinadoras como o Banco Mundial, o FMI, a Organização Mundial de Comércio e o Conselho de Segurança da ONU, direta ou indiretamente controlados pelos Estados Unidos. Subordinado o Terceiro Mundo, derrotados e integrados ao mercado global os países do antigo campo soviético e estabelecidas as regras político-econômicas para o estabelecimento de uma “nova ordem mundial”, a competição acelerou-se entre os polos dominantes do capitalismo internacional, adquirindo progressivamente um caráter de rivalidade, embora dentro de um sistema fortemente interdependente.

Na falta de oposição significativa, o capitalismo desenvolveu forte tendência a radicalizar suas formas, antigamente condicionadas externamente pela Guerra Fria e internamente pela social-democracia. Este fenômeno propiciou uma aceleração do processo de reestruturação econômica e, conseqüentemente, da concorrência e rivalidade interpolos. Uma manifestação desta situação foi a rápida formalização de novos processos de integração, como o Mercosul e o Nafta (Acordo de Livre-Comércio da América do Norte), entre outros, bem como o estabelecimento de alianças entre alguns, em detrimento de outros.

FONTE: VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analucia. **História do Mundo Contemporâneo: da pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008.



Assim, podemos concluir que o atual processo de globalização teve como principais características os seguintes pontos:

- Rápidas transformações tecnológicas.
- Transformações nas estruturas econômicas dos países com os acordos regionais.
- Aceleração do comércio internacional.
- A redução da capacidade dos Estados de controlar suas políticas econômicas.
- A crescente importância da esfera financeira.
- A interconexão dos mercados financeiros.
- A liberalização das principais economias (neoliberalismo).
- A crescente diferença entre as economias capitalistas desenvolvidas e as emergentes (Terceiro Mundo).
- A tendência à conversão de todos os habitantes do planeta em consumidores de produtos culturais padronizados.

4 A QUEDA DO MURO DE BERLIM

O muro que dividia a cidade de Berlim, na Alemanha, foi um significativo marco simbólico do conflito mundial envolvendo nações capitalistas e socialistas. Ele começou a ser construído em 1961, pelo governo soviético, para impedir a migração da população para o lado capitalista da cidade. O Muro (chamado de “cortina de ferro”) foi derrubado em 1989 e sua queda representou, de fato, o fim da Guerra Fria.



FIGURA 18 – FILME “ADEUS, LÊNIN!”

Sobre a queda do muro de Berlim indicamos o filme “Adeus, Lênin!”. Ele apresenta, de maneira irreverente, as transformações culturais provocadas pelo capitalismo na Alemanha socialista, momentos antes da derrubada do muro.

FONTE: Disponível em: <<http://revistahometheater.uol.com.br/site/img/upload/463555.jpg>>. Acesso em: 9 jan. 2009.



O Muro de Berlim separava a Alemanha em duas partes: o lado socialista estava sob a influência da União Soviética e denominava-se República Democrática da Alemanha (RDA), já o lado capitalista era influenciado pelas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial: França, Inglaterra e Estados Unidos, e denominou-se República Federal da Alemanha (RFA). Ou simplesmente, a Alemanha após 1945 passou a ser dividida em: Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.

FIGURA 19 – MURO DE BERLIM TOMADO



FONTE: Disponível em: <http://www.dw-world.de/image/0,,322101_4,00.jpg>. Acesso em: 9 jan. 2009.



Vale a pena também fazer uma visita à “exposição virtual” que tem como tema o Muro de Berlim. As fotografias são do fotógrafo Jürgen Müller. Para visitar acesse o seguinte site:<<http://www.dieberlinermauer.de/berlimmurohome1024/berlimmurohome1024.html>> Bom passeio.

O texto de Luiz Augusto Carvalho traz representações sobre a queda do muro de Berlim e discute ainda determinados aspectos, negativos e positivos, do socialismo.

Caiu o muro, viva Gorbachev

Caiu o muro. Na noite de 09 de novembro de 1989, uma quinta-feira cinzenta de outubro, esta notícia se espalhou pelas duas Berlins, Ocidental e Oriental, capitalista e socialista. Milhares de pessoas foram fazer o teste, foram ver para crer e passaram sem controle por uma das fronteiras mais sensíveis e bem definidas do mundo, o Muro de Berlim, que separou duas partes de uma cidade de mais de três milhões de habitantes e, mais do que isso, limitou dois mundos, dois sistemas políticos e econômicos antagônicos. Chamado pela imprensa ocidental de “muro da vergonha”, na verdade ele simbolizava muitas vergonhas: a vergonha da Guerra Fria, das tentativas do Ocidente de desestabilizar os países da Europa Oriental, do *roll back*; a vergonha do stalinismo impondo regimes socialistas *manu militari*; a vergonha de um socialismo caricatural, sem participação, sem eficiência econômica; e uma vergonha de origem, o nazismo alemão que levou à II Guerra Mundial, à destruição e subsequente divisão da Europa.

As mudanças políticas na Europa Oriental surpreenderam pela sua rapidez, profundidade e caráter pacífico (exceção trágica da Romênia). O que os poloneses alcançaram em dez anos, os húngaros conseguiram em dez dias. O que significam essas mudanças? Para a direita europeia, a resposta é clara. Como se exprimiu um comentarista político alemão: “A Guerra Fria terminou. Nós ganhamos”. E uma grande parte da população dos países do Leste também pensa assim. Um representante do Solidariedade polonês declarou à imprensa alemã: “O comunismo morreu. Nós queremos o sistema econômico que deu certo no mundo inteiro, a economia de mercado”. Uma afirmação difícil de engolir para os povos do Terceiro Mundo, onde a economia de mercado deu inflação, endividamento, miséria, fome – só deu certo para os ricos.

Significam essas mudanças, essa “revolução pelo capitalismo”, o fim da utopia socialista, do sonho de uma sociedade mais justa e igualitária, de riquezas melhor distribuídas, da felicidade de todos como condição da felicidade de cada um? Pelo menos temos de aprender algumas lições do fracasso do chamado socialismo real do Leste Europeu. Talvez a principal delas: socialismo só se constrói com o consentimento e a participação ativa da população, com fortes organizações de base, uma sociedade civil bem articulada; em outras palavras, com democracia, oposição, liberdade, aquela liberdade de que falava Rosa Luxemburgo, a liberdade de quem pensa diferente. Outra lição: socialismo não é estatização da economia, mas controle dos meios de produção pela sociedade no sentido de maior eficiência econômica e melhor distribuição da renda. E socialismo sem possibilidade e espaço econômico, social, político e cultural para a realização pessoal, sem a mediação entre o coletivo e o individual, não funciona.

Na verdade, as necessidades do socialismo burocrático do Leste europeu criaram as próprias condições para sua contestação. Fatores positivos, como um sistema educacional abrangente, saúde de graça para todos, assistência para as famílias, formação profissional, pleno emprego, ajudaram a constituir a sensibilidade para o que estava faltando: restrições do consumo individual, liberdade de ir e vir, de pensar e ser diferente. E a revolução no Leste Europeu foi, como quase todas as revoluções, uma revolução de jovens. A necessidade de viajar, de sair de seu ambiente, de ver e pensar outras coisas não é algo superficial e individualista, ainda mais quando estamos falando de sociedades onde as necessidades básicas da população foram satisfeitas. (Ramalho, 1990, p.42)

FONTE: RAMALHO, Luiz Augusto. **Caiu o muro, viva Gorbachev**. Tempo e Presença. Rio de Janeiro: CEDI, jan. fev. 1990. p. 42.

5 O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA

O governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) imprimiu as políticas que encerraram o governo socialista autoritário de Stalin (1945-1953), que até 1985 foi comandado pelo Partido Comunista. Entre as ações governamentais adotadas por Gorbachev destacou-se a *glasnost* (transparência ou abertura/liberalização política) e a *perestroika* (reestruturação econômica).

FIGURA 20 – MIKHAIL GORBACHEV



FONTE: Disponível em: <http://www.scu.edu/ethics/architects-of-peace/Gorbachev/resources/portrait_hr.jpg>. Acesso em: 9 jan. 2009.

A crítica ao autoritarismo de Stalin já havia sido feita em 1956 no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética por Nikita Krushev (1953-1964), então líder do Partido Comunista. Krushev liderou o movimento antistalinista e planejou uma aproximação entre a União Soviética e os países capitalistas, mas essa aproximação não se concretizou. Depois de Krushev os dirigentes: Brejnev, Andropov e Tchernenko, mantiveram a União Soviética sob o controle centralizado do Partido Comunista.

Porém, após Krushev, as reformas políticas e econômicas que buscavam modernizar o país chegaram com Gorbachev, que acreditava na *perestroika* como uma:

necessidade urgente que surgiu da profundidade dos processos de desenvolvimento em nossa sociedade socialista. Esta se encontra pronta para ser mudada e há muito tempo que anseia por mudanças. Qualquer demora para implantar a *perestroika* poderia levar, num futuro próximo, a uma situação interna exacerbada que, em termos claros, constituiria um terreno fértil para uma grave crise social, econômica e política. (GORBACHEV, 1987).

Gorbachev em seu livro: “*Perestroika: novas ideias para meu país e o mundo*”, apresenta os seguintes males da economia soviética:

- Os desperdícios de matérias-primas.
- O descaso em relação à demanda dos consumidores.
- A despreocupação quanto à qualidade dos produtos manufaturados.
- E, a simples preocupação em produzir em grandes quantidades.

FONTE: Reis Filho, (2002, p.167).

O desafio do governo de Gorbachev foi, então, elaborar uma política econômica que fizesse a transição do regime socialista regionalizado para o sistema capitalista mundializado. Em 1991 foi reconhecido o fim da União Soviética ao mesmo tempo em que Mikhail Gorbachev deixara o governo. A partir daí, os estados que faziam parte da URSS foram conquistando sua independência e formando países soberanos. Do desmembramento da União Soviética surgiram: “Rússia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldova (eslavos); Estônia, Letônia, Lituânia (no Báltico); Armênia, Geórgia, Azerbaijão (no Cáucaso); Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Quirguiztão e Tadjiquistão (na Ásia Central Muçulmana)”. (VISENTINE; PEREIRA, 2008, p. 219).

Boris Yeltsin assumiu em 1991 a presidência da Rússia (Federação Russa), apoiado pelos liberais, que impediram, naquele mesmo ano, um golpe de estado planejado pelos comunistas contra o governo de Gorbachev. Yeltsin foi o primeiro presidente eleito da Rússia. O presidente articulou a formação da Comunidade dos Estados Independentes – CEI, como tentativa de construir uma

comunidade integrada com os países ex-membros da URSS. O governo de Yeltsin ficou marcado, entretanto, pela corrupção; crise econômica; e a guerra contra a Chechênia (1994). A Chechênia era uma importante região russa produtora de Petróleo que lutava pela independência. Na verdade, as dificuldades enfrentadas pela Rússia na década de 1990 refletiram o complicado processo de transição da economia socialista para a economia de mercado.

Com o fim da União Soviética, restaram apenas quatro países socialistas: Cuba, Coreia do Norte, Vietnã e China. Porém, esses países passaram a adotar práticas econômicas capitalistas. “Os dois primeiros associando o capital internacional às empresas estatais e os dois últimos introduzindo reformas econômicas de mercado, mas todos conservando os regimes políticos calcados no partido-Estado de inspiração leninista”. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 219).

6 A FORMAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS

O fim da União Soviética encerrou a bipolarização do mundo e levou os países a construir uma nova configuração econômica. Em consequência do acelerado processo de globalização do final do século XX, os estados nacionais passaram a formar blocos econômicos regionais como forma de assegurar a competitividade no mercado internacional.

Entre as principais medidas adotadas pelos blocos “macrorregionais” podemos destacar a redução das barreiras alfandegárias, que tinha o objetivo de facilitar as trocas comerciais e financeiras entre os países. Assim, as nações poderiam atuar de maneira conjunta no mercado internacional, aumentando a produtividade e ampliando os mercados consumidores. Nesse sentido, passa haver uma maior racionalização da produção, que visa maximizar as potencialidades de lucro por meio de um planejamento que acabe com os desperdícios causados por rivalidades nacionais. De maneira geral, busca-se uma livre circulação de mercadorias e capitais, uma “fluidez” nas relações comerciais, entre os países membros de um bloco.

Entretanto esse processo é seletivo e excludente. “Enquanto certas áreas e grupos são integrados globalmente, outros são excluídos desta gigantesca transformação, conduzindo a uma diversificação cada vez maior do espaço mundial, e agravando ainda mais a concentração de riqueza em termos nacionais e sociais”. (VISENTINI; PEREIRA, 2008, p. 223).

Entre os grandes blocos internacionais estão:

- O bloco americano, denominado Nafta (*North America Free Trade Agreement* – Acordo de Livre Comércio da América do Norte), que integra: os Estados Unidos, Canadá e México. O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio foi assinado em 1º de janeiro de 1994, como estratégia dos Estados Unidos para competir com o bloco europeu que vinha se formando desde o final da década de 1980.

- O bloco do Pacífico, formado por países asiáticos. Nele estão integrados os chamados “Tigres Asiáticos”: Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong, Cingapura, Malásia, Tailândia e Indonésia; e o Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Hong Kong e Taiwan.
- O bloco europeu, formado pela União Europeia (1992). Agrega um total de quinze países: França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Holanda, Luxemburgo, Bélgica, Irlanda, Dinamarca, Espanha, Grécia, Portugal, Áustria, Finlândia e Suécia.
- O bloco sul-americano, formado pelo Mercosul (1991), que integra o Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia.

O mapa a seguir traz um panorama da nova configuração do mundo com a integração de estados nacionais em blocos de poder.

FIGURA 21 – CONFIGURAÇÃO DE BLOCOS ECONÔMICOS REGIONAIS



FONTE: Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/geografia/apec>>. Acesso em: 31 out. 2018.

APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) – Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Hong Kong, Indonésia, Japão, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua-Nova Guiné, Peru, Filipinas, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, Estados Unidos da América, Vietnã. **ALENA** (ou **NAFTA**, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) – Estados Unidos da América, Canadá e México. **ZLEA** (**ALCA**, Área de Livre Comércio das Américas). **EU** (União Europeia) – Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Itália, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Grécia, Áustria, Finlândia e Suécia. **ASEAN** (Associação das Nações do Sudeste Asiático) – Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja.

A constituição de blocos econômicos põe em questão, por outro lado, a própria soberania dos estados nacionais modernos, uma vez que as políticas internas dos países passaram, progressivamente, a contar com as determinações de instituições internacionais de financiamento, como o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse é um importante assunto a ser pensado na atualidade. Afinal, qual a autonomia política dos países e de sua população diante da globalização? Para refletir sobre essa questão trazemos um texto do sociólogo Octavio Ianni.

A política mudou de lugar

A globalização desafia radicalmente os quadros de referência da política, como prática e teoria. Há categorias básicas da ciência política que parecem ter perdido a vigência ou estão necessitando de reelaboração. Dadas as transformações geostóricas em curso no século XX, são bastante evidentes os desenvolvimentos da transnacionalização, mundialização ou, mais propriamente, globalização. São transformações que não só atravessam a nação e a região, mas que também conformam uma realidade geostórica de envergadura global. Trata-se de uma realidade emergente, porém já bastante evidente e, simultaneamente, carente de categorias interpretativas.

Entre as categorias do pensamento político que parecem desafiadas pelos dilemas e horizontes que se abrem com a globalização estão: sociedade civil, Estado, partido político, sindicato, movimento social, opinião pública, povo, classe social, cidadania, soberania e hegemonia, entre outras. À medida que essas e outras categorias foram elaboradas com base na dinâmica da sociedade nacional, como emblema por excelência das ciências sociais, provavelmente elas pouco ou nada respondam às exigências da reflexão sobre a dinâmica da sociedade mundial. Sim, as relações, os processos e as estruturas de dominação, mais característicos da sociedade global, como novo emblema das ciências sociais, podem estar criando desafios radicais à política, como prática e teoria.

Cabe reconhecer, desde o início, que está em curso uma crise generalizada do Estado-Nação. A crescente transnacionalização da economia não só reorienta como reduz a capacidade decisória do governo nacional. Em praticamente todos os setores da economia, sem esquecer as finanças, as injunções externas são, com frequência, decisivas para a adoção de diretrizes por parte do governo.

Também no campo dos transportes, habitação, saúde, educação e meio ambiente cresceram muito as sugestões, os estímulos, as orientações, os financiamentos e as imposições de organizações multilaterais, dentre as quais destacam-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird). Sem esquecer que, muitas vezes, as diretrizes dessas organizações articulam-se com os interesses das corporações transnacionais ou dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

Sendo assim, está em causa a crise do princípio da soberania nacional. Ao intensificarem e generalizarem as injunções “externas”, as condições e as possibilidades da soberania alteram-se, redefinem-se e também reduzem-se. Se cresce a importância das injunções “externas”, configurando a dinâmica da globalização, pode reduzir-se a importância das forças sociais “internas”, no que se refere à organização e às diretrizes do poder estatal. Daí o hiato crescente entre a sociedade civil e o Estado. São evidentes os descompassos entre as tendências de boa parte da sociedade civil quanto aos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais e às diretrizes que o Estado é levado a adotar. Talvez se possa dizer que, enquanto a sociedade civil está predominantemente determinada pelo jogo das forças sociais “internas”, o Estado parece estar crescentemente determinado pelo jogo das forças sociais que operam em escala transnacional. Um aspecto particularmente esclarecedor desse impasse revela-se no âmbito da reforma do Estado. São muitos os países nos quais o Estado vem sendo reestruturado, com a desregulação da economia, privatização das empresas produtivas estatais, abertura de mercados, reforma dos sistemas de previdência social, saúde, educação, etc. Em todos esses casos, é evidente a interferência de injunções “externas”, através das corporações transnacionais e das organizações multilaterais, cujas diretrizes, em geral, se conjugam. Sem esquecer que as injunções “internas”, isto é, aquelas relativas aos setores sociais subalternos, têm escassa ou nenhuma presença na maneira pela qual se realiza a reforma do Estado. Daí o divórcio entre as tendências fundamentais da sociedade civil e as orientações predominantes no Estado. Sim, as tensões entre o globalismo e o nacionalismo, traduzidas nas diretrizes e práticas neoliberais, agravam os desencontros entre as tendências reais ou potenciais da sociedade civil e as orientações que se impõem, ou são adotadas, no âmbito do aparelho estatal.

FONTE: Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03_01.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

7 O TERRORISMO CONTEMPORÂNEO

Os atentados terroristas ganharam notoriedade na mídia internacional nos últimos anos, em função do ataque às torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque. Como divulgado na mídia, esses ataques foram orquestrados por terroristas ligados a Al-Qaeda.

A destruição do *World Trade Center* deu início, no governo de George W. Bush, a “guerra contra o terror”. Nessa guerra, o inimigo dificilmente pode ser localizado e todas as ações militares servem de justificativa para invadir países e bombardear cidades desguarnecidas. Nesse caso, o terrorismo é combatido com terrorismo. Se os atentados terroristas são ataques surpresa contra uma população desarmada, a “guerra contra o terror”, liderada pelos Estados Unidos, atingiu, e atinge, não só os grupos terroristas, mas a população de maneira geral, disseminando o terror e a destruição através de armas altamente sofisticadas.

Um exemplo disso foi a guerra contra o Iraque em 2003 – um dos países integrantes do chamado “eixo do mal” (além do Irã e da Coreia do Norte). A Guerra do Iraque foi uma guerra preventiva, “contra o terror”. A lógica foi a seguinte: antes que os Estados Unidos pudessem ser atacados por alguns de seus inimigos do “eixo” (ainda não se sabe através de que meios) eles deveriam partir para o ataque e destruir o poder de fogo do inimigo. Porém, os Estados Unidos não estão interessados apenas em desmantelar o chamado “eixo do mal”, mas especialmente em controlar uma das maiores regiões produtoras de petróleo do mundo: o Oriente Médio.

FIGURA 22 – FUGA APÓS O ATENTADO TERRORISTA EM NOVA IORQUE



FONTE: Disponível em: <<http://www.ateneohyv.com.ar/Galeria/04/terrorismo.jpg>>. Acesso em: 9 jan. 2009.

Em relação aos atentados de 11 de setembro de 2001 Paulo Visentini e Analúcia Pereira dizem o seguinte:

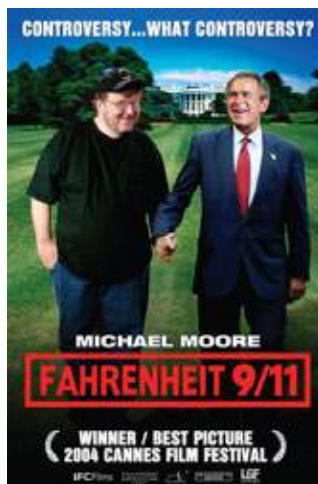
Não foi fornecida nenhuma prova concreta sobre a autoria dos atentados. Aliás, talvez nunca se venha a saber exatamente a real dimensão da trama. É cada vez mais difícil crer que os primitivos “homens das cavernas” afegãos tivessem condições de, sozinhos, idealizar e executar um atentado tão complexo e eficaz. Mas, mais interessante que as raízes do atentado, foi a resposta da Guerra ao Terrorismo. Mais do que simplesmente desarticular a rede terrorista, os Estados Unidos desejavam, em termos geopolíticos, cravar uma cunha entre a Rússia e a China, confirmada plenamente. Um dos objetivos parece ser o de inviabilizar a Organização de Cooperação de Xangai, bem como de debilitar a aliança da China com países como Paquistão e Índia e privá-la dos recursos petrolíferos da região, obstaculizando seu crescimento econômico.

Por outro lado, a “guerra contra o terrorismo”, instrumentalizada como guerra contra o mundo árabe e islâmica, serviu para inviabilizar qualquer possibilidade de acordo Israel-Palestina, uma vez que a ação dos radicais palestinos se expressa (por vontade deliberada ou falta de opção) sob a forma de atentados terroristas suicidas. Portanto, este problema específico se dilui na agenda antiterrorista mais geral. (2008, p. 243).

Assim, devemos entender a “guerra contra o terror” como parte das estratégias de poder dos Estados Unidos e de seus aliados para assegurar o domínio político e econômico sobre áreas de conflito no Oriente Médio. Por sua vez, o inimigo do “ocidente civilizado”, construído pela mídia, está associado geralmente aos “bárbaros” dos países árabes de cultura islâmica. Devemos estar atentos, pois a guerra na atualidade é travada principalmente através dos meios de comunicação de massa e, geralmente, a mídia apresenta os fatos de forma simplificada e tendenciosa.

Sugerimos que você assista o documentário de Michel Moore, “Fahrenheit”, ele faz uma análise crítica dos atentados de 11 de setembro! É mais um meio de informação para entendermos o ataque direto aos Estados Unidos.

FIGURA 23 – CAPA DO DOCUMENTÁRIO FAHRENHEIT 9/11



FONTE: Disponível em: <<http://www.cinepop.com.br/filmes/fahrenheit.htm>>. Acesso em: 9 jan. 2008.

Sinopse: “Fahrenheit 11 de setembro” é uma dura análise da administração do governo Bush após os trágicos eventos de 11 de setembro, feita pelo cineasta ganhador do Oscar Michael Moore. Com seu humor característico e obstinado compromisso de revelar os fatos, Moore contempla a presidência de George W. Bush e onde ela está nos levando. Ele olha como - e porque - Bush e seus conhecidos evitaram associar o 11 de setembro aos Sauditas, ignorando o fato de que 15 dos 19 sequestradores eram Sauditas e de que foi dinheiro saudita que fundou a Al Qaeda.

“Fahrenheit 11 de setembro” mostra uma nação mantida em medo constante por alertas do FBI e passiva diante de uma nova legislação, o “*Patriot Act*” (ato patriótico), que infringe direitos civis básicos. É nesta atmosfera de confusão, suspeita e terror que a administração Bush fez sua abrupta guerra rumo ao Iraque - e “Fahrenheit 11 de setembro” nos leva dentro desta guerra, para contar histórias exclusivas, ilustrando o cruel custo de vidas de soldados norte-americanos e de suas famílias.

FONTE: Disponível em: <<http://www.cinepop.com.br/filmes/fahrenheit.htm>>. Acesso em: 9 de jan. de 2008.

É importante observar que a mídia transformou o terrorismo em evento globalizado. O terrorismo contemporâneo ganhou visibilidade através dos meios de comunicação de massa. Em especial através da televisão. É, aliás, através da mídia que formamos nossa opinião sobre o próprio terrorismo.

Mas o que é terrorismo? Vejamos o que diz o dicionário Houaiss.

- 1 Modo de impor a vontade pelo uso sistemático do terror.
- 2 Emprego sistemático da violência para fins políticos, especialmente a prática de atentados e destruições por grupos cujo objetivo é a desorganização da sociedade existente e a tomada do poder.

Noam Chomsky, por sua vez, critica a definição de terrorismo. Ele parte da definição de terror do manual do exército norte-americano, para sustentar sua opinião. Segundo o referido manual: “Terror é o uso premeditado da violência ou da ameaça de violência para atingir metas ideológicas políticas ou religiosas mediante intimidação, coerção ou instilação do medo” (2009). Essa definição de terrorismo parte do pressuposto de que ele é praticado por grupos relativamente pequenos, comparado à população de um país. Segundo Chomsky essa definição de terrorismo é equivocada, pois nos remete a determinados atos de grupos extremistas isolados, e nunca às ações militares planejadas por potências mundiais. Para Chomsky as guerras contra o “terror”, denominadas de “guerra de baixa intensidade”, financiada especialmente pelos Estados Unidos, “é apenas um outro nome para terrorismo” (2009).

Por outro lado, o terrorismo de grupos específicos (nacionalistas ou fundamentalistas) pode ser financiado por países. Isso aconteceu, por exemplo, quando os Estados Unidos forneceram armas e treinamento aos guerrilheiros do Afeganistão para que pudessem enfrentar os russos, que invadiram o país em 1979. Assim, segundo Chomsky, uma nação também comete atos terroristas. Vejam o “terrorismo de estado” praticado pelos estados totalitários, fascista e nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.



Sugerimos a leitura do texto de Noam Chomsky intitulado “A nova guerra contra o terror”. Nesse texto ele tece uma profunda crítica à mídia impressa e televisiva, mas principalmente às ações militares dos Estados Unidos no mundo. O texto está disponível no *site* da *SciELO*, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100002&lng=pt&nrm=iso>.

Por outro lado, o texto de Francisco de Assis Penteado Mazetto, denominado “O terrorismo na história”, é uma boa referência para pensar o conceito de terrorismo e os diferentes tipos de terrorismo. Acesse e boa leitura. <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Terrorismo.pdf>>.

Terrorismo é um termo controverso e é geralmente confundido com resistência. Se o terrorismo é uma tática de guerra que objetiva incitar o medo e submeter uma população, a resistência, por outro lado, é uma forma de luta legítima contra o exército invasor estrangeiro. Em alguns casos terrorismo e resistência se confundem. Os ataques contra as forças norte-americanas no Iraque são atos terroristas ou atos de resistência?

O terrorismo faz parte da história da civilização. Desde a antiguidade existem casos de atos de terror. As táticas de guerra do Império Romano incluíam práticas de estupros e saques contra os povos vencidos. Podemos também citar as cruzadas nos séculos XII e XIII, que massacraram milhares de pessoas.

Porém, há diferenças entre o terrorismo no passado e o terrorismo na atualidade. Este está intimamente ligado ao mundo globalizado, relacionado diretamente à sociedade da imagem, da informação. Um ato como o de 11 de setembro pôde ser visto por milhares de pessoas em todo o mundo. A mídia amplifica a dimensão do terror. Para ilustrar o que estamos querendo dizer, que tal ler o texto de Francisco Paulo de Melo Neto? Ele faz justamente uma reflexão sobre a relação entre imagem da mídia e o terrorismo.

LEITURA COMPLEMENTAR

O MARKETING DO TERROR

Francisco Paulo de Melo Neto

O *marketing* do terror é um tipo de *marketing* às avessas. Suas ações e características constituem o avesso do que denominamos de *marketing* moderno.

Utiliza as redes de TV como promotores do seu espetáculo trágico e bárbaro. Não é uma mídia para si, mas contra si. Não investe em mídia. É a mídia que investe nele.

Seu produto é o terror. Suas ações causam tragédias e um impacto sem precedentes na psique e no inconsciente coletivo. Faz do atentado um ultraje à civilização, uma barbárie. Eventiza o ato terrorista e o promove em sua dimensão trágica.

Graças à TV, o terrorismo ganha as manchetes do dia, da semana, do mês; e aumenta o seu séquito de críticos e opositores. E não de seguidores, como a lógica do *marketing* nos permite entender e prever.

Suas ações não tem um alvo definido. É qualquer um e todos ao mesmo tempo. Ao contrário do *marketing* moderno, que aposta em nichos de mercado e segmentação, e, portanto, no coletivo, o *marketing* do terror é a busca da superação do individual sobre o coletivo.

O foco das ações é o país inimigo, seus símbolos, povo e representações. Não existem mercados para conquistas, clientes para cortejar e demandas para satisfazer.

O que vale é a força e o poder simbólico do ato em si. O que conta são os desejos, as demandas e as motivações dos atos, que são os agentes do terror.

Não há clientes nesse processo. São, de preferência, vítimas e inocentes, para aumentar o impacto trágico e a desumanidade do ato.

Seus atos produzem pânico, terror, medo e insegurança. Tangível em seu aspecto destruidor e intangível em sua dor e sofrimento.

Suas ações são imprevisíveis. Acontecem quando menos se espera. Têm um caráter traiçoeiro e sorrateiro.

São globais em sua essência porque chocam o mundo todo. São difusas porque se dispersam no mundo inteiro, visando a alvos distintos.

Seus atores não são simples executores. São os mártires de amanhã. Imolam-se, suicidam-se na certeza de que alcançarão uma vida melhor. Caminham para a morte como muitos de nós para uma vida melhor: serenos e confiantes.

O sucesso de suas ações é o fracasso de suas vidas. Vida daqueles que são utilizados em suas ações. Vidas de jovens terroristas que se suicidam ao cumprir suas missões.

Quando Bergman nos alertou para “o ovo da serpente do nazismo”, demonstrou os perigos latentes nos discursos nacional-socialistas alemães. Agora, quando o silêncio cúmplice de Bin Laden e dos demais líderes do terror no mundo e a retórica de Bush e seus assessores e aliados ganham as manchetes dos jornais e as telas de televisão de todo o mundo, não será oportuno refletir se não estamos diante de uma nova ameaça mundial e por quê?

O *marketing* do terror, tal como o terrorismo, não é viável. Não tem peças de propaganda, inexistente logomarca, não tem peças promocionais de forma manifesta e não cria *slogans* de propaganda.

Suas mensagens são subliminares e se expressam pelo significado de suas ações. É o simbolismo do terror que alimenta o seu *marketing*. Seus *slogans* gritos de guerra santa. Os apelos são sempre direcionados para os povos muçulmanos do mundo inteiro. A retórica é a de base religiosa e política e o objetivo é sempre a luta contra o Ocidente e a defesa do Islamismo.

Suas ações são direcionadas para a prática da violência. Daí a sua denominação como *marketing* de causa política que utiliza a violência como prática.

Sua característica marcante é se poder de sombrear o que está latente.

E o que está latente? O alerta para que os norte-americanos repensem a sua diante do mundo. Como afirma o professor Gláucio Ary Dillon Soares, professor da Universidade da Flórida:

“Por que esses caras nos odeiam tanto?”

É o que querem demonstrar os terroristas. Manifestar o seu ódio aos Estados Unidos e as razões que os levaram a isso. Como, por exemplo, o desprezo aos orientais, o descaso em relação à luta dos muçulmanos, o total desconhecimento e desrespeito em relação aos valores centrais do Islamismo, as invasões cometidas contra países indefesos e os embargos econômicos a seus opositores.

Fonte: MELO NETO, Francisco Paulo de. *Marketing do terror*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 17-19.

RESUMO DO TÓPICO 2

Caro acadêmico, neste tópico você viu que:

- Com o fim da Guerra Fria encerrou-se a ordem bipolar. As grandes potências mundiais reordenaram-se em torno de grandes blocos econômicos, como forma de aumentar a competitividade no mercado internacional.
- Nas duas últimas décadas do século XX acelerou-se o processo de globalização. A globalização foi uma consequência da Terceira Revolução Industrial, que promoveu o desenvolvimento e comercialização de produtos do universo da informática e da robótica.
- A globalização promoveu a liberalização da economia, favorecendo os países mais desenvolvidos. E há uma tendência em converter todos os habitantes do planeta em consumidores de produtos culturais padronizados.
- A queda do muro de Berlim (1989) foi um marco histórico importante, pois representou o começo da derrocada do regime socialista e o fim da Guerra Fria.
- O governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991) implementou as reformas políticas (*glasnost*) e econômicas (*perestroika*) na União Soviética. Nesse período a URSS iniciou a transição para o sistema capitalista.
- O terrorismo passou a representar uma ameaça às potências mundiais. A guerra atual justifica-se como um combate ao terrorismo, mas continua envolvendo o domínio de territórios e matérias-primas.

AUTOATIVIDADE



- 1 Indique as principais características do processo de globalização das últimas décadas do século XX.

- 2 A partir da leitura do texto: “A política mudou de lugar”, de Octavio Ianni, aponte os desafios dos estados nacionais diante do processo de globalização.

- 3 Qual o papel e a importância da mídia para o terrorismo contemporâneo?

REFERÊNCIAS

AMOND, Mark. **O livro de ouro das revoluções**: movimentos políticos que mudaram o mundo. Trad. Gilson B. Soares. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

ARRUDA, José Jobson de Andrada. A crise do liberalismo. IN: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, Nazismo e Integralismo**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000100002&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 7 jan. 2009.

FERREIRA, Jorge. O socialismo soviético. IN: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika**: novas ideias para meu país e o mundo. São Paulo: Best Seller, 1987.

GRIMBERG, Carl. **História universal**. A Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Europa América, 1989. v. 22.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. Trad. Jaime L. Benchimol. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

IANNI, Octavio. Globalização e a nova ordem internacional. IN: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

_____. A política mudou de lugar. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n03/v11n03_01.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2009.

JORDAN, David; WIEST, Andrew. **Atlas da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Escala, 2008. v. 3.

- JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. São Paulo: Objetiva, 2008.
- MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Atual, 2004.
- MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio; FARIA, Ricardo. **História do tempo presente**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOTTA, Márcia M. M. A Primeira Grande Guerra. IN: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão, ZENHA, Celeste. **O século XX**. O tempo das certezas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.
- RAMALHO, Luiz Augusto. Caiu o muro, viva Gorbachev. **Tempo e presença**, Rio de Janeiro, CEDI, jan./fev. 1990.
- REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- REIS FILHO, Daniel A. As revoluções russas. IN: REIS FILHO, Daniel A.; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX**. O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.
- REZENDE, Cyro. **História econômica geral**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, Luiz Cesar. **A Primeira Guerra Mundial**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1985.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.) **O século XX**. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.
- VISENTINI, Paulo; PEREIRA, Analucia. **História do mundo contemporâneo**: da *pax* britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VIZENTINI, Paulo F. **Segunda Guerra Mundial**. Relações internacionais do século 20. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

